

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel
Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar



TESE

Horizontes, caminhos e labirintos:
Dinâmicas da sucessão geracional na pecuária familiar do extremo sul do Brasil

Monica Nardini da Silva

Pelotas, 2021

Monica Nardini da Silva

Horizontes, caminhos e labirintos:

Dinâmicas da sucessão geracional na pecuária familiar do extremo sul do Brasil

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Agronomia.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Sacco dos Anjos

Pelotas, 2021

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

S586h Silva, Monica Nardini da

Horizontes, caminhos e labirintos: Dinâmicas da
sucessão geracional na pecuária familiar do extremo sul do
Brasil / Monica Nardini da Silva ; Flávio Sacco dos Anjos,
orientador. — Pelotas, 2021.

172 f. : il.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em
Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Faculdade de
Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas,
2021.

1. Pecuária familiar. 2. Sucessão geracional. 3.
Disposições. I. Anjos, Flávio Sacco dos, orient. II. Título.

CDD : 630.2745

Monica Nardini da Silva

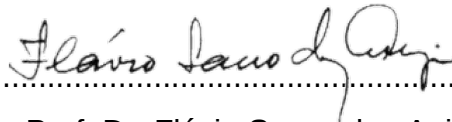
Horizontes, caminhos e labirintos:

Dinâmicas da sucessão geracional na pecuária familiar do extremo sul do Brasil

Tese APROVADA, como requisito parcial, para obtenção do grau de Doutora em Agronomia, Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 11/08/2021

Banca examinadora:



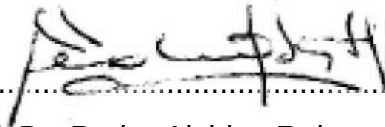
Prof. Dr. Flávio Sacco dos Anjos

Doutor em Sociologia pela Universidade de Córdoba



Profª Dra. Tanice Andreatta

Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul



Prof. Dr. Pedro Alcides Robertt Niz

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul



Prof. Dr. Guilherme F. W. Radomsky

Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Às minhas filhas Manuella e Marina

Agradecimentos

Às minhas filhas Manuella e Marina e ao meu esposo Bento, pela compreensão e incentivo.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Flávio Sacco dos Anjos, a quem muito admiro, pela seriedade, competência, confiança e dedicação.

Aos professores da banca de qualificação e banca de defesa, Profa. Dra. Tanice Andreatta, Prof. Dr. Pedro Alcides Robertt Niz e Prof. Dr. Guilherme F. W. Radomsky, pela disponibilidade e atenção.

Aos colegas e professores do Programa de Pós Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, pelo conhecimento construído e pela amizade. Em especial ao colega Germano pelo apoio de sempre.

Essa tese doutoral foi concebida no âmbito do Núcleo de Pesquisa e Extensão Rural em Agroecologia e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar (NUPEAR-UFPel) ligado ao Departamento de Ciências Sociais Agrárias, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, a quem estendo meu agradecimento.

Aos meus pais, pelo apoio.

Aos colegas da EMATER de Jaguarão, Ana, Carlos, Paulo e Thiago, pela compreensão e o apoio.

Aos entrevistados dessa pesquisa, que me receberam com atenção e disponibilidade.

Obrigada.

Resumo

DA SILVA, Monica Nardini. **Horizontes, caminhos e labirintos:** Dinâmicas da sucessão geracional na pecuária familiar do extremo sul do Brasil. 2021. 172 f. Tese (Doutorado em Agronomia) Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

Encontrar casas abandonadas e propriedades à venda não é um fato insólito nas áreas rurais do Rio Grande do Sul. Em muitas regiões o que antes era espaço de intensa atividade social converteu-se em lugar de “tapera”, ou seja, “terra que já foi habitada e cultivada”, conforme Martins (2014, p.128), e que tristemente amarga o abandono. É a imagem visível de uma crise que se abate sobre muitos estabelecimentos familiares, retratada de modo recorrente na mídia escrita e falada nos estados meridionais do país. Tal fenômeno reflete situações onde a cadeia de transmissão do patrimônio fundiário e da exploração dos ativos da família para os seus descendentes, pelos mais diversos motivos, foi definitivamente rompida. Esta tese doutoral se baseia em pesquisa que teve como objetivo compreender as disposições que envolvem as dinâmicas sucessórias em estabelecimentos rurais da pecuária familiar no município de Jaguarão/RS. Metodologicamente, a pesquisa constituiu-se em um estudo de natureza qualitativa baseado no uso da entrevista em profundidade como instrumento da coleta de dados. Foram realizadas 31 entrevistas, no período compreendido entre outubro de 2019 e março de 2020, das quais 29 com pecuaristas familiares (pais, mães e filhos, inclusive filhos não sucessores, que não seguiram no estabelecimento) e duas com agentes do serviço oficial de extensão rural local. Os dados foram tratados pela técnica de análise de conteúdo. O marco teórico se baseou em estudos que analisam as singularidades do pecuarista familiar como ator social, bem como a sucessão geracional como objeto de estudo, partindo da perspectiva sociológica centrada no patrimônio de disposições de Lahire. Os achados da pesquisa se organizam em torno a três categorias de análise: a primeira volta-se ao panorama desenhado pelos atores sociais acerca da própria realidade; a segunda categoria diz respeito à sucessão familiar na percepção dos indivíduos entrevistados; a terceira discute o futuro do pecuarista familiar enquanto atividade socioprodutiva. Os resultados destacaram que a realidade e o contexto que envolve os pecuaristas familiares e seus estabelecimentos, tais como a expansão da área plantada de soja e o fechamento das escolas rurais, são fatores que interferem diretamente na reprodução social dessas famílias. Dois fatores são primordiais para a sucessão geracional: de um lado, o gostar da atividade, de outro, a vocação. De acordo com os resultados, não há um padrão sucessório definido na pecuária familiar. Nos estabelecimentos que contam com potenciais sucessores, a tendência é seguir com a atividade pecuária; já naqueles onde não há perspectiva de sucessão, os caminhos apontados são o abandono, a venda e/ou o arrendamento, especialmente para o plantio de soja. Para a maioria dos entrevistados o cenário futuro é desolador, com cada vez menos população no meio rural. No entanto, possíveis soluções também foram apontadas, tais como a criação de políticas públicas e o maior envolvimento dos jovens e das mulheres nas atividades relativas aos estabelecimentos rurais e nas decisões que afetam o seu futuro.

Palavras-chave: Pecuária familiar. Sucessão geracional. Disposições.

Abstract

DA SILVA, Monica Nardini. **Horizons, paths and labyrinths:** Dynamics of generational succession in family farming in the extreme south of Brazil. 2021. 172 f. Thesis (Doctorate in Agronomy) Graduate Program in Family Farming Production Systems, Faculty of Agronomy Eliseu Maciel, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2021.

Finding abandoned houses and properties for sale is not unusual in rural areas of Rio Grande do Sul. In many regions, what used to be a place of intense social activity has become a place of deserted houses, that is, “a land that has already been inhabited and cultivated” according to Martins (2014, p.128) and that sadly faces abandonment. It is the visible image of a crisis that has fallen on many family establishments, frequently reported in written and spoken media in the southern states of the country. This phenomenon reflects situations where the chain of transmission of land assets and the exploitation of family assets to their descendants, for the most different reasons, have been definitively broken. This doctoral thesis is based on a research that aimed to understand the dispositions that involve the successional dynamics in family farming rural establishments from Jaguarão/RS. The research, methodologically, was a qualitative research based on the use of in-depth interviews as an instrument for data collection. Thirty-one interviews were done, in the period between October 2019 and March 2020, of which twenty-nine with family ranchers (fathers, mothers and children, including non-successor children, who did not keep living in the rural establishments) and two with agents from the official rural extension service local. The data were treated using the content analysis technique. The theoretical framework was based on studies that analyze the singularities of the family rancher as a social actor, as well as the generational succession as an object of study, starting from the sociological perspective centered on Lahire's heritage of dispositions. The research findings are organized around three categories of analysis: the first focuses on the panorama drawn by the social actors about their own reality; the second category concerns family succession in the perception of the interviewed individuals; the third discusses the future of the family rancher as a social productive activity. The results highlighted that the reality and the context surrounding family ranchers and their rural establishments, such as the expansion of the soy planted area and the closing of rural schools, are factors that directly interfere in the social reproduction of these families. Two factors are essential for generational succession: on the one hand, the enjoyment of the activity, on the other, the vocation. According to the results, there is no defined pattern of succession in family farming. For most respondents, the future scenario looks bleak, with less and less population in rural areas. However, possible solutions were also pointed out, such as the creation of public policies and the greater involvement of young people and women in activities related to rural establishments and in the decisions that affect your future.

Keywords: Family farming. Generational succession. Disposition

Lista de Figuras

Figura 01	Mapa com a localização dos estabelecimentos rurais dos entrevistados.....	31
Figura 02	Marcos históricos da atividade pecuária no Rio Grande do Sul.....	37
Figura 03	Mapa dos municípios que fazem parte do COREDE Sul.....	69
Figura 04	Mapa da localização do bioma Pampa.....	71
Figura 05	Mapa ilustrativo da localização de Jaguarão.....	73
Figura 06	Gráfico da variação da população urbana e rural de Jaguarão.....	74
Figura 07	Gráfico da variação da população rural de Jaguarão por idade e gênero.....	75
Figura 08	Gráfico do percentual de queda da população rural por gênero no período de 1970 a 2010.....	75
Figura 09	Gráfico da variação do número de bovinos e ovinos.....	76
Figura 10	Gráfico da variação da quantidade de lã produzida.....	78
Figura 11	Gráfico da variação da área plantada com arroz e soja.....	79
Figura 12	Fotografia de uma das escolas rurais que não está mais em funcionamento 1.....	115
Figura 13	Fotografia de uma das escolas rurais que não está mais em funcionamento 2.....	115

Lista de Tabelas

Tabela 01	Denominação atribuída a cada um dos 31 entrevistados.....	30
Tabela 02	Tabela da variação do VAB do município nos dois últimos anos apurados.....	79
Tabela 03	Distribuição dos estabelecimentos agropecuários de Jaguarão (RS), segundo a natureza (familiar e não familiar).....	81
Tabela 04	Distribuição da área agrícola, segundo a natureza (familiar e não familiar) dos estabelecimentos rurais de Jaguarão (RS).....	81
Tabela 05	Distribuição dos estabelecimentos segundo a renda anual familiar, expectativa de sucessão e existência de filhos.....	96
Tabela 06	Evolução do número de escolas e de alunos no município de Jaguarão (RS).....	112

Lista de Quadros

Quadro 01	Informações gerais sobre os entrevistados e sobre as entrevistas realizadas pela pesquisa.....	28
Quadro 02	Distribuição dos entrevistados segundo a condição de residência no estabelecimento rural.....	85
Quadro 03	Distribuição das escolas rurais de Jaguarão que foram fechadas segundo nome, ano de fundação, ano de fechamento, local e condição.....	112
Quadro 04	Distribuição das escolas rurais de Jaguarão em funcionamento segundo nome, ano de fundação, ano de fechamento, local e situação.....	113
Quadro 05	Distribuição dos estabelecimentos segundo a idade dos entrevistados, número de filhos, número de sucessores potenciais e sexo do sucessor potencial.....	124
Quadro 06	Padrões sucessórios segundo a opinião dos entrevistados da pesquisa	132
Quadro 07	Síntese dos problemas levantados e das possíveis soluções apontadas pelos entrevistados.....	141

Lista de Siglas

ASCAR	Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
CSR	Centro de Sensoriamento Remoto
EMATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPF	Estabelecimento de Pecuária Familiar
FEE	Fundação de Economia e Estatística
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESE	Índice de Desenvolvimento Socioeconômico
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
ReAC	Rede Alto Camaquã
RS	Rio Grande do Sul
SCIELO	The Scientific Electronic Library Online
VAB	Valor Adicionado Bruto

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	14
1 Introdução.....	17
1.1 O problema de pesquisa e a justificativa.....	17
1.2 Hipóteses.....	23
1.3 Objetivos.....	24
1.3.1 Objetivo geral.....	24
1.3.2 Objetivos específicos.....	24
1.4 Aspectos metodológicos.....	24
1.4.1 Características da pesquisa.....	25
1.4.2 Os atores sociais da pesquisa.....	26
1.4.3 As entrevistas.....	27
1.4.4 As análises.....	32
2 Sucessão geracional na pecuária familiar.....	34
2.1 O Pecuárista familiar: origem e formação.....	35
2.1.1 Os jesuítas e a introdução do gado no Rio Grande do Sul.....	37
2.1.2 As sesmarias e a formação das estâncias.....	38
2.1.3 As charqueadas.....	39
2.1.4 Extinção das sesmarias – Lei das terras e cercamento dos campos.....	40
2.1.5 Declínio das charqueadas, surgimento dos frigoríficos e evolução da bovinocultura de corte no século XX.....	42
2.1.6 Os pecuaristas familiares.....	44
2.1.6.1 Os Modos de vida dos pecuaristas familiares a partir da sistematização de trabalhos existentes.....	48
2.2 A reprodução social.....	51
2.2.1 O patrimônio de disposições na formação do sucessor.....	53
2.2.2 A Sucessão geracional.....	55
2.2.3 Formas de sucessão geracional.....	62
3 O Contexto empírico.....	68

3.1 O COREDE Sul.....	68
3.2 O bioma Pampa.....	70
3.3 Caracterização e formação histórico-social, econômica e cultural.....	72
4 Os pecuaristas familiares e a atividade pecuária: um panorama sobre a realidade regional.....	83
4.1 Características dos pecuaristas familiares.....	83
4.2 Os estabelecimentos dos pecuaristas familiares.....	88
4.2.1 Forma de obtenção dos estabelecimentos rurais.....	88
4.2.2 Área dos estabelecimentos	91
4.2.3 Sistemas de produção.....	92
4.2.4 A comercialização, a mão de obra e a tomada de decisão.....	94
4.2.5 Renda dos estabelecimentos rurais.....	96
4.2.6 Infraestrutura.....	98
4.3 Tempos de mudanças.....	100
4.3.1 Expansão da soja.....	100
4.3.2 Acesso à tecnologia, informações, assistência técnica e crédito.....	103
4.3.3 Abandono dos estabelecimentos, com o envelhecimento da população rural.....	105
4.3.4 A queda da população rural.....	106
4.3.4.1 Os jovens.....	108
4.3.4.2 As escolas rurais.....	111
5. A sucessão na percepção dos pecuaristas familiares.....	118
5.1 A percepção sobre si e sobre a atividade pecuária.....	118
5.2 Trajetória de vida.....	121
5.3 A sucessão na pecuária familiar.....	123
5.3.1 É o Sucessor porque.....	130
5.3.2 Padrões de sucessão.....	132
6 E o futuro do pecuarista familiar?	135
6.1 Quando há sucessão.....	135
6.2 Quando não há sucessão.....	136
6.3 Consequências.....	137

6.4 Caminhos possíveis.....	138
7. Considerações finais.....	143
Referências.....	151
Apêndices.....	165

APRESENTAÇÃO

O presente estudo tem como objetivo compreender as disposições¹ que envolvem as dinâmicas sucessórias em estabelecimentos² rurais da pecuária familiar no município de Jaguarão/Rio Grande do Sul. A escolha do tema está relacionada com os resultados encontrados na minha³ dissertação de mestrado, intitulada “A face espúria de um grão dourado: impactos socioambientais da expansão da soja em Jaguarão – RS”, defendida, em 2018, junto ao programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais, da Universidade Federal de Pelotas (NARDINI, 2018). A pesquisa mencionada teve como objetivo, analisar os impactos sociais e ambientais ocasionados pela conjuntura resultante da expansão da cultura da soja no município de Jaguarão/Rio Grande do Sul, que teve nos últimos anos, a conversão de 37.000 ha de campo nativo em lavouras de soja. Os resultados da pesquisa mostraram que esse processo vem sendo empreendido por agricultores originários da região noroeste do Rio Grande do Sul, motivados, principalmente, pelos preços mais baixos das terras em Jaguarão, se comparados aos praticados naquela região. Esses produtores estavam arrendando e comprando as áreas para implantação das lavouras, principalmente de pecuaristas dessa localidade, situada no extremo sul gaúcho, na fronteira com o Uruguai. Nesta pesquisa, constatei que, um dos principais

¹ As disposições são as experiências sociais absorvidas pelos indivíduos ao longo de sua trajetória.

² Usaremos o termo estabelecimento por entender que o mesmo é mais do que a posse ou propriedade, é uma unidade de produção, onde uma família desenvolve uma atividade econômica, uma atividade produtiva. É preciso reconhecer também que o estabelecimento familiar é simultaneamente uma unidade de produção, de consumo e de residência. E essa unidade de produção - estabelecimento - é base de um determinado ofício (a pecuária familiar) que remete a um estilo de vida bastante peculiar.

³ Na apresentação usarei a primeira pessoa do singular. Posteriormente, no restante do texto, utilizarei a terceira pessoa do singular.

motivos que levaram os pecuaristas de Jaguarão a arrendarem e venderem suas áreas aos sojicultores foi o processo de envelhecimento desses produtores e a falta de perspectiva de encontrarem sucessores no âmbito familiar. O estudo apontou, ainda, que a população do meio rural do município era formada, em maior número, por pecuaristas familiares.

Dois outros fatores influenciaram a escolha do tema, a minha atuação profissional, em que pese o fato de que desde o ano de 2010 atuo junto ao Escritório Municipal da Emater de Jaguarão e o anseio de abordar uma questão bastante preocupante relacionada com o futuro de estabelecimentos familiares numa região tão esquecida do Rio Grande do Sul e do Brasil. Entender as disposições da sucessão geracional na pecuária familiar, identificar e analisar os impactos trazidos pelo envelhecimento demográfico e a falta de sucessores nos estabelecimentos familiares, converteu-se em um tema instigante, diante dos desdobramentos desse fenômeno.

O Escritório Municipal da Emater de Jaguarão estima a existência de 300 estabelecimentos de pecuaristas familiares no município. Segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), nesta localidade existem 614 estabelecimentos rurais. Com base nestes dados estima-se que 48,85% dos estabelecimentos rurais do município se enquadram dentro do conceito de pecuarista familiar. Tais produtores trabalham em áreas de até 300 ha, especialmente na criação de bovinos de corte e/ou de ovinos. A produção se baseia na mão de obra da própria família, constituindo-se em um conjunto de atividades e técnicas produtivas altamente tributárias das potencialidades do bioma Pampa, por meio da criação extensiva em campo nativo. Além disso, essa atividade representa a manutenção da cultura local, que está diretamente relacionada com a figura do gaúcho, símbolo do estado do Rio Grande do Sul. Estas características da atividade, juntamente com a sua representatividade, despertam, ainda mais, o interesse de um estudo ligado às investigações levadas a cabo no âmbito do Núcleo de Pesquisa e Extensão Rural em Agroecologia e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar da Universidade Federal de Pelotas (NUPEAR-UFPeI).

Esta tese está organizada em sete grandes tópicos: a primeira seção, além desta apresentação, contempla outras quatro subseções, quais sejam, o problema de

pesquisa e sua justificativa, as hipóteses, objetivo geral e específicos e os aspectos metodológicos; a segunda expõe aspectos históricos e o marco teórico, abordando elementos que são centrais na busca de respostas ao problema de pesquisa, incluindo as discussões sobre a categoria sociológica correspondente ao pecuarista familiar e o processo de sucessão geracional. A terceira seção apresenta o contexto empírico da pesquisa, a formação histórica, social cultural e aspectos ambientais e econômicos de Jaguarão; a quarta, quinta e sexta seções apresentam os resultados da pesquisa de campo realizada entre os anos de 2018 e 2021. Como se verá oportunamente, trata-se de uma aproximação à dinâmica da pecuária familiar e da questão da sucessão centrada especialmente nas percepções dos próprios atores sociais – os pecuaristas familiares – sobre o presente e o futuro desta atividade e das unidades produtivas que estes atores sociais administram com a ajuda de seus familiares. A sétima e última seção reúne as considerações finais desta tese.

1 Introdução

1.1 O problema de pesquisa e a justificativa

A agricultura familiar, que pode ser definida, preliminarmente, como a unidade de produção em que os membros da família são, ao mesmo tempo, proprietários e responsáveis pelas atividades produtivas, tem sua importância reconhecida no Brasil, principalmente, a partir da década de 1990 (WANDERLEY, 1999). A autora citada chama atenção para o fato de que o caráter familiar não é uma simples característica de determinados tipos de estabelecimentos agropecuários. Com efeito, “o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente” (WANDERLEY, 1999, p. 25). Como bem salientou esta autora, a categoria formada pelos agricultores familiares apresenta grande diversidade de formas sociais. O caso que envolve essa tese doutoral se identifica plenamente com essa condição.

Esse amplo setor, que concentra 76,8% dos estabelecimentos rurais do Brasil (IBGE, 2017), adquiriu renovado interesse, seja do ponto de vista acadêmico, seja enquanto objeto de políticas públicas. O marco de institucionalização da agricultura familiar como categoria social e política corresponde à criação, em 1995, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Trata-se de iniciativa adotada, em grande medida, como desdobramento das reivindicações dos grupos organizados em torno à defesa desta forma social de produção, como indicam vários estudos (GRISA, SCHNEIDER, 2014; SACCO DOS ANJOS; CALDAS; SIVINI, 2016) durante os anos 1990. Diversos autores têm se dedicado ao estudo desta forma de

produção, cuja racionalidade está ligada à reprodução social da família e que vem se mantendo, ao longo dos tempos, por meio de estratégias de adaptação (LAMARCHE, 1993; JEAN, 1994; WOORTMANN, 1995).

No início dos anos 2000 surgem pesquisas que buscam delimitar os traços que identificam o pecuarista familiar, um subtipo de produtor familiar que se insere na aludida diversidade dessa categoria de estabelecimentos rurais presente no sul do Brasil. Estudos desenvolvidos inicialmente por técnicos da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural/ Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASCAR/EMATER) do Rio Grande do Sul (RIBEIRO, 2003) e posteriormente por pesquisadores da área, como Cotrim (2003), Sandrini (2005), Ribeiro (2009), mostraram que a bovinocultura de corte não se desenvolve apenas em grandes estabelecimentos. Em grande medida, tais trabalhos revelam a existência de um contingente de explorações dedicadas à pecuária extensiva (bovinos, ovinos), cuja atividade é eminentemente centrada no emprego da mão-de-obra da própria família. Esses produtores estão presentes em todas as regiões do Rio Grande do Sul, mas localizam-se, predominantemente, na região Sul do estado do Rio Grande do Sul, em áreas do bioma Pampa (ver Box 01). Por outro lado, o decreto nº 48.316, da Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul, de 31 de agosto de 2011, instituído pela Lei nº 13.515 de 13 de setembro de 2010, estabelece que:

São considerados pecuaristas familiares os produtores que atendam simultaneamente às seguintes condições: I – tenham como atividade predominante a criação ou a criação de bovinos e/ou caprinos e/ou bubalinos e/ou ovinos com a finalidade de corte; II – utilizem na produção trabalho predominantemente familiar, podendo utilizar mão de obra contratada em até cento e vinte dias ao ano; III – detenham a posse, a qualquer título, de estabelecimento rural com área total, contínua ou não, inferior a trezentos hectares; IV – tenham residência no próprio estabelecimento ou em local próximo a ele; e V – obtenham no mínimo setenta por cento da sua renda provinda da atividade pecuária e não agropecuária do estabelecimento, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais (Rio Grande do Sul, 2010, p.01).

Segundo Waquil *et al.* (2016), existem 60 mil estabelecimentos de pecuaristas familiares no Rio Grande do Sul, o que representa 70% do total de produtores dedicados à pecuária de corte nesta unidade federativa brasileira.

Box nº 01

O bioma Pampa

O bioma Pampa localiza-se na América do Sul, abrangendo áreas do Brasil, Uruguai e Argentina (ver localização na Figura 04), ocupando uma área total de 700 mil quilômetros quadrados. No Brasil, representa dois terços da área do Rio Grande do Sul, único estado brasileiro em que o bioma está presente, sendo formado por áreas de campo natural, que apresentam alta diversidade de espécies animais e vegetais, além de importante fonte forrageira para a pecuária, fator que confere relevância singular do ponto de vista socioambiental e cultural (EMBRAPA, 2019).

Com relação à diversidade, estima-se que em seu interior existam “três mil espécies de plantas, sendo 450 espécies de gramíneas, mais de 150 de leguminosas, 70 tipos de cactos, 385 de aves e 90 de mamíferos, sendo que várias espécies são endêmicas e outras ameaçadas de extinção” (CSR/IBAMA, 2019). No bioma Pampa também está localizada a maior parte do aquífero guarani. Este ecossistema é constituído por extensas áreas de campo, com florestas às margens dos rios (BOLDRINI, 2009).

É importante ressaltar que “as características que ele apresenta e sua capacidade de resiliência torna absolutamente indispensável sua manutenção, como forma de preservação do ambiente, da paisagem e de sustentabilidade social e econômica” (NABINGER et al, 2009, p. 175). No entanto, a expansão das monoculturas e árvores exóticas tem levado à crescente degradação deste bioma. Entre os anos de 2002 e 2008 o Pampa teve sua cobertura vegetal nativa reduzida em aproximadamente 2.179km². Desse modo, em termos médios, 0,2% de sua cobertura vegetal nativa vem sendo, a cada ano, sistematicamente subtraída (CSR/IBAMA, 2019).

O que estas pesquisas indicam é que, até o começo dos anos 2000, havia pouca informação sobre o caráter familiar da pecuária gaúcha. Por conta desse aspecto, os pecuaristas familiares eram excluídos do acesso às políticas públicas (crédito de custeio, investimento, etc). De certo modo, eles são “identificados como atrasados e como entraves ao desenvolvimento e ao progresso” (RIBEIRO, 2009, p. 20). Um exemplo desta situação é mencionado por Ribeiro ao relatar que, desde sua criação, em 1996, o PRONAF, que concede crédito subsidiado para a agricultura familiar, não disponibilizava recursos para a compra de animais destinados à pecuária de corte. É somente em 2004 que se dá a inclusão da pecuária familiar como beneficiária do

PRONAF. Não obstante, já em 2007 tal categoria foi excluída deste programa, fato que supôs um claro revés para o seu reconhecimento.

Segundo Matte (2013), a pecuária familiar representa, desde meados do século XVIII, a principal atividade rural da região Sul do Rio Grande do Sul. Todavia, encontra-se exposta a situações de vulnerabilidade, sendo afetada, de forma intensa, pela recente expansão das lavouras de soja⁴ e de árvores exóticas (sobretudo Pinus e Eucaliptus), o que tem gerado transformações nas dinâmicas sociais destes estabelecimentos, as quais podem comprometer o futuro de atividades visceralmente ligadas à identidade cultural dos habitantes do pampa.

Pesquisa realizada com 60 pecuaristas familiares nos municípios de Bagé, Dom Pedrito e Quaraí, Ribeiro (2016) constatou que são poucos os pecuaristas familiares jovens, sendo que, quando se fala em jovens do sexo feminino esse número é ainda menor. Segundo dados dessa mesma pesquisa, 51% dos chefes de família na região estudada são idosos (mais de 60 anos), sendo que o processo de envelhecimento se dá sem a expectativa de sucessores. Na pecuária familiar “não é comum os pais se ‘aposentarem’ e repassarem para seus filhos a condução das atividades do estabelecimento e da própria família” (RIBEIRO, 2016, p. 95, aspas no original).

O envelhecimento dos pecuaristas familiares também foi constatado no estudo realizado por Porto e Bezerra (2016) ao estudarem os membros dessa categoria no município de Bagé, segundo o qual, 32,5% destes possuíam, à época da pesquisa, mais de 60 anos. Apesar de ser uma atividade tradicional na região pampiana e de haver sofrido mudanças importantes com o processo de modernização da agricultura, boa parte dos conhecimentos que regem esse ofício são transmitidos de geração a geração. A questão da sucessão é parte desse cenário, sobretudo, porque é uma questão que, predominantemente, dá-se no âmbito da própria família.

Em pesquisa realizada com pecuaristas de corte nos municípios de Bagé, Dom Pedrito, Piratini e Pinheiro Machado, Matte (2013) estudou fatores de vulnerabilidade, que, na opinião dos pecuaristas, afetam esta atividade. Matte constatou que, para 77%

⁴ Ver NARDINI, M. A face espúria de um grão dourado: impactos socioambientais da expansão da soja em Jaguarão, RS. 2018. 133 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais, Faculdade de Administração e Turismo e Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

dos estabelecimentos entrevistados, a ausência de sucessores representa um aspecto de vulnerabilidade, situação que gera preocupação com relação ao futuro do estabelecimento. Também foram identificados dilemas e dúvidas por parte dos pais, entre incentivar os filhos a permanecerem na atividade ou sair do estabelecimento, devido às dificuldades enfrentadas quotidianamente, tais como as incertezas que são inerentes às atividades rurais. A saída dos jovens dos estabelecimentos faz com “que fique para trás a transmissão dos valores e da tradição relacionados à atividade” (MATTE, 2013, p. 113).

É importante ressaltar que a sucessão considera a manutenção do estabelecimento rural familiar através das gerações, o que envolve a transmissão de bens, propriedade, terra e conhecimentos, dos pais para os filhos, mas também a transmissão cultural, do saber fazer, de práticas que atravessam gerações, as quais determinam as ações e escolhas. Logo, a falta de sucessores, implica, também, em perdas culturais, em danos progressivos de um modo ou estilo de vida.

Tourrand (2016) lembra que diversas formas de criar bovinos e ovinos desapareceram sem que fossem estudadas e registradas. Para exemplificar, cita o caso da pecuária leiteira tradicional europeia. Lá, as práticas agropecuárias tradicionais estão ameaçadas pela falta de sucessores, onde predomina uma população envelhecida e a ausência recorrente de sucessores, fato que coloca em risco o futuro de um sistema cultural lapidado ao longo de mais de dois séculos.

O problema da sucessão geracional atinge todo o estado do Rio Grande do Sul e se evidencia, com o passar dos anos, nos números dos censos demográficos, que refletem um panorama de progressiva queda da população rural. Segundo dados do IBGE, no ano de 1970 a população rural do Rio Grande do Sul representava 44% da população total do estado. Já em 2010, esse número caiu para 15,6%. Mais especificamente com relação a Jaguarão, os dados do IBGE mostram que no ano de 1970, 25,7% da população total do município residia na zona rural. Todavia, em 2010 tal proporção chegou a escassos 6,5%. Com relação ao número de estabelecimentos rurais, em 2006, segundo dados do censo agropecuário, o número total era de 675, já em 2017, esse número caiu para 614 estabelecimentos rurais.

Diante do exposto, as seguintes questões demandam respostas: como se apresentam as dinâmicas sucessórias dos pecuaristas familiares em Jaguarão? Existem ameaças concretas ao futuro da pecuária familiar desta localidade do Rio Grande do Sul diante da falta de sucessores e das transformações gerais que incidem na região, a exemplo da expansão da soja sobre o bioma Pampa? Como os pecuaristas familiares avaliam a própria situação, do ponto de vista da sucessão e do futuro da produção pastoril?

Entende-se que a contribuição deste estudo está em compreender como as disposições adquiridas pelos pecuaristas familiares, ao longo de sua socialização, interferem ou não na sucessão desta categoria social, uma vez que há muitos elementos que se mostram relevantes e que afetam diretamente o presente e o futuro da região e do próprio bioma Pampa. As decisões tomadas pelos criadores se refletem, diretamente, na reprodução social da família e na manutenção dos estabelecimentos familiares (MATTE, SPANEVELLO e ANDREATTA, 2016). Segundo tais autoras, há escassez de estudos voltados aos aspectos sociais dos pecuaristas, o que resulta no pouco conhecimento sobre a questão sucessória desta categoria social. A questão da sucessão, segundo Matte, Spanevello e Andreatta (2016), recebe uma escassa atenção no caso da pecuária familiar do sul do Brasil.

É importante ressaltar que as incertezas quanto ao futuro dos estabelecimentos de pecuaristas familiares não afetam somente a eles, mas as comunidades como um todo. O interesse recai também no sentido de contribuir com as discussões que envolvem a preservação do bioma Pampa, ressaltando o papel dos Estabelecimentos de Pecuária Familiar (EPF), nesse processo. É dentro desse espírito que se busca conhecer os **horizontes, os caminhos e os labirintos** que permeiam o processo sucessório dos pecuaristas familiares. Com efeito, a título conceitual, os **horizontes** representam a percepção dos indivíduos acerca de um tema que, em boa medida, ganha ares de “tabu” no contexto das famílias rurais. Os primeiros contatos mantidos com a realidade mostraram que se está diante de um tema bastante sensível para estas pessoas. Os **caminhos** consistem nas estratégias adotadas pelos grupos domésticos para equacionar a questão, ou, ao menos, encontrar soluções possíveis à destinação do patrimônio fundiário. Por fim, os **labirintos** devem ser entendidos no

contexto das situações-limites em que as incertezas convertem-se em obstáculos difíceis de transpor, por parte das famílias rurais, no equacionamento dessa questão.

Essa tese pretende inovar ao discutir a sucessão geracional na pecuária familiar através de uma análise sociológica mais aprofundada, sob o prisma da reprodução social, ancorada na perspectiva de Pierre Bourdieu e Bernard Lahire.

1.2 Hipóteses

Com o objetivo de elucidar as questões norteadoras da pesquisa, foram formuladas algumas hipóteses, as quais devem ser entendidas como premissas de partida e respostas provisórias antecipadas à elucidação do problema. Estas hipóteses foram:

1. Nas regiões marcadas pela imigração europeia, os padrões sucessórios costumam oscilar entre a primogenitura e a ultimogenitura, com a exclusão das mulheres do processo de sucessão e transmissão do patrimônio fundiário. Em Jaguarão, a realidade atual se distancia destes modelos, inexistindo um padrão rígido ou um modelo estruturado.
2. A racionalidade subjacente ao funcionamento da pecuária familiar de Jaguarão se identifica com os traços fundamentais da reprodução social de outras formas familiares de produção. Não obstante, o caráter extensivo e a natureza tradicional desta atividade conferem singularidades às estratégias de sucessão, ademais de fatores tais como: incertezas da pecuária, conservadorismo dos produtores, avanço da soja, falta de interesse dos jovens rurais, os quais, conjuntamente ameaçam o processo sucessório nestes estabelecimentos.
3. O avanço da soja se impõe como um fator que transforma as bases do processo de sucessão geracional na pecuária familiar de Jaguarão, isso porque está associado à prática de arrendamento das terras para terceiros, deslocando a atividade pecuária para uma condição secundária e vulnerável.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

O objetivo geral da tese é compreender as disposições que envolvem as dinâmicas sucessórias em estabelecimentos rurais da pecuária familiar no município de Jaguarão/Rio Grande do Sul.

1.3.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos são:

1. Analisar a lógica subjacente ao funcionamento da pecuária familiar de Jaguarão com ênfase nas estratégias de transmissão do patrimônio fundiário e da sucessão no estabelecimento familiar;
2. Identificar a existência de padrão(ões) sucessório(s) dominante(s) em Jaguarão no âmbito da pecuária familiar;
3. Conhecer a influência da expansão da soja e o potencial de transformação que acarreta sobre a dinâmica sucessória no contexto da pecuária familiar de Jaguarão.

1.4 Aspectos metodológicos

Esta seção apresenta os procedimentos metodológicos adotados na realização da pesquisa. Aqui descrevem-se os caminhos escolhidos, uma vez que “quando se fala em método, busca-se explicitar quais são os motivos pelos quais o pesquisador escolheu determinados caminhos e não outros” (CARVALHO *et al.*, 2000, p. 03). Os procedimentos foram pensados no sentido de atender aos objetivos da pesquisa. São apresentadas as características da pesquisa, as características essenciais dos atores sociais que fizeram parte da pesquisa e os procedimentos de análise do material reunido, ao longo do período em que se desenvolveu a investigação.

1.4.1 Características da pesquisa

Quanto à abordagem, a pesquisa classifica-se como eminentemente qualitativa. A pesquisa qualitativa é aquela que atenta para “aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 32). O paradigma qualitativo foi fundamental para a compreensão da realidade estudada, uma vez que permitiu o conhecimento, a compreensão e o estabelecimento de relações entre as situações vivenciadas e relatadas pelos sujeitos.

O instrumento de coleta de dados foi a entrevista face a face (RAMOS, 2016). Buscou-se interpretar as respostas obtidas nas entrevistas e o contexto, em sua totalidade, visando compreender as dinâmicas sucessórias que envolvem os estabelecimentos de pecuária familiar, denominação que será abreviada com a sigla EPF. Cabe ressaltar que nesse estudo se considerou os EPF como a unidade de análise, representando o núcleo familiar como um todo. A unidade de análise corresponde, portanto, à família. Também é importante ressaltar que as expressões masculinas “sucessores” e “pecuarista familiar”, referiram-se, no decorrer da pesquisa, a pessoas de ambos os sexos, homens e mulheres, sem distinção de gênero.

Os roteiros de entrevistas (Apêndices A, B e C) envolveram questões abertas, isto é, sem opção de respostas preestabelecidas. Essas questões “permitem ao informante responder livremente, usando linguagem própria, e emitir opiniões” (MARCONI; LAKATOS, 2003) acerca de questões semiestruturadas, sob a forma de “perguntas apenas anotadas, em formato de pontos a serem seguidos” (RAMOS, 2016, p. 128). Esse tipo de entrevista permite ao pesquisador maior flexibilidade na condução da entrevista, explorando, com suficiente densidade, os temas em apreço (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Os roteiros de entrevistas foram concebidos de forma distinta, de acordo com os atores a serem entrevistados. O roteiro aplicado junto aos membros do EPF foi elaborado a partir de linhas norteadoras: identificação e histórico das famílias; caracterização do EPF; caracterização do município; sucessão e herança e percepções sobre o êxodo e a sucessão.

O número de entrevistas não foi baseado na pretensão de representatividade estatística, mas sim, de uma caracterização consistente do contexto sob análise. Portanto, o critério usado para estabelecer o número de entrevistados foi o ponto de saturação, que é atingido quando as respostas dos entrevistados começam a se repetir (BALDIN; MUNHOZ, 2011). Ou seja, as respostas dos entrevistados já não acrescentam novas informações para a análise.

1.4.2 Os atores sociais da pesquisa

As entrevistas foram realizadas com membros dos EPF do município de Jaguarão, incluindo tanto famílias sem perspectiva de sucessores, como famílias com sucessores, visando abordar as duas situações e atingir os objetivos almejados. Foram entrevistados os titulares destas explorações (pais ou mães) e seus descendentes. Quando houvesse descendentes residindo nos domicílios, buscou-se também entrevista-los, em um momento à parte, com a pretensão de compreender os diversos pontos de vista sobre uma questão que, sabidamente, é deveras complexa e por vezes gera constrangimento.

Os critérios para seleção dos EPF entrevistados foram os mesmos estabelecidos na definição de pecuarista familiar, conforme lei que institui o Programa Estadual de Desenvolvimento da Pecuária de Corte Familiar de 2010 (13515/2010). Dentro desse marco tem-se o caso de produtores dedicados à cria ou a recria de bovinos e/ou caprinos e/ou bubalinos e/ou ovinos com a finalidade de corte, desde que igualmente utilizaram predominantemente a mão de obra da própria família nos processos produtivos e na gestão do empreendimento familiar. Além disso, que moravam no estabelecimento e/ou local próximo, obtiveram no mínimo 70% da renda provinda da atividade pecuária e não agropecuária do estabelecimento e que possuíam área inferior a 300 ha⁵, além de residirem no município de Jaguarão.

⁵ O Estatuto da Terra (lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964) define que o módulo fiscal é estabelecido para cada município, procurando refletir a área mediana dos imóveis rurais de cada localidade. Em Jaguarão esse tamanho equivale a 40 ha. Usando os critérios do PRONAF, estariam incluídos como estabelecimentos familiares as explorações com área máxima equivalente a 160 ha e que utilizassem a mão de obra da própria família. O conceito aqui adotado leva em conta os termos do Programa Estadual da Pecuária de Corte do Rio Grande do Sul, o qual amplia este universo até o limite de 300 ha.

Para iniciar esta etapa de campo, buscou-se, junto aos extensionistas da ASCAR/EMATER municipal, a indicação de entrevistados potenciais que atendessem aos referidos critérios de delimitação. Posteriormente, esses indicados foram contatados para averiguar o interesse em participar da pesquisa. Nesse primeiro contato, foram apresentados a natureza e os objetivos da investigação. Após a consulta sobre a disposição de participar da pesquisa, os entrevistados assinaram um termo de livre consentimento (Apêndice D), o qual foi entregue no momento da entrevista. Pediu-se aos primeiros entrevistados que indicassem outras pessoas que pudessem se integrar à pesquisa dentro dos critérios comentados anteriormente. Essa técnica metodológica é chamada de *snowball* ou Bola de Neve. Nela os participantes iniciais indicam participantes potenciais, que por sua vez indicam outros e assim sucessivamente (BALDIN; MUNHOZ, 2011).

Também foram entrevistados extensionistas rurais do município, com o objetivo de levantar mais informações para a pesquisa, uma vez que os mesmos trabalham diretamente com os atores que formam o objeto de pesquisa deste estudo, os pecuaristas familiares, dentro de uma localidade onde essa é a atividade econômica mais importante do ponto de vista da geração de renda e de trabalho.

1.4.3 As entrevistas

Ao todo foram realizadas 31 entrevistas (com 22 famílias): 29 com pecuaristas familiares (pais, mães e filhos, inclusive filhos não sucessores, que não seguiram nos estabelecimentos) e duas entrevistas com extensionistas rurais do município, sendo um da ASCAR/EMATER e outro da Prefeitura Municipal de Jaguarão.

As entrevistas foram realizadas no período compreendido entre outubro de 2019 e março de 2020. O Quadro 01 descreve os entrevistados de forma resumida, indicando a localidade de residência de cada entrevistado, idade, escolaridade, a descrição da condição, data da entrevista e duração da mesma.

Entrevistado	Localidade	Idade (Anos)	Escolaridade	Condição	Data da entrevista	Duração
01	São Luiz	70	Fundamental Incompleto	Pec. familiar	11/10/19	30:32
02	Juncal	34	Superior	Pec. Familiar	17/10/19	37:40
03	Cerrito	34	II Grau	Pec. familiar	21/10/19	12:50
04	Santana	59	Fund. Incomp.	Pec. familiar	22/10/19	22:17
05	Bretanhas	55	Fund. Incomp.	Pec. familiar	30/10/19	53:57
06	Quilombo	73	Fund. Incomp.	Pec. familiar	18/11/19	25:14
07	A. do Meio	37	Superior incompleto	Pec. Familiar	20/11/19	12:10
08	Telho	58	Fund. Incomp.	Pec. Familiar	22/11/19	24:59
09	Quilombo	74	Fund. Incomp.	Pec. Familiar	05/12/19	39:30
10	Cerrito	45	Médio completo	Pec. Familiar	13/12/19	18:43
11	Pedras Brancas	63	Fund. Incomp.	Pec. Familiar	19/12/19	32:05
12	Bretanhas	52	Médio Completo	Pec. Familiar	25/01/20	38:39
13	Quilombo	59	Superior	Pec. Familiar	27/01/20	43:18
14	Bretanhas	17	Cursando médio	Pec. Familiar	29/01/20	09:23
15	São Luiz	80	Fund. Incomp.	Pec. Familiar	30/01/20	31:09
16	Quilombo	62	Fund. Incomp.	Pec. Familiar	04/02/20	18:26
17	Telho	49	Fund. Incomp.	Pec. Familiar	05/02/20	31:44
18	Bretanhas	38	Fund. Incomp.	Pec. Familiar	05/02/20	14:20
19	Quilombo	40	Fund. Incomp.	Pec. Familiar	10/02/20	13:21
20	Telho	21	Superior	Pec. Familiar	10/02/20	15:34
21	P. Brancas	71	Fund. Incomp.	Pec. Familiar	11/02/20	31:36
22	Cerrito	82	Fund. Incomp.	Pec. Familiar	14/02/20	23:26
23	Quilombo	47	Médio	Pec. Familiar	18/02/20	18:47
24	Cerrito	59	Fund. Incomp.	Pec. Familiar	26/02/20	22:48
25	Mei`água	67	Fund. Incomp.	Pec. Familiar	28/02/20	21:10
26	Perdiz	57	Médio Completo	Pec. Familiar	02/03/20	17:02
27	Jaguarão	37	Médio Completo	Não pecuarista	03/03/20	7:09
28	Santana	82	Fund. Incomp.	Pec. Familiar	05/03/20	34:02
29	Jaguarão	36	Superior	Não pecuarista	05/03/20	08:41
30	Jaguarão	41	Sup. Incompleto	Extens.Rural	12/12/19	Problemas na gravação
31	Jaguarão	55	Superior	Extens. Rural	16/10/19	15:26

Quadro 01 - Informações gerais sobre os entrevistados e sobre as entrevistas realizadas pela pesquisa.
Fonte: Elaboração da autora.

Dos produtores consultados sobre a disposição de participar da pesquisa, apenas um não quis ser entrevistado. Foi o caso da mãe do entrevistado F7. Assim

sendo, no caso desse EPF apenas o filho (potencial sucessor) foi entrevistado. Outro estabelecimento teve apenas o filho entrevistado (F10), pois, devido ao início da pandemia de coronavírus e as recomendações de isolamento social, não foi possível realizar a entrevista com o pai, marcada para o dia 27 de março de 2020. Nos demais estabelecimentos em que pais e/ou mães e filhos (as) permanecem no EPF, os dois (pai ou mãe e filho) foram entrevistados. A gravação de um dos extensionistas apresentou problemas técnicos e não pode ser utilizada. Nesse caso utilizaram-se as anotações realizadas durante a pesquisa, o que não comprometeu os dados coletados.

Todos as pessoas que foram consultadas (com exceção do caso citado) prontamente se mostraram interessados em participar, inclusive indicando novos nomes para serem entrevistados. Alguns deles entraram em contato, por conta própria, com os nomes indicados para se integrar à pesquisa. Acredita-se que esse comportamento foi reflexo da forma de abordagem adotada e da relação de confiança que se estabeleceu com os entrevistados desde o primeiro contato. Antes da realização da entrevista os objetivos da pesquisa foram explicitados, bem como a necessidade do registro dos depoimentos. Houve um esforço no sentido de criar uma atmosfera favorável para a realização da entrevista, desmistificando eventuais receios sobre o ato. Acredita-se que essa postura contribuiu para deixar os participantes confortáveis para a realização da entrevista.

Os entrevistados foram identificados com uma letra seguida de número, como forma de preservar o anonimato e a confidencialidade dos depoimentos. Os pecuaristas familiares pais/mães com a sigla P, os filhos com a sigla F, e os extensionistas com a sigla E. Os números correspondem à ordem cronológica da entrevista. Tal informação é mostrada na Tabela 01.

Tabela 01 – Denominação atribuída a cada um dos 31 entrevistados

Entrevistado	Denominação	Entrevistado	Denominação
01	P1	17	P17
02	P2	18	F18
03	F3	19	P19
04	P4	20	F20
05	P5	21	P21
06	P6	22	P22
07	F7	23	F23
08	P8	24	P24
09	P9	25	P25
10	F10	26	P26
11	P11	27	F27
12	P12	28	P28
13	P13	29	F29
14	F14	30	E30
15	P15	31	E31
16	P16		

Fonte: Elaboração da autora

A Figura 01 tem como objetivo mostrar a localização dos estabelecimentos cujos proprietários e outros membros foram objeto de entrevista dentro do mapa do município de Jaguarão. Cada estabelecimento dos entrevistados está identificado com um ponto no local onde se situa.

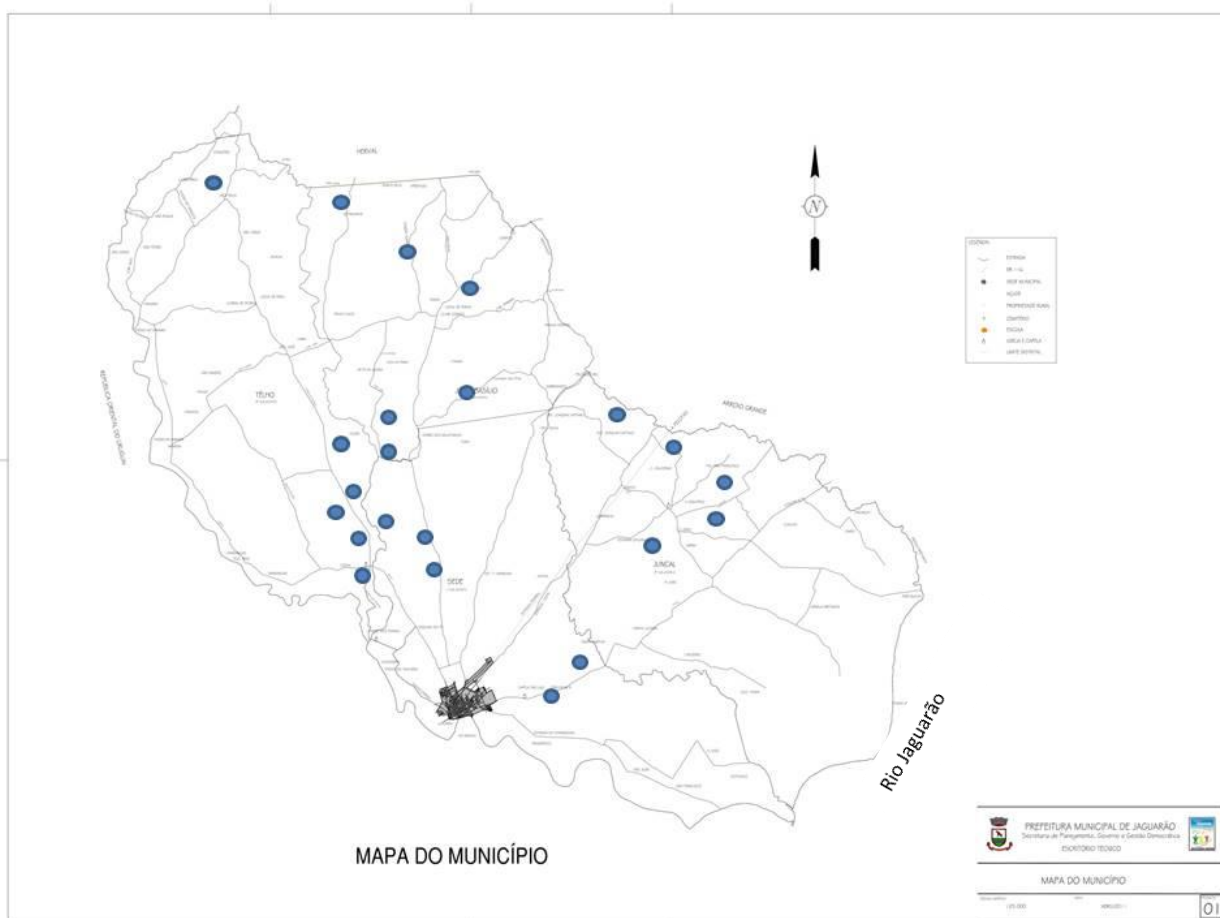


Figura 01 – Mapa com a localização dos estabelecimentos rurais dos entrevistados.
 Fonte: Prefeitura Municipal de Jaguarão, adaptado pela autora.

No mapa é possível identificar as regiões do município com maior número de estabelecimentos de pecuaristas familiares, que coincidem com os locais onde houve um maior número de entrevistados. As áreas em branco, como a costa do rio Jaguarão, por exemplo, no lado direito do mapa, são locais em que predominam os grandes estabelecimentos e lavouras de arroz e soja.

As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas na íntegra para serem organizadas e analisadas. As 31 entrevistas somaram mais de 12 h de gravação, sendo que o processo de degravação produziu 179 páginas de depoimentos cujo conteúdo converteu-se na fonte documental desta tese doutoral.

1.4.4 As análises

O método de análise utilizado foi a análise de conteúdo (BARDIN, 2011), seguindo as sugestões de Moraes (2003). A análise de conteúdo integra procedimentos que permitem analisar e interpretar o conteúdo das entrevistas. Segundo Moraes (2003), o processo de análise constitui-se em unitarização, categorização e comunicação. Parte-se do que o autor chama de desconstrução, processo entendido como “desmontagem ou desintegração dos textos, destacando seus elementos constituintes. Implica colocar o foco nos detalhes e nas partes componentes, um processo de divisão que toda análise implica” (MORAES, 2003, p. 195). Em seguida, realizou-se a comparação e aproximação dos elementos semelhantes, das recorrências, mas também das divergências entre as posições assumidas pelos entrevistados diante dos temas da pesquisa. Por fim, partiu-se para a construção do texto em si, “descrevendo e interpretando sentidos e significados que o analista constrói ou elabora a partir do referido *corpus*” (MORAES, 2003, p. 202, destacado no original). As etapas de sistematização e análise foram realizadas manualmente, sem o auxílio de softwares.

A organização das informações foi feita em categorias, as quais podem ser entendidas como: “elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si” (GOMES, 1994, P. 70). Para Moraes (2003), categorizar é o processo de comparar constantemente as unidades que foram definidas no início da análise, agrupando informações semelhantes. As categorias foram definidas a posteriori, ou seja, após a realização das entrevistas (emergentes).

As categorias de análise foram construídas a partir da intersecção de dois grandes eixos conceituais: o primeiro deles corresponde à situação da família, sua forma organizacional e a dinâmica que guia suas escolhas no âmbito produtivo e não-produtivo. O segundo eixo prende-se à atividade pecuária enquanto substrato material da subsistência das famílias, da ocupação de seus membros e da forma como se autoreconhecem no âmbito local. A primeira categoria volta-se ao panorama desenhado pelos atores sociais acerca da própria realidade. A segunda categoria diz respeito à

sucessão familiar na percepção dos indivíduos entrevistados. A terceira tem a ver com o futuro do pecuarista familiar enquanto atividade socioproductiva.

Segundo Minayo (1994) “o tratamento do material nos conduz à teorização sobre os dados, produzindo o confronto entre a abordagem teórica anterior e o que a investigação de campo aporta de singular como contribuição” (MINAYO, 1994, p. 26). É a partir de uma criteriosa aproximação com a realidade e do devido rigor na análise da informação reunida que se torna possível avançar na revisão dos conceitos e teorias já consagradas sobre o assunto em questão.

2 Sucessão geracional na pecuária familiar

O objetivo desta seção é abordar as concepções que envolvem os dois grandes eixos da pesquisa: de um lado, a questão da sucessão geracional, de outro, a dinâmica da pecuária familiar. Inicialmente foi feito um levantamento de pesquisas e referenciais que tratam sobre os temas em tela. A busca deu-se no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES), nos periódicos da SCIELO e nos bancos de teses e dissertações de Programas de Pós Graduação. A busca no banco de teses CAPES foi feita usando a keyword “sucessão geracional” e “pecuária familiar”. Como filtro foi utilizado as teses e dissertações dos últimos cinco anos. Com a expressão “sucessão geracional” foram encontradas 1473 teses e dissertações, destas, 23 estão diretamente relacionadas ao objeto desta pesquisa. Com a expressão “pecuária familiar” foram encontradas 15 teses e dissertações; destas, sete estão relacionadas ao objeto desta pesquisa. Importante mencionar que nenhuma das dissertações e teses pesquisadas tiveram como objetivo analisar a sucessão geracional na pecuária familiar.

Discutiu-se a formação do pecuarista familiar, aqui entendida enquanto objeto de análise. Tal olhar pressupõe examinar a origem e constituição de uma forma social de produção cuja lógica de funcionamento se mostra semelhante ao que se convencionou chamar “agricultura familiar” do ponto de vista da centralidade da família, mas que apresenta, não obstante, algumas singularidades, as quais, em boa medida, refletem a natureza extensiva da atividade pecuária. Neste primeiro momento, buscou-se, também, construir uma caracterização que permitiu a compreensão do modo de vida dos pecuaristas familiares.

Com relação à sucessão geracional, partiu-se da ideia de que esta representa uma das dimensões em que opera a reprodução social. Em seguida, analisaram-se as dinâmicas sucessórias ligadas aos estabelecimentos de pecuária familiar. Buscou-se ainda, resgatar trabalhos que abordaram as formas de sucessão que envolvem os agricultores familiares para, a partir destas pesquisas, compreender se, e em que medida, as dinâmicas que envolvem a sucessão geracional dos EPF refletem estratégias semelhantes, convergentes ou divergentes.

2.1 O Pecuárasta familiar: origem e formação

A definição de pecuarista familiar surgiu para garantir a essa categoria social, base essencial da população rural do pampa gaúcho, o devido acesso às políticas públicas. O pecuarista familiar é definido como: “um tipo de agricultor familiar que tem como atividade principal a bovinocultura de corte extensiva, utiliza a mão de obra da família, tem a maior parte de sua renda oriunda da atividade agrícola e detém áreas de até 300 ha” (RIBEIRO, 2016, p. 89). Para Waquil *et al.* (2016, p.12), o pecuarista familiar pode ser concebido como “um ator social diferenciado étnica e culturalmente, ligado a um conjunto de fenômenos históricos”.

Segundo Netto (2009), o pecuarista familiar é um “tipo particular de pecuarista que, contra todas as evidências da economia convencional, teima em persistir existindo nos campos gaúchos” (p. 387). Cada um desses “subtipos” de pecuarista familiar apresenta certas peculiaridades. Essas características estão ligadas à sua trajetória histórica e ao conjunto de estratégias que adotam para garantir a reprodução social de sua família. Busca-se identificar os elementos unificadores dentro da grande pluralidade de situações que se abrigam dentro desse marco conceitual que tem a família como traço definidor e aspecto diferencial.

Para Wanderley (1999, p. 24): “a agricultura familiar é um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares”. Nesse sentido, Sacco dos Anjos (1995), ao estudar as explorações familiares do estado de Santa Catarina, constatou que, apesar da diversidade que os estabelecimentos rurais daquela região apresentam, existem elementos que os unificam, segundo características

recorrentes da realidade estudada pelo autor, configurando a inseparabilidade entre unidade e diversidade.

Nesse entendimento, considera-se que os EPF apresentam especificidades ligadas ao modo de vida, o que lhes atribui traços de um tipo singular de agricultura familiar. Essas especificidades são de natureza histórica, econômica, cultural, social e ambiental. Tais grupos domésticos, “são portadores de singularidades culturais, cognitivas e técnicas que podem significar justamente o diferencial para a emergência de inovações contextualizadas localmente e para processos endógenos de desenvolvimento” (NICOLA, 2015, p. 18).

O fato de a região Sul do Rio Grande do Sul, âmbito socioespacial em que se concentra a maior parte dos pecuaristas familiares do estado do Rio Grande do Sul, ser um espaço ocupado predominantemente por grandes explorações contribuiu para que, durante muito tempo, os pecuaristas familiares fossem excluídos das políticas públicas.

Em relação a esse aspecto, cabe aqui uma pequena digressão. Segundo dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2017), o Rio Grande do Sul conta com 365.094 estabelecimentos rurais, sendo que os detentores de área superior a 500 ha correspondem a menos de 2,3% do total. Não obstante, tais explorações concentram nada menos que 48,5% da superfície agrária. A mesma fonte indica que o universo familiar da agricultura gaúcha representa 80,3% do total de estabelecimentos. Não obstante, concentram tão somente 25,2% da superfície total.

A imagem da região sul do RS aparece geralmente ligada ao imaginário das grandes estâncias de pecuária extensiva. Entende-se que essa visão, há que ser desconstruída diante das evidências de que há um grande número de pequenas explorações dedicadas a essa mesma atividade. Por hora cabe dizer que a forma de ocupação territorial da região em questão está diretamente ligada a fatos históricos de grande relevância. Nesse sentido, cabe frisar que as relações que se dão no interior das famílias de pecuaristas familiares, tais como as que afetam o processo sucessório, só serão compreendidas com o conhecimento do percurso que esses atores traçaram no seu devir histórico. É preciso entender a pecuária como uma atividade que tem suas raízes fincadas no século XVIII, como mostra a Figura 02, e que sofre grandes

mudanças ao longo do tempo. Nesse sentido, vive fases distintas fruto da conjuntura nacional e internacional, guardando vínculos com os mais diversos ciclos econômicos.

Séc. XVII	Séc. XVIII	Séc. XIX	Séc. XX
1628 - Jesuítas - introdução do gado	1730/1740 Sesmarias fixação das estâncias	1822 Extinção das sesmarias	1917 Surgimento dos primeiros frigoríficos no Rio Grande do Sul
	1759/1767 expulsão dos jesuítas - gado solto aos campos	1850 – lei das terras	Expansão dos frigoríficos (auge em 1960)
	1780 - surgimento das charqueadas	A partir de 1860 - Declínio das charqueadas	1980 - Declínio dos frigoríficos

Figura 02 – Marcos históricos da atividade pecuária no Rio Grande do Sul.

Fonte: Elaboração da autora com base em PESAVENTO, 1986; LUVIZOTTO, 2009; NETO, 2010; GULARTE, 2015; NICOLA, 2015.

2.1.1 Os jesuítas e a introdução do gado no Rio Grande do Sul

A ocupação do território da região Sul do estado do Rio Grande do Sul se deu de forma diferenciada em relação às outras regiões do estado. Nesse contexto, um dos marcos fundamentais do processo histórico de ocupação do território sul-rio-grandense corresponde ao surgimento das missões jesuíticas. A contribuição dos jesuítas à formação histórica, social, econômica, política e cultural do Rio Grande do Sul, só é comparável ao ocorrido nos demais países que integram o chamado “Cone Sul”. Foram eles os responsáveis pela introdução de animais de tiro (cavalos, mulas), mas também de bovinos, suínos, ovinos, etc., em uma ampla zona que se estende por áreas hoje pertencentes ao Uruguai, Brasil, Paraguai e Argentina. As chamadas “reduções

jesuíticas” representaram a primeira iniciativa de natureza econômica, centrada, sobretudo, na produção de couros, sebo, e outros produtos levados em grande medida para o Velho Mundo, sobretudo no período compreendido entre os séculos XVII e XVIII (LUVIZOTTO, 2009; NETO, 2010).

Com a expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses (1759) e espanhóis (1767), o gado acabou livre nos campos. Tais animais tornam-se bravios e formam um imenso rebanho denominado de Vacarias del Mar, os quais eram caçados e abatidos para a venda do couro (KRONE; MENASCHE, 2016; GUTIERREZ, 2001). Os jesuítas deixaram esse grande legado, o qual influenciou a história da região, condicionando, inclusive, o modo como o Rio Grande do Sul se incorporou, economicamente, ao resto do país, seja em tempos de império, seja em termos da república.

2.1.2 As sesmarias⁶ e a formação das estâncias

Segundo Luvizotto (2009) foi a presença do gado o principal motivo para a ocupação e fixação de portugueses no solo gaúcho. As áreas do sul do estado foram distribuídas por meio das sesmarias, ao longo do século XVIII, em um ambiente de inúmeros conflitos militares, com o objetivo de guarda das terras⁷ e de operar a produção extensiva de gado de corte. Na região norte e nordeste do Rio Grande do Sul, durante o século XIX, houve um processo de ocupação via introdução massiva de imigrantes europeus, que receberam pequenos lotes de terra e desenvolveram uma agricultura baseada em pequenos estabelecimentos, por meio de atividades diversificadas e intensivas (RIBEIRO, 2009). No início do século XVIII, o aumento da atividade mineira no estado de Minas Gerais ocasionou o aumento da demanda por proteína, surgindo daí um ingente mercado interno da carne no Brasil.

⁶ Lotes de terras distribuídos pela Coroa portuguesa para povoar o local e garantir sua guarda. Segundo Castro (2009, p. 68) “a sesmaria significa o elemento que atendeu a uma forma de ocupação do território brasileiro em função dos interesses mercantis europeus e implicou no estabelecimento de grandes unidades de produção rural”.

⁷ Nesse sentido PICCIN (2012) denomina os grandes produtores, latifundiários criadores de gado, de senhores da terra e da guerra, em suas palavras: “Os senhores da terra também são senhores da guerra porque os referidos processos históricos agem como chicote que mobiliza os subordinados pela fome. Os mobiliza tanto como mão de obra nos domínios senhoriais, quanto como reserva de soldados à arregimentação nos exércitos particulares para os conflitos e revoluções dos senhores” (PICCIN, 2012, p. 88).

Com a distribuição das sesmarias e a presença do gado nos campos, formaram-se as grandes estâncias. A mão de obra utilizada nas grandes estâncias pecuárias era formada basicamente por escravos, peões, capatazes e posteiros, sendo que o número de peões variava conforme a dimensão econômica do estabelecimento. Os peões, geralmente, eram os índios e os gaudérios ou gaúchos, que percorriam a região, recebiam pagamentos em valores monetários, sendo estes os responsáveis pelos trabalhos com o gado. Os capatazes, responsáveis pela fiscalização, eram remunerados com valores monetários e animais, fato que lhes permitia formar seus próprios rebanhos. Os posteiros, em troca do trabalho, recebiam autorização para morar em uma pequena parcela de terra da estância, bem como plantar e criar suas roças destinadas à própria subsistência (PESAVENTO, 1986, p. 17). Os trabalhadores livres, por vezes, tinham acesso a uma pequena parcela de terras que era desprezada pelos estancieiros, onde nelas se estabeleciam com suas famílias, ou, ocupavam uma pequena área, que não lhes pertencia, construindo, nesses espaços, a própria morada em troca da prestação de serviços (PICCIN, 2012). Destaca-se a importância do trabalho escravo nas estâncias e charqueadas, que falaremos na sequência. Em Jaguarão, por exemplo, no ano de 1833, do total de 5.547 habitantes, 45,6% eram escravos. Nessa época, o principal ativo da atividade pecuária era a mão de obra escrava, uma vez que os campos e o gado tinham baixo valor (MARTINS, 2001; FRANCO, 2001).

2.1.3 As charqueadas

O surgimento da produção de charque deu-se a partir de 1780. No final do século XVIII surgem as primeiras charqueadas na região de Pelotas. Com as novas técnicas de conservação de carnes foi possível ampliar o mercado, uma vez que a durabilidade da carne salgada era maior (LUVIZOTTO, 2009). A maioria das charqueadas encontrava-se no município de Pelotas. Com o auge destas estruturas produtivas, o artigo principal da pecuária passa a ser o charque e não mais o couro. Segundo Andreatta (2009), as charqueadas possibilitaram uma grande movimentação de capitais na região, sendo responsáveis pelo surgimento de um importante centro

comercial e financeiro, convertendo-as em um marco crucial para a economia e a história regional.

No início do século XIX o que importava para os criadores era a quantidade de animais que formavam o rebanho, inexistindo um processo de seleção de raças ou melhoramento genético. O contrabando de gado para o país vizinho (Uruguai) era frequente, sendo esta uma forma de driblar as taxas alfandegárias. Muitos produtores tinham terras nos dois lados da fronteira, o que facilitava este artilúgio do gado transitar de um lado a outro para eludir o pagamento de impostos (FRANCO, 1979; FERRER, 2011). Desta forma, “o contrabando assumia características de uma estratégia de sobrevivência e oportunidade de crescimento” (FERRER, 2011, p. 38). Alguns charqueadores também eram estancieiros. Nas estâncias, a extinção das sesmarias e o cercamento dos campos modificaram a estrutura e o funcionamento destas atividades.

2.1.4 Extinção das sesmarias – Lei das terras e cercamento dos campos

A extinção do regime de sesmarias se deu em 1822. Posteriormente surge a Lei das Terras (1850), bem como o cercamento dos campos, a partir de 1870. Desse modo se instauram novas bases na regulação do acesso à terra, incluindo a sua transmissão por herança. É nesse contexto, que se assentam as bases da estrutura fundiária da região Sul do Rio Grande do Sul. A questão da desigualdade aparece explicitada em Pesavento (1986), quando evoca os grandes contrastes, onde, de um lado, havia estabelecimentos “com mais de 12 léguas, enquanto que havia famílias que não possuíam ‘um palmo’”⁸ (PESAVENTO, 1986, p. 17, aspas no original).

A célebre obra de Alberto Passos Guimarães – Quatro séculos de latifúndio – descreve, nos seguintes termos, as origens portuguesas do regime de sesmarias:

De acôrdo [sic] com os preceitos que regulavam a concessão de sesmarias, estas eram concedidas sempre a título precário e sob três condições: medição, confirmação e cultura. A primeira destas condições – a medição – era raramente observada, o que se explica pelo elevado custo dessa operação,

⁸ Uma légua de sesmaria equivale a 4.356,00 ha. A área evidenciada por Pesavento (1986) corresponde a 52.272 ha. Nos termos do Estatuto da Terra (Lei 4.504 de 30/11/1964) ultrapassaria em muito o limite de enquadramento para um latifúndio por extensão no contexto de localidades Jaguarão (24.000 ha), onde o módulo fiscal equivale a 40 hectares.

assim como pela escassez de técnicos capazes de levá-la à prática; quanto às outras duas, e principalmente a última, não havia como justificar o seu descumprimento. A exigência de cultivar as terras doadas era inerente ao próprio instituto sesmeiro que, para tal fôra [sic] criado, pois, como já tivemos ocasião de dizer, êle [sic] representava uma restrição ao direito de propriedade ao considerar reversível ao patrimônio público a terra que não fosse utilizada (GUIMARÃES, 1968, p.58)

O cercamento dos campos, na década de 1870, marcou uma grande transformação para a atividade pecuária, dado que possibilitou a formação de “invernadas” para engordar novilhos⁹, a separação do gado de cria e das vaquilhonas¹⁰, bem como a seleção dos rebanhos e o incremento da criação de ovinos (FRANCO, 2001). Segundo Costa (2014, p. 86):

Já nos finais do século XIX, o gaúcho se transformou durante o câmbio cultural e tecnológico então em curso, o da modernização. Frente a condições, como a introdução de novas raças de gado, o cercamento das propriedades com arames, o cultivo de grãos, a expansão da ovinocultura, a entrada do trem de ferro que substituiu a carreta, a chegada de imigrantes de origem europeia e o fim dos confrontos armados. O gaúcho, aos poucos, se “apaísana”. O tipo original some, integra-se à sociedade rural em franca mudanças sociais (aspas no original).

Com o cercamento dos campos, os grandes estancieiros, com o objetivo de liberar toda a área de seu domínio para a produção comercial, passam a expulsar as famílias de trabalhadores de suas terras. Nas franjas destes domínios poderiam os peões e suas famílias cultivarem alimentos para o seu consumo e construir suas próprias casas. Outra obrigação desses trabalhadores, além de prestar serviço nas estâncias, era de servir aos estancieiros nas guerras (PICCIN, 2012, p. 251). Essa realidade vai ao encontro da afirmação de que:

[...] no Brasil, a grande propriedade, dominante em toda a sua história, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Neste contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira (WANDERLEY, 1999, p. 38).

⁹ Macho bovino com idade entre 13 e 24 meses.

¹⁰ Fêmea bovina com idade entre 13 e 36 meses.

Somente no final do século XIX é que os rebanhos começam a perder sua situação primitiva de rusticidade. Nessa época houve modificações, modernizando as instalações e o manejo do gado (MARTINS, 2001).

2.1.5 Declínio das charqueadas, surgimento dos frigoríficos e evolução da bovinocultura de corte no século XX

No final do século XIX e início do século XX, ocorreu o declínio das charqueadas (NICOLA, 2015). Alguns dos fatores que contribuíram para essa queda foram: a concorrência do charque uruguaio, bem como a diminuição das tarifas alfandegárias de importação, situação que beneficiava a entrada do charque dos países vizinhos no Brasil a preços menores. Além disso, enquanto nos países do Prata dá-se a substituição da mão de obra escrava pela livre, mais rentável economicamente, o RS seguia preso a um regime escravocrata dentro de um contexto em que se extinguíam as rotas de tráfico internacional de escravos.

O surgimento dos frigoríficos no Rio Grande do Sul deu-se no início do século XX. Empresas multinacionais adquiriram algumas charqueadas, transformando-as em modernos frigoríficos. Com o advento dos frigoríficos tem-se um novo ímpeto à produção pecuária gaúcha. (NETTO, 2009; ANDREATTA, 2009). O auge desses empreendimentos deu-se na década de 1960, com a instalação de modernas estruturas de abate e processamento. Houve também mudanças produtivas relevantes via melhoramento genético dos rebanhos e de cuidados sanitários (RIBEIRO; QUADROS, 2015). A idade dos animais abatidos foi reduzida sensivelmente. O tempo para que os animais estivessem aptos para o abate diminuiu de oito anos, na época das charqueadas, para quatro e meio a cinco anos já no tempo dos frigoríficos. Por fim, com o pastoreio rotativo¹¹, atingiu-se uma média de três anos (SEVERO; MIGUEL, 2006).

Paralelamente aos fatores históricos, alguns acontecimentos econômicos marcaram a atividade pecuária no século XX. É importante lembrar que na década de 1950 o Brasil adotou o modelo de substituição das importações, no qual a indústria era protagonista do desenvolvimento e competia ao mundo agrário-rural, dentro desse regime, o fornecimento de mão de obra, matéria-prima a custos decrescentes, bem

¹¹ Divisão da pastagem em pequenas áreas, que são pastejadas em sequencia pelos animais.

como fomentar as exportações. Ao longo da década de 1960 o Estado passa a financiar a modernização técnica e produtiva dos estabelecimentos, sendo que muitos pecuaristas, com pouca experiência no uso dos instrumentos de crédito e desconhecimento das técnicas de melhoramento do rebanho e pastagens, acabaram falindo (SEVERO; MIGUEL, 2006).

A modernização conservadora, que se aprofunda nas décadas de 1960 e 1970, com políticas voltadas para a modernização da agricultura, mas sem introduzir mudanças estruturais, favoreceu a grande propriedade, bem como os produtores que souberam usufruir dos generosos subsídios concedidos pelo Estado autoritário (1964-1985) (SACCO DOS ANJOS; CALDAS, 2008).

A partir de 1980, a restrição do crédito subsidiado e a alta da inflação desestimularam os investimentos na atividade pecuária. Além disso, a divisão das terras pelos mecanismos de herança reduziu o tamanho dos estabelecimentos e, conseqüentemente, a rentabilidade da pecuária extensiva. A saída seria a intensificação da produção, o que não seria possível sem investimentos em melhoramento e tecnologias. Os frigoríficos também foram atingidos pelo endividamento, processo esse resultante da elevação dos juros, o que culminou com o declínio desses estabelecimentos na década de 1980 (FONTOURA, 2019).

Nos anos 1990, as políticas neoliberais provocaram mudanças significativas na bovinocultura de corte. O novo cenário de abertura comercial exigiu ajustes por parte dos pecuaristas, visto que, acirrou-se a concorrência com os estados de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e com Uruguai e Argentina. As margens de lucro ficaram menores e as variações cambiais passaram a fazer parte do cenário econômico, aprofundando, ainda mais, a crise dos pecuaristas gaúchos (SEVERO; MIGUEL, 2006; ANDREATTA, 2009). Os incentivos à exportação, no cenário brasileiro, especialmente a partir de 1990, resultaram no crescimento da exportação de *commodities*, estando a carne bovina incluída nesse cenário. Contudo, o mercado nacional ainda era o destino principal, absorvendo a maior parte da carne bovina.

Nesse cenário, era preciso atender as exigências de produção, industrialização e comercialização internas e externas (NICOLA, 2015). Ao analisar as formas de inserção do pecuarista familiar na cadeia da carne, Sandrini (2005) identificou três formas de

inserção: as unidades familiares autônomas, que apenas comercializam o produto quando precisam de dinheiro; as unidades diversificadas, que apresentam grau médio de mercantilização e comercializam nas épocas de melhores preços e, por fim, as unidades familiares com alto grau de mercantilização, as quais comercializam sua produção quando o gado está pronto para o abate. Deste grupo fazem parte unidades produtivas que se especializam no engorde de terneiros em feiras, abrindo mão por completo do ciclo completo (cria-recria-terminação).

Nos últimos anos, observa-se a redução do consumo da carne bovina, devido à diminuição da demanda interna. Alguns estudos detectam que a carne bovina tem sido substituída, em parte, pelas carnes brancas. Ainda assim, o mercado interno é responsável por absorver cerca de 80% da produção total. Apesar disso, o Brasil se mantém entre os principais produtores mundiais (NETO, 2018).

2.1.6 Os pecuaristas familiares

Explicada, a grandes traços, a formação das estâncias e a história da pecuária gaúcha, nosso olhar se volta agora para a questão específica da constituição do que consideramos como a categoria social dos pecuaristas familiares. Com o passar dos anos, algumas das grandes estâncias¹² da região Sul, voltadas para a criação de gado, tiveram suas áreas divididas em função dos mecanismos de herança e das crises econômicas¹³. Com essa divisão surgiram os pecuaristas familiares, detentores de estabelecimentos de menor porte (SANDRINI, 2005). No entanto, a região foi predominantemente conhecida como região de latifúndios, concepção que reflete os traços de uma estrutura fundiária que, como vimos, segue ainda bastante concentrada. Não obstante, Ribeiro relata que:

A predominância da bovinocultura de corte, nesta região durante séculos, acabou estabelecendo uma interpretação e um senso comum de que esta seria

¹² A palavra estância por si só não representava somente os grandes estabelecimentos. Originária da língua espanhola, a palavra identifica explorações voltadas à criação de gado, independente do tamanho do estabelecimento e do número de animais criados (OSÓRIO, 2016).

¹³ No século XIX as formas de acesso à terra eram: a doação das sesmarias, posse, arrendamento, herança ou compra. Também existiam criadores que não eram proprietários de terras, criavam o gado como posseiros, capatazes ou arrendatários (FERNANDES; MIGUEL, 2016).

a região onde haveria apenas as grandes propriedades e os “estancieiros” e onde a pequena propriedade não teria significação e representatividade. Isto é, seria a região onde haveria pouca (ou nenhuma) expressão da “agricultura familiar” (RIBEIRO, 2016, p. 87, aspas no original).

Alguns pesquisadores mostraram, entretanto, que os pequenos estabelecimentos criadoras de gado eram mais numerosas na campanha e no sul gaúcho já no século XIX. Esse é um dos achados da pesquisa de Fernandes e Miguel (2016), realizada no município de Santana do Livramento. Esse trabalho demonstrou, por meio da análise de inventários e de censos da época, que, nesta localidade, a maior parte dos produtores era formada por pequenos e médios criadores. A investigação de Farinatti (2005), no município de Alegrete, também constatou que a maioria dos criadores de gado daquele município era constituída por produtores medianos e pequenos. A pesquisa de Nicola (2015) destacou a importância da bovinocultura de corte no processo de ocupação do Rio Grande do Sul e a presença expressiva de pequenos e médios produtores rurais que se dedicavam à pecuária desde os primórdios da colonização. Piccin (2012) também defende que: “a imagem da posse e propriedade da terra na Campanha na primeira metade do século XIX estava longe de ser representada apenas por grandes domínios” (PICCIN, 2012, p. 63).

Ao analisar a distribuição do rebanho bovino em Jaguarão, no período de 1802 a 1834, Gularte (2015) descreve a existência de muitos estabelecimentos com rebanhos pequenos e uma elevada concentração de grandes rebanhos em poucos estabelecimentos. Segundo suas próprias palavras:

Na faixa entre 1 e 500 reses encontramos a grande maioria das unidades produtivas (71,8%), indicando uma grande presença de unidades de pequeno porte; porém, essas unidades detinham apenas 10,8% do rebanho. No outro extremo, estavam as grandes estâncias que contavam com mais de 5000 reses, que representavam apenas 5,1% das unidades e concentravam 60% do rebanho. Esses dados indicam uma elevação na concentração de reses em comparação com toda a capitania no período entre 1765 e 1815, quando nas faixas entre 1 e 500 reses encontravam-se 78% das unidades e 17% do gado, e na faixa acima de 5000 vacuns havia um percentual bastante diminuto de unidades (1,7%), as quais detinham 27,5% do rebanho (GULARTE, 2015, p. 85).

Existem ainda outras duas explicações para o surgimento dos pecuaristas familiares: a primeira corresponde à dedicação à pecuária dos agricultores familiares

que migravam das regiões coloniais para as regiões em que havia criação de gado e a segunda explicação refere-se à compra de terras pelos peões que trabalhavam nas grandes estâncias (FERNANDES; MIGUEL, 2016). Para Ribeiro (2009), foram quatro os fatores responsáveis pela permanência da bovinocultura de corte como atividade principal da região Sul do Rio Grande do Sul: a instabilidade política, devido à ocorrência frequente de guerras e conflitos; a instabilidade climática; a existência de gado, trazido pelos jesuítas e as facilidades na comercialização.

Tendo discutido a origem e formação dos pecuaristas familiares, torna-se necessário destacar que os trabalhos realizados, até bem pouco tempo atrás, davam conta de caracterizar os pecuaristas familiares como produtores descapitalizados, com receitas baixas e com pouca representatividade política. Hoje, mesmo com o aumento do número de estudos sobre este coletivo, sua definição conceitual ainda é tema de controvérsia (RIBEIRO, 2009).

Visando analisar diferentes estilos dos pecuaristas familiares, Neske (2016) identificou três subtipos. O primeiro deles corresponde ao caso de pecuaristas familiares não especializados e que praticam a pluriatividade¹⁴, apresentando baixa integração ao mercado. Em segundo lugar, tem-se os pecuaristas familiares não especializados, sendo estes igualmente pouco integrados ao mercado. Por fim, tem-se os pecuaristas familiares especializados, que são altamente integrados ao mercado. O autor aponta ainda uma característica comum a todos os estilos de pecuaristas, qual seja, “o fato de que a base alimentar dos rebanhos tem como principal componente forrageiro a pastagem nativa” (NESKE, 2016, p. 140).

Alguns autores utilizam o grau de modernização produtiva como critério para diferenciar a pecuária entre a modalidade tradicional e a empresarial. No entendimento de Ribeiro e Quadros consta que:

A partir dos anos 1960 podemos distinguir pecuária tradicional (a maioria dos produtores) e pecuária empresarial (um grupo pequeno de produtores que se modernizou). A diferença está na racionalidade da gestão e nos tempos dos

¹⁴ A pluriatividade, segundo Sacco dos Anjos e Caldas (2007, p. 158), pode ser entendida como “[...] estratégias de supervivência adoptadas por los pequeños agricultores y campesinos para garantizar la reproducción social de sus familias. Tales estrategias se han desarrollado mediante la combinación de diversas actividades (agrícolas y no agrícolas) realizadas dentro o fuera de las propias explotaciones”. Sobre esse assunto, ver também Graziano da Silva (1999).

ciclos produtivos. A pecuária tradicional, com médias na idade de abate de 4,5 anos, é definida como de ciclo longo, enquanto a pecuária empresarial tem ciclos que variam entre 16 e 24 meses (ciclo curto) (RIBEIRO; QUADROS, 2015, p. 23).

Enquanto a pecuária tradicional seria aquela que se dá em regime extensivo, com pouca inovação e escasso investimento, a pecuária empresarial produz de forma intensiva, com investimentos em inovações (FONTOURA, 2019). Nas palavras do autor: “Ainda que sem uma ruptura significativa com a oligarquia rural, esta nova classe de empresários lidera a condução e a representação das relações capitalistas e de mercado no campo a partir dos anos 1990” (FONTOURA, 2019, p. 228).

É importante lembrar ainda uma importante característica da atividade pecuária: a relação direta que possui com os recursos naturais, uma vez que depende fundamentalmente da vegetação natural, do campo nativo, dos recursos hídricos e de outros ativos territoriais. Nesse sentido, está a afirmação de que:

A reprodução dos meios produtivos e da vida social dos pecuaristas familiares são mais dependentes dos recursos oferecidos ‘gratuitamente’ pela natureza (chuva, energia solar, pastagem natural, mata nativa, etc.), o que revela que a autonomia e emancipação em relação aos mercados passa por essas ‘trocas’ realizadas com a natureza (NESKE, 2016, p. 144, destacado no original).

Sob a ótica ambiental, Borba (2016) constatou que os impactos que a pecuária familiar causa à vegetação são moderados e totalmente reversíveis. Se a atividade for analisada sob a ótica ambiental e cultural, pode ser considerada uma forma ecológica de produção, uma vez que depende mais dos recursos naturais e de energias renováveis do que de recursos externos. Também é evidente a importância da pecuária familiar como uma atividade que caracteriza “um modo de vida associado à natureza para a conservação dos ecossistemas campestres e [que aporta] seus benefícios à sociedade¹⁵” (BORBA, 2016, p. 202).

¹⁵ Com base nessa ideia, foi formada uma rede, a Rede Alto Camaquã (ReAC), que conta com a articulação de diversas instituições, para desenvolver um projeto visando a valorização do território, através da criação da marca “Alto Camaquã”. Esta aglutina em torno de si os produtos e serviços que conectam a marca à paisagem, à preservação ambiental, à cultura e história do território. Por meio dessa iniciativa buscam alcançar mercados alternativos, que valorizam a relação com o ambiente natural. Vários produtos e serviços foram elencados como potenciais, dentre eles a carne, a lã, o turismo, o artesanato, sendo que a carne de cordeiro foi o primeiro produto da marca lançado no mercado.

Esta relação estreita que a categoria social apresenta com o meio ambiente faz da pecuária familiar, uma atividade estratégica para a conservação do ecossistema (AZEVEDO; FIALHO, 2016). Nesse sentido, “os pecuaristas familiares’ são atores sociais incontornáveis para a manutenção do bioma Pampa, seriamente ameaçado de extinção” (ANDREATTA, WAQUIL, MIGUEL, 2016, p.81, destacado no original).

Para Tourrand (2016), o funcionamento da pecuária familiar pode ser comparado a um tripé que é formado por: campo nativo (vegetação típica do bioma Pampa, que alimenta os animais); o rebanho, formado pelos animais, que em sua maioria são bovinos e/ou ovinos e, a família, que executa as atividades.

As estratégias adotadas, ao fim e ao cabo, pelas famílias para garantir a sua reprodução social em um contexto de vulnerabilidade são resultantes do seu modo de vida, que inclui o contexto em que está inserida e os recursos de que dispõe. Compreender o modo de vida desta categoria social é o que pretendemos realizar na seção subsequente desta tese.

2.1.6.1 Os Modos de vida dos pecuaristas familiares a partir da sistematização de trabalhos existentes

O modo de vida envolve a capacidade (no sentido do que as pessoas são capazes de fazer e ser) dos indivíduos de prover a própria subsistência, fazendo uso dos recursos disponíveis. É socialmente sustentável na medida em que consegue superar situações adversas e passar essas capacidades para as gerações futuras (CHAMBERS E CONWAY, 1991).

Freitas (2015) descreve a diversificação dos “meios de vida¹⁶” como um conjunto de estratégias criadas para superar situações de instabilidade e como oportunidade de transformar ou manter uma condição, especialmente em circunstâncias de vulnerabilidade. Segundo Spanevello (2008), a decisão entre permanecer ou não no estabelecimento rural e assumir o negócio familiar tem a ver, diretamente, com a forma como avaliam o modo de vida no meio rural. Com relação ao modo de vida dos pecuaristas familiares pode-se afirmar que:

¹⁶ A palavra *livelihood*, pode significar tanto meios de vida quanto modos de vida. No entanto, modo de vida parece ser a tradução mais adequada (RIBEIRO, 2009).

[...] o modo de vida pode ser utilizado como fator explicativo das diferentes escolhas que são feitas pelos “pecuaristas familiares”. As suas estratégias utilizadas não são, necessariamente, em busca do lucro ou do melhor rendimento dos recursos e capitais disponíveis. O modo de vida dos pecuaristas familiares constitui-se na combinação de alternativas que são utilizadas na composição das formas de sobrevivência e de reprodução (RIBEIRO, 2009, p. 87, destacado no original).

Essa definição aponta para o entendimento de que a ampliação de inovações voltadas à atividade pecuária, a exemplo do melhoramento genético, da rastreabilidade, e da suplementação alimentar, mostram-se, por vezes, distantes da lógica que impera dentro do modo de vida dos pecuaristas familiares (NESKE, 2016).

Em pesquisa realizada na região do Alto Camaquã, Borba (2016) relata que a não-adoção dos modelos produtivos modernos, por parte dos pecuaristas familiares daquela região, levou à estigmatização da região como subdesenvolvida. Os pecuaristas familiares da região da Campanha também não tiveram grandes alterações produtivas em função da modernização da agricultura (NESKE, 2016), ao contrário da região Norte do estado do Rio Grande do Sul, onde os agricultores familiares apresentaram intensa especialização produtiva, por meio da produção de *commodities* (CONTERATO, 2004; GAZOLLA, 2004).

Em estudo que caracterizou e analisou os pecuaristas familiares do Rio Grande do Sul, no período 2003/2004, Andreatta (2009) destacou, que:

[...] o pecuarista raciocina na lógica da maximização do número de animais, em vez da produção/produtividade. Como consequência, a comercialização não se efetiva mediante uma oportunidade de mercado ou quando os animais estão aptos para o abate. A comercialização se dá mediante alguma emergência (ANDREATTA, 2009, p. 156).

Pode-se afirmar que, dentre as tarefas mais difíceis para o pecuarista familiar, está a de equacionar o equilíbrio entre a esfera da produção para geração de renda, o atendimento às necessidades de consumo e a gestão do patrimônio familiar. Esse equilíbrio interno depende diretamente da situação da família, caracterizada pelo ciclo de vida e pela perspectiva de reprodução geracional, que determinará a projeção do grupo doméstico para o futuro no longo prazo (MATTE, SPANEVELLO, ANDREATTA, 2016). Já há alguns anos, os números apresentados pelos censos, bem como a

observação da realidade, permitem chegar à constatação de que as dinâmicas que envolvem os processos sucessórios no meio rural estão em constante transformação.

Sacco dos Anjos e Caldas (2006) chamam atenção para três transformações demográficas importantes que atingem o meio rural e que podem estar afetando a sucessão geracional das famílias rurais: a masculinização, o envelhecimento e a desagrarização. Para estes autores, a masculinização e o envelhecimento resultam de um êxodo rural seletivo que envia para as cidades, em grande medida, a mão de obra jovem e majoritariamente feminina. Segundo Balsadi e Grossi (2016), no período entre os anos 2004–2014, a PEA agrícola feminina reduziu em 1,2 milhão de pessoas, sendo que os maiores índices foram no Nordeste e no Sul, redução que correspondeu a 73,7% do total. Com relação aos jovens, a redução foi de 2,6 milhões de pessoas da PEA agrícola com idade de 15 a 29 anos. “Ou seja, no Brasil, de cada quatro pessoas que deixaram a PEA agrícola, três eram jovens com idade de 15 a 29 anos” (BALSADI; GROSSI, 2016, p. 87).

O envelhecimento decorre, também, do aumento da esperança de vida da população rural e da queda das taxas de fecundidade da população rural. No último caso, o impacto é claro e inequívoco ao promover um reduzido número de filhos. A desagrarização, por sua vez, está relacionada com a baixa capacidade da agricultura na ocupação da população economicamente ativa perante o crescimento das atividades extra agrícolas. Muitas das pessoas que permanecem no campo vivem de ofícios que nada têm a ver com a produção agropecuária.

As questões referentes ao aumento do êxodo rural envolvem temas como o envelhecimento, a masculinização e desagrarização da população rural e seus desdobramentos. Todavia, vão além, englobando as expectativas dos jovens rurais e a sucessão geracional nos estabelecimentos familiares. Estamos diante de questões que envolvem a complexidade dos processos ligados à reprodução social dos estabelecimentos rurais familiares.

2.2 A reprodução social

A reprodução social aborda os caminhos que levam à continuidade de estruturas, práticas e instituições (BRUMER; ANJOS, 2008). No caso dos estabelecimentos rurais familiares, existem duas formas de reprodução social: a reprodução de curto prazo e a de ciclo longo. A abordagem de ciclo curto se refere à reprodução da unidade de produção familiar no ciclo anual, analisa como são utilizados os recursos naturais, o conhecimento e o trabalho para atender a família e às dinâmicas do ciclo produtivo. Já a abordagem de ciclo longo, remete à reprodução geracional. As famílias rurais adotam estratégias dos dois tipos, simultaneamente, no ciclo curto e no ciclo longo, para reproduzir-se (ALMEIDA, 1986).

A compreensão das estratégias de reprodução social dos estabelecimentos rurais familiares é fundamental para o entendimento do processo sucessório. Pode-se definir estratégias de reprodução social como: “o conjunto das práticas pelos quais os indivíduos ou grupos de indivíduos tendem, consciente ou inconscientemente, a manter ou melhorar sua posição na estrutura social” (PICCIN, 2012, p. 22).

Para Piccin (2012), as estratégias de reprodução têm seu princípio na necessidade da posição que se busca reproduzir. Em suas palavras, as estratégias de reprodução não são fundamentadas apenas nos estilos de vida, “mas quanto aos princípios de visão e divisão que são ao mesmo tempo individuais e coletivos porque constituintes de um grupo que se reconhece entre iguais e que fundamenta o consenso sobre o mundo social” (PICCIN, 2012, p. 233).

A noção de estratégias de reprodução vem do sociólogo Bourdieu. Essa noção explica a reprodução da disposição dos sujeitos no espaço social por meio da socialização. Bourdieu define o conceito de *habitus* como:

[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...] (BOURDIEU, 1983, p. 65).

Nesse sentido, para Bourdieu são as disposições que orientam as ações dos indivíduos, para ele, as estruturas são dinâmicas, são ao mesmo tempo produto e produtoras de ações (THIRY-CHERQUES, 2006). Para Thiry-Cherques (2006) as disposições “são as rotinas corporais e mentais inconscientes que nos permitem agir sem pensar” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 33).

O *habitus* não é mecânico, mas sim “o produto da incorporação da ordem social e histórica socializada e orienta sua ação para assegurar a reprodução das condições que o formam” (SPANVELLO, 2008, p. 40). Para esta autora:

Embora o *habitus* pressuponha o ajustamento entre as condições objetivas e subjetivas dos indivíduos e, com isso, a reprodução das condições que o formaram, isso não significa que seja imutável. Ocorre que, em determinadas condições de mudanças, pode ocorrer um desajustamento entre as condições objetivas e subjetivas na percepção dos próprios agentes sociais ou indivíduos. Desse modo, pode ocorrer a não-reprodução das estruturas e relações formadoras ou geradoras do *habitus* inicial (SPANVELLO, 2008, p. 40).

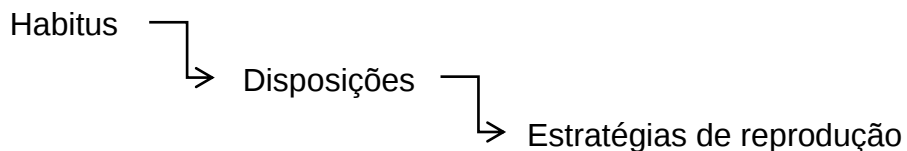
Ainda segundo Spanevello (2008, p. 40) o *habitus* é o “princípio orientador das estratégias de reprodução”. Esta autora argumenta que, para Bourdieu, os indivíduos visam preservar, aumentar e reproduzir o capital ou a posição social em que se encontram, e para isso usam estratégias, que podem ser biológicas, educacionais, matrimoniais, econômicas, simbólicas e também estratégias de sucessão. As estratégias biológicas, dizem respeito à fecundidade; as de educação à escolaridade e à obtenção de diplomas; as matrimoniais aos arranjos conjugais; as econômicas ao capital e patrimônio; as simbólicas podem ser, por exemplo, questões referentes à desvalorização de outros grupos e, por fim, as estratégias de sucessão são as que visam garantir a transmissão do patrimônio através das gerações. O casamento, por exemplo, “não é uma simples questão de escolha individual; a rigor, não são apenas dois indivíduos que se casam, mas duas famílias que entram em acordo” (WOORTMANN, 1995, p. 157). Para Bourdieu (1962), a principal função do casamento seria a de garantir a sucessão sem comprometer o patrimônio da família¹⁷.

¹⁷ Essa constatação vem de um estudo realizado por ele no período de 1959 a 1960 na antiga província francesa de Bearn.

Consideram-se oportunas as observações de Scott a respeito do conceito de habitus de Bourdieu. Segundo suas próprias palavras:

O habitus de Bourdieu é um conceito tão essencial para a análise da vida social que está presente nos principais estudos empíricos de quase todas as esferas da sociologia, desde aqueles sobre pobreza e underclass, passando por mídia e política, até o consumo das artes. O objetivo de Bourdieu era denotar certas propriedades implantadas nas mentes e nos corpos dos seres humanos. Ele definiu tais propriedades como “disposições transferíveis de duráveis por meio das quais as pessoas percebem, pensam, apreciam, agem e avaliam o mundo” (SCOTT, 2006, p.98; destaques no original)

As teorias de Bourdieu sobre as estratégias de reprodução e sobre o habitus ajudam na compreensão das estratégias de reprodução social adotadas pelos pecuaristas familiares. Para o desenvolvimento desta pesquisa interessa, especialmente, uma das estratégias de reprodução explicadas por Bourdieu, qual seja, a que envolve as estratégias de sucessão. Resumidamente, o esquema abaixo ilustra os principais pontos, que na concepção de Bourdieu, formam as estratégias de reprodução.



Para o sociólogo francês Bernard Lahire o conceito de habitus como sistema homogêneo de disposições precisa ser redefinido, uma vez que esse conceito explica uma sociedade homogênea, que não é o caso da sociedade atual, na qual desde cedo os indivíduos conhecem uma grande diversidade de contextos socializantes (LAHIRE, 2004).

2.2.1 O patrimônio de disposições na formação do sucessor

Bernard Lahire é um sociólogo e professor francês que, apesar de questionar diversos pontos da teoria de Bourdieu (LAHIRE, 2004), faz uso desse conceito no sentido de aprofundá-lo. Em entrevista, Lahire conta que durante sua trajetória

acadêmica esteve constantemente em dúvida sobre as diferentes teorias e escolas sociológicas. Segundo suas palavras sua contribuição sociológica consistiu em:

[...] uma nova maneira de pensar o mundo social segundo uma escala individual, ou seja, levando sistematicamente em conta as variações inter-individuais e intra-individuais dos comportamentos. Minhas próprias interrogações são originárias da superação crítica (empírica e teórica) da teoria do habitus (LAHIRE, 2004, p. 317).

Lahire diz que seus estudos sempre estiveram situados entre a sociologia da educação e a sociologia da cultura. Estuda, entre outros pontos, a maneira como as experiências de socialização, tais como escola e religião, formam e conformam as disposições dos indivíduos.

Para Lahire a ação social é induzida por uma grande diversidade de disposições, que são variáveis e podem ser contraditórias, resultantes das experiências vividas por cada indivíduo e que também sofrem influência do contexto em que ocorre a interação (OLIVEIRA, 2008). As disposições são as experiências sociais absorvidas pelos indivíduos ao longo de sua trajetória. Nesse sentido, “nós somos todos produtos de experiências sociais que, em grande parte, escapam à nossa vontade e mesmo, às vezes, à nossa consciência” (LAHIRE, 2012, p. 204).

A ação social é, segundo Lahire, “individual, mas não atribuída a um indivíduo único e coerente, e sim a um indivíduo que reflete diversas facetas da dimensão social de forma fragmentada, heterogênea e também sensível ao contexto” (OLIVEIRA, 2008, p. 11). Lahire enfatizou que:

Bourdieu não acentuava a excepcionalidade do contexto histórico estudado. Se o tivesse levado em conta, sem dúvida teria tido que relativizar a unicidade, a durabilidade e a transponibilidade dos esquemas ou das disposições constitutivas do hábito (LAHIRE, p. 26, 2002).

Lahire entende que o habitus é formado por patrimônio de disposições, que os indivíduos carregam e não sistemas como referiu Bourdieu. Na acepção de Lahire, Bourdieu, ao pensar em sistemas de disposições, prevê uma coerência nos indivíduos, uma homogeneidade. Lahire entende que essas disposições podem inclusive ser contraditórias, algo que dependerá dos contextos de interação nos quais o indivíduo

participa e de sua própria trajetória. A partir desse entendimento Lahire desenvolve o conceito de “homem plural”.

O homem plural é definido por Lahire (2002) como o produto da experiência de socialização em contextos sociais múltiplos e heterogêneos. Segundo esse sociólogo, os indivíduos sofrem os efeitos das múltiplas socializações, que, por vezes, são contraditórias, ou seja, os indivíduos além de plurais podem ser contraditórios. Para ele: “todo corpo (individual) mergulhado numa pluralidade de mundos sociais está sujeito a princípios de socialização heterogêneos e, às vezes, contraditórios que incorpora” (LAHIRE, 2002, p. 31).

O autor usa a palavra “estoque” como uma metáfora para se referir ao conjunto de sínteses de experiências que os indivíduos incorporaram. Para este pesquisador:

[...] os repertórios de esquemas de ação (de hábitos) são conjuntos de sínteses de experiências sociais que foram construídas/incorporadas durante a socialização anterior nos âmbitos sociais limitados/delimitados, e aquilo que cada ator adquire progressivamente e mais ou menos completamente são tanto hábitos como sentidos da pertença contextual (relativa) de terem sido postos em prática (LAHIRE, 2002, p. 37).

Nesse sentido, busca-se compreender quais as disposições adquiridas pelos pecuaristas familiares ao longo de sua trajetória, bem como nos contextos de interação - as relações com a família, percepções, avaliações, crenças. Trata-se aqui de saber em que medida tais atores apresentam disposições mais homogêneas ou mais contraditórias, se as disposições adquiridas ao longo da trajetória e dos contextos de interação levaram a mudanças mais ou menos profundas e entender se, e em que medida, tais disposições levam a uma tendência mais favorável ou não no que tange à sucessão geracional.

2.2.2 A Sucessão geracional

A sucessão geracional pode ser definida como o processo, por meio do qual, os/as filhos (as) decidem entre sair e ficar no estabelecimento rural (SPANEVELLO, 2008). Todavia, parte-se aqui da premissa de que sucessão geracional é um tema mais amplo e complexo, o qual não compreende apenas a transmissão do patrimônio da

família acumulado através das gerações, mas todo um conhecimento e uma cultura que guiam as escolhas e garantem com que um dos sucessores reproduzirá a situação original (SACCO DOS ANJOS; CALDAS, 2006).

No meio rural - é importante frisar - o processo de escolha do sucessor e o processo de partilha dos bens, apesar de estarem articulados, não são exatamente a mesma coisa. Assim, enquanto o processo sucessório visa assegurar a continuidade do estabelecimento rural familiar, a partilha dos bens refere-se à divisão do patrimônio (CARNEIRO, 2001). A transmissão do patrimônio trata da transmissão dos bens. Nesse sentido, Woortmann (1995, p. 311) relata que: “a noção de patrimônio se distingue daquela de propriedade individual mercantil”, uma vez que a terra não representa somente um bem imóvel. Em verdade é a base de um modo de vida.

Com relação à transmissão do patrimônio fundiário no contexto da agricultura familiar, Sacco dos Anjos e Caldas (2006) delimitam duas orientações: a herança impartível e a partilhada. Na primeira forma, não ocorre a divisão da herança entre todos os membros da família, apenas um dos filhos herda o estabelecimento rural. As principais referências apontam a ultimogenitura, quando o filho mais novo é definido como sucessor. Tal sistema foi a forma dominante até meados dos anos de 1960. Seyferth (1985) chama essa situação de “direito costumeiro”, pois os mecanismos utilizados pelos agricultores familiares para garantir a manutenção da estrutura social são baseados em tradições e não no direito legal. Em outras palavras, o direito consuetudinário se impõe sobre as normas formais do sistema jurídico. Na segunda forma, a herança é partilhada entre todos os herdeiros. Devido ao tamanho das áreas (pequenas) dos estabelecimentos dos agricultores familiares, a herança partilhada muitas vezes torna a reprodução do estabelecimento inviável, visto que a herança é a forma de acesso à terra mais comum.

Em estudo realizado com os agricultores familiares do município de Alegrete (RS), por exemplo, Costa (2014) constatou que a herança, após o falecimento dos pais, é geralmente distribuída de forma igualitária entre os filhos. Essa divisão ocasionou, na opinião dessa autora, a excessiva fragmentação das terras, gerando, por vezes, minifúndios que inviabilizam a reprodução das famílias por meio da atividade agropecuária stricto sensu. Costa identificou também estratégias que os agricultores

familiares utilizam para evitar esse parcelamento excessivo e garantir a preservação do patrimônio fundiário. Entre estas estratégias consta a compra da terra herdada pelos irmãos e o arrendamento da área dos irmãos que residem na cidade. Segundo Seyferth (1985), formas intermediárias entre a herança impartível e a partilhada também são encontradas.

Os dados do IBGE referentes aos últimos censos demográficos ilustram a crescente queda da população rural. De acordo com Balsadi e Grossi (2016), no período de 2004 a 2014, por exemplo, a PEA (População Economicamente Ativa) ocupada na agricultura caiu 2,8% ao ano, resultando na redução de 3,6 milhões de pessoas. Sabe-se que “a profissão de agricultor é, entre todas, a mais fortemente determinada por transmissão hereditária, um ‘ofício’ que passa de pai para filho” (SCHNEIDER, 1994, p.264, aspas no original). Sendo assim, esse descenso interfere diretamente na sucessão geracional dos estabelecimentos rurais. Se antigamente a maior preocupação da sucessão geracional nos estabelecimentos rurais familiares era encontrar saídas para garantir o futuro dos filhos na atividade rural, hoje a preocupação parece ser a de formular alternativas para garantir a continuidade do negócio familiar e manter o estabelecimento indiviso. No limite, muitos estabelecimentos rurais viram “taperas”.

O grande sociólogo brasileiro José de Souza Martins dá uma definição bastante apropriada para essa palavra da língua “*nhengatu*” (tupi) no imaginário sociocultural brasileiro. Segundo suas próprias palavras:

Se “roça” nos fala claramente sobre a terra cultivada, “taperas” nos fala de terra que já foi habitada e cultivada, hoje em pousio e só aparentemente em abandono. “Taperas” preenche o vazio linguístico da língua portuguesa em relação a algo do que em português poderia ser simplesmente definido como terra abandonada. “Taperas” é o que foi, mas continua sendo, na qualidade temporária e substantiva de uma espera tanto na ocupação da terra quanto no seu cultivo. Taperas não é o abandono, é a espera, coisa que em português não se pode dizer senão com o recurso barroco de várias palavras (MARTINS, 2014, P.128-129; aspas no original).

As famílias, até meados do século XX, eram normalmente numerosas, devido às elevadas taxas de natalidade, situação que demandava estratégias¹⁸ para conseguir

¹⁸ Essas estratégias serão abordadas na subseção seguinte.

“encaminhar na vida” todos os filhos. Segundo Schneider (1994), “dos anos 60 para cá, certamente essa continuidade dos filhos na profissão paterna nem de longe tem a mesma magnitude. Mas certamente o inverso ainda é verdadeiro: os agricultores de hoje e de amanhã serão herdeiros da profissão paterna” (SCHNEIDER, 1994, p. 264).

No sul do Brasil os padrões sucessórios da agricultura familiar modificaram-se com a modernização da agricultura a partir da década de 1960 (SACCO DOS ANJOS; CALDAS, 2006). O fenômeno que ficou conhecido como Revolução Verde intensificou e propagou a mecanização e o uso de agroquímicos, ocasionando aumento da produtividade e expansão das áreas agrícolas. Todavia, se intensificam os processos de exclusão social, com o qual, grande parcela de agricultores, impedidos de ter acesso à terra e às políticas públicas, passam a engrossar as estatísticas de êxodo rural. Além disso, o modo de vida, o modo de “fazer” agricultura, o saber-fazer dos agricultores que permanecem no campo, também foi seriamente modificado.

A partir da década de 1970, com as limitações na formação de novas unidades produtivas e a inviabilização de muitos estabelecimentos rurais, ganha relevo a questão sucessória. Nesses termos, tem-se que “a formação de uma nova geração de agricultores perde a naturalidade com que era vivida até então pelas famílias, pelos indivíduos envolvidos nos processos sucessórios e pela própria sociedade” (ABRAMOVAY *et al.*, p. 36, 1998).

Segundo Spanevello, Azevedo e Vargas (2011), dois momentos caracterizam a questão da permanência dos filhos como sucessores familiares nos estabelecimentos rurais. O primeiro período é o que antecede à década de 1970, onde as probabilidades de sucessão eram maiores. Já no período atual, tem-se a migração dos jovens para a cidade, a qual ameaça as chances de sucessão. O rural e o urbano estão cada vez mais interligados, ocorre o que os autores chamam de “abertura social, econômica e cultural do meio rural” (p. 295). Com isso, as novas gerações inserem-se cada vez mais em novos e diversificados ambientes sociais, o que também amplia suas escolhas e modifica a construção de suas identidades. Essa ideia vai ao encontro da afirmação de que “os jovens cultuam laços que os prendem ainda à cultura de origem, ao mesmo tempo em que percebem sua autoimagem refletida no espelho da cultura urbana” (PUNTEL, PAIVA e RAMOS, 2011, p. 09).

Ao tratar do tema da sucessão geracional na comunidade europeia, Fischer e Burton (2014) iniciam sua reflexão relatando que a continuidade da agricultura familiar como forma de organização agrícola dominante está em suspensão. Ainda, segundo a mesma fonte, a maior parte dos estudos que trata do tema analisou a sucessão relacionada a uma combinação de fatores agrícolas, como tamanho dos estabelecimentos e rentabilidade ou fatores atinentes ao âmbito da própria família, a exemplo de preferências pessoais e valores. No entanto, a natureza socialmente construída e subjetiva do processo sucessório permanece pouco explorada. As “identidades sucessórias” são construídas socialmente e essa construção se inicia ainda na infância, por meio do envolvimento nas atividades agrícolas da família. A construção da identidade do sucessor, seu desenvolvimento no estabelecimento e as trajetórias agrícolas apresentam-se como fatores totalmente entrelaçados (FISCHER; BURTON, 2014). Ou seja, a definição do sucessor e sua afirmação no estabelecimento impulsionam o seu desenvolvimento, havendo uma interligação mútua entre a identidade do sucessor e o desenvolvimento de trajetórias da unidade familiar de produção.

Nesse sentido, a falta de interesse em seguir na atividade rural é influenciada por diversos fatores, tais como educação, proximidade rural/urbano, capitalização da família e lazer (SPANEVERELLO; AZEVEDO; VARGAS, 2011). Essas ideias também vão ao encontro às de Brumer e Anjos (2008), que afirmam que o processo de socialização dos agricultores familiares se inicia já na infância. Desse modo, raramente alguém se tornará agricultor familiar por meio, exclusivamente, da educação formal. Entretanto, não se nega a importância da educação formal e a sua interferência nas questões sucessórias.

Recentemente surgiram algumas propostas de ensino alternativas à educação formal, e mais identificadas com a realidade rural. Entre estas modalidades tem-se as que se baseiam na chamada “pedagogia da alternância”. Nesse caso, o calendário acadêmico é regido pelo ano agrícola, sendo que os estudantes vivenciam períodos que conciliam o tempo da escola e o tempo dos ciclos de produção agropecuária¹⁹. Puntel, Paiva e Ramos (2011) estudaram as contribuições destas modalidades

¹⁹ Sobre esse assunto ver a propósito Teixeira, Bernartt e Trindade (2008).

alternativas de ensino para o desenvolvimento dos jovens rurais da região do Rio Pardo. Constataram que os jovens rurais que participaram dos projetos de ensino com metodologia diferenciada, voltadas para a sua realidade, apresentaram uma melhor inserção social, diversidade produtiva nos estabelecimentos e consciência ambiental. Ou seja, ao que parece, tal iniciativa apresenta-se como uma importante contribuição para incentivar a permanência dos jovens no campo.

Sendo a sucessão geracional uma expressão do ciclo longo na história da família, as políticas voltadas para problemas específicos mostram uma eficácia limitada. Nesse sentido, Fischer e Burton (2014) alertam para a importância de políticas voltadas para a minimização dos períodos de crises pelas quais a agricultura passa, visto que circunstâncias desfavoráveis podem ser determinantes nesse processo. Segundo suas próprias palavras:

A chave para a sucessão está no desenvolvimento e na manutenção desses ciclos endógenos, pois quando eles estão quebrados ou não iniciados, atrair um sucessor para a fazenda provavelmente será excepcionalmente difícil, independentemente do incentivo político (FISCHER; BURTON, 2014, p. 417).

Outro fator, admitido como influente na sucessão, são os estereótipos negativos que a sociedade de modo geral atribui à figura do agricultor (FISCHER; BURTON, 2014). Nessa direção, pode-se citar a pesquisa realizada na região Oeste de Santa Catarina por Silvestro *et al.* (2001) com o objetivo de compreender os padrões sucessórios da agricultura familiar naquela região. Os autores constataram que a maior parte dos jovens que pretende permanecer na agricultura possui baixa escolaridade, independente do nível de renda da família. A baixa escolaridade é consequência da visão de que, para trabalhar na agricultura, não precisa estudo, ou de que, quem permanece na agricultura não tem condições de estudar (SILVESTRO *et al.*, 2001). Nesse sentido, consta a afirmação de Carneiro (2001), segundo a qual, “a oferta de emprego urbano e a valorização do estudo como meio de ascensão social têm efeitos sobre a desvalorização do trabalho agrícola” (p. 41).

A questão da influência de gênero na sucessão geracional também é abordada nos estudos que tratam do tema. A preferência por sucessores do gênero masculino se apresenta de forma notável nas pesquisas. De certa forma, a determinação de um

sucessor do sexo masculino parece estar de um modo geral enraizada nas práticas sociais. Bourdieu (1962), ao estudar os agricultores franceses, relatou que a preferência, no processo de sucessão, se dava pelo primeiro filho menino. Ele destacou que: “Na realidade, o herdeiro não é o primogênito, menino ou menina, mas o primeiro menino, mesmo que seja o sétimo” (BOURDIEU, 1962, p. 36).

Estudo realizado com pecuaristas familiares no Uruguai (GALLO; PELUSO, 2013) mostra que há uma forte associação entre as estratégias de sucessão adotadas pelas famílias de pecuaristas familiares e a questão de gênero. Segundo Gallo e Peluso (2013, p. 03): “En los establecimientos ganaderos de tipo familiar, el involucramiento femenino en las tareas vinculadas a la producción para el mercado es escasa o eventual”. As pesquisas demonstraram que há uma diferenciação no trabalho realizado pelos homens e pelas mulheres. Assim, enquanto os primeiros dedicam-se às atividades relacionadas ao campo, as mulheres dedicam-se aos afazeres domésticos, aos cuidados com os filhos e à produção para autoconsumo. Essa forma de organização do trabalho se reflete, também, nos padrões sucessórios, uma vez que, de forma simbólica, constrói-se a imagem do homem ligado à atividade pecuária, fato que determina a preferência pelos filhos do sexo masculino na sucessão dos estabelecimentos rurais.

Diferentes mecanismos de exclusão das mulheres são adotados pelas famílias, entre os quais, constam o celibato, o casamento com dote, o encaminhamento à vida religiosa (BRUMER, ANJOS, 2008; CARNEIRO, 2001), a colocação de alguns filhos no mercado de trabalho, a instrução educacional e a diminuição do número de filhos (SEYFERTH, 1985). As ações de exclusão correspondem a dois tipos de estratégias de reprodução: a estratégia de herança, mediante a escolha de apenas um filho como sucessor e as estratégias matrimoniais, visto que, ao casar, a mulher vai para o estabelecimento do esposo (BRUMER, ANJOS, 2008; CARNEIRO, 2001). Tais estratégias estão diretamente relacionadas à maior propensão de permanência de jovens homens no meio rural (SILVESTRO *et al.*, 2001).

Com relação ao recebimento da herança pelas mulheres em estabelecimentos familiares situados em zonas de colonização europeia, consta que:

A esposa era triplamente excluída da herança da terra na região colonial alemã e italiana. Inicialmente, porque ela não é descendente do proprietário (o marido), depois porque o seu trabalho na lavoura familiar era visto como “ajuda” inerente ao desempenho do seu papel de esposa e, finalmente, porque ela não era tida como capacitada socialmente para exercer o papel de chefe da unidade produtiva (CARNEIRO, 2001, p. 34; aspas no original).

Uma importante contribuição ao tema em apreço surge do estudo realizado por Woortmann (1995), comparando dois municípios localizados em regiões diferentes do Brasil (Lagoa da Mata no Sergipe e Dois Irmãos no Rio Grande do Sul). Woortmann analisou os aspectos referentes à reprodução dos agricultores familiares ao longo do tempo, de geração a geração, por meio das relações de parentesco (matrimônio, compadrio, herança). A abordagem foi no sentido de buscar entender como os camponeses resistem e se adaptam às transformações, por meio do parentesco. A ênfase recaiu sobre a construção social da comunidade através da lógica do parentesco. Woortmann constatou que, apesar das especificidades históricas, uma coisa em comum unia os dois contextos empíricos, qual seja, os mecanismos de resistência cultural que lhes permitissem sobreviver em meio às transformações contínuas do mundo atual. As estratégias de adaptação incluem as diferentes formas de sucessão, tópico que a seguir analisaremos.

2.2.3 Formas de sucessão geracional

São diversas as formas de reprodução das famílias rurais por meio da sucessão, assim como os fatores que interferem nas formas como esse processo se desenvolve. Nesse contexto, cabe mencionar os **fatores econômicos**, uma vez que as condições materiais dos estabelecimentos também devem ser consideradas nos processos sucessórios, tais como o tamanho e o grau de inserção nos mercados (BRUMER, ANJOS, 2008). Para Silvestro *et al.*, por exemplo, entre os estabelecimentos capitalizados há maior propensão dos jovens em permanecer no estabelecimento rural (SILVESTRO *et al.*, 2001). Em segundo lugar, têm-se os aspectos **sociais**, destacando-se o fato de que as estratégias de sucessão geralmente fazem diferenciação entre homens e mulheres (BRUMER, ANJOS, 2008). Na maioria dos casos, os homens são os escolhidos para sucessão da “chefia” do estabelecimento familiar. Por fim, cabe

lembrar que, os **fatores culturais** são determinantes para a definição da forma de sucessão adotada pelas famílias rurais.

As relações que se dão no interior da família influenciam diretamente o processo sucessório, assim como o contexto em que está inserida do ponto de vista das regras de sucessão. Portanto, é relevante considerar que as regras e as disposições adotados pelas famílias são flexíveis. Nesse sentido, está a afirmação de que:

Uma hipótese geral a esse respeito pode ser formulada: a relação entre, de um lado, a estrutura fundiária e a estrutura de posse da terra e, de outro lado, a sucessão nos estabelecimentos agrícolas e o sistema de herança correspondem a uma grande diversidade regional e resultam de processos históricos distintos. Certamente, no Rio Grande do Sul encontraremos também grande diversidade, por exemplo, entre a região da Campanha, a da chamada Colônia Velha, a da Colônia Nova e a região orizícola (SCHNEIDER, 1994, p. 266).

Seyferth (1985), por exemplo, pesquisou as formas de transmissão do patrimônio com mecanismos baseados nas tradições. O contexto empírico de sua pesquisa foi a região do Vale do Itajaí-mirim em Santa Catarina, zona formada predominantemente por minifúndios, onde prevaleceu a colonização alemã e italiana. A autora abordou as diferentes formas de partilha adotadas pelos descendentes de imigrantes frente à limitação de terras e o elevado número de herdeiros, situação que atravessou o tempo, desde os primórdios da imigração, em pleno século XIX, até meados dos anos 1960.

Nesse contexto, quando os imigrantes chegaram à região, receberam um lote pequeno de terras, com uma área cultivável reduzida, com o qual, a escassez de terras esteve presente desde o início. Frente a isso desenvolveram mecanismos de partilha e estratégias de reprodução do estabelecimento familiar, sendo que estas variavam de acordo com as condições das famílias e seus costumes. Geralmente dominava o regime do minorato, onde o filho homem mais novo herdava a casa, as benfeitorias e a maior parcela de terra. Desse modo buscava-se fugir do risco de inviabilização econômica em virtude da excessiva fragmentação do estabelecimento. Muitas vezes ocorria a compra e venda (a preços simbólicos) entre irmãos, como forma de evitar a pulverização da terra. Ou seja, trata-se de estratégias de sucessão para manter o patrimônio indiviso.

É importante lembrar que a herança não está necessariamente relacionada à sucessão. Em muitos casos, devido às estratégias de reprodução da família, um dos herdeiros torna-se o sucessor do estabelecimento, permanecendo na atividade agropecuária, enquanto os demais recebem outro tipo de herança. Logo, “não se trata de regras de transmissão fixas: a regra tanto é manipulada quanto depende de um processo de socialização dos indivíduos para a adesão a elas” (BRUMER, ANJOS, 2008). Nesse sentido, Carneiro (2001) constata que: “Embora a herança seja baseada na noção de consanguinidade, as regras costumeiras não reconhecem os mesmos direitos para todos os filhos” (p. 22). Desse modo, os interesses da família claramente se sobrepõem aos interesses individuais de seus membros.

Entre as primeiras gerações de imigrantes italianos do sul do país, estudadas por Carneiro (2001), a sucessão normalmente se dava pela escolha do filho mais velho. Posteriormente, a necessidade de adquirir mais terras destinadas aos demais filhos homens alterou esse padrão. Os filhos precisavam ficar no estabelecimento do pai, mesmo depois de casados, auxiliando nos trabalhos para a compra de terra para os demais. O padrão que se instala então é o da ultimogenitura, ficando o herdeiro responsável pelos cuidados dos progenitores durante a velhice e até a sua morte. As mulheres não eram vistas como potenciais sucessoras, recebendo apenas uma compensação simbólica, que consistia em um enxoval e uma certa quantia em dinheiro (CARNEIRO, 2001).

Já ao estudar a agricultura familiar, também de origem europeia (Alemã e Suíça), na região de Nova Friburgo no estado do Rio de Janeiro, Carneiro (2001) identifica que a partilha dos bens se dá de forma igualitária e sem diferenciação de gênero. Nesse caso, enquanto os pais estão vivos, estabelece-se uma parceria de trabalho com os filhos. No entanto, como não desenvolvem estratégias de preservação do patrimônio, inevitavelmente ocorre a fragmentação do estabelecimento, o que “gera uma situação de ameaça estrutural à reprodução social e à manutenção das explorações agrícolas” (CARNEIRO, 2001, p. 45).

Brumer e Anjos (2008, p. 10) ponderam que: “a valorização social e adesão à identidade de agricultor podem variar segundo os contextos sociais”. Os autores citam processos de “desvalorização cultural da agricultura familiar”, dentre eles: as mudanças

nas estratégias matrimoniais, onde o casamento passa a ser uma escolha pessoal ao invés de uma estratégia de controle patrimonial. Por outro lado, consta a visão negativa das atividades agrícolas por parte dos jovens. Outra situação referente ao matrimônio diz respeito ao que os autores chamam de “ruptura dos mercados matrimoniais no meio rural” (BRUMER, ANJOS, 2008, p.14). Essa ruptura se refere às situações em que as jovens do meio rural não se casam com agricultores por não desejarem a vida na agricultura. Além disso, outros fatores são mencionados:

[...] a escolarização, a imposição de padrões urbanos e as diferentes intervenções de instituições reguladas pelo Estado na agricultura também podem ter efeitos nas formas sucessórias e matrimoniais como estratégias de reprodução social e, assim, nas respectivas posições de homens e mulheres nestas estratégias (BRUMER, ANJOS, 2008, p.14).

Com o passar dos anos esses mecanismos de sucessão foram sendo modificados pelo impacto de diversos fatores, dentre eles: a mecanização agrícola e a migração dos jovens para o meio urbano em busca do trabalho assalariado. Para Spavanello (2008), existiriam atualmente quatro padrões sucessórios, que podem se combinar, sendo que longe estão de representarem uma regra rígida: Padrão 1) O filho mora em estabelecimento separado do pai, tem autonomia na gestão e também financeira, assume o estabelecimento paterno em caso de aposentadoria; Padrão 2) O filho possui estabelecimento próprio e constrói seu próprio capital por meio das habilidades que aprendeu com o pai; Padrão 3) O filho e pai residem no mesmo estabelecimento, trabalham em parceria e gradativamente o filho vai assumindo o estabelecimento; Padrão 4) O filho e o pai residem e trabalham no mesmo estabelecimento; no entanto, o filho tem pouca participação na tomada de decisão, assumindo o estabelecimento familiar apenas em caso de morte ou de aposentadoria do pai. Segundo a autora citada:

De maneira específica, a literatura referente à sucessão na agricultura enfoca dois aspectos centrais: 1) A sucessão é fundamentalmente um processo com diferentes fases/estágios; 2) A sucessão é marcada pelo processo de socialização dos filhos desde crianças nas atividades agrícolas do estabelecimento (SPAVANEVELLO, 2008, p. 44).

Duarte *et al.* (2021) descrevem três tipos de arranjos sucessórios: sucessão geracional, rural e hereditária. Na sucessão geracional os jovens permanecem no estabelecimento desenvolvendo a atividade que já vinha sendo praticada na mesma; na sucessão rural os filhos são sucessores mas desenvolvem uma atividade diferente da que já é praticada no estabelecimento e na sucessão hereditária o sucessor assume apenas o patrimônio, vendendo-o ou arrendando.

Já Moreira e Spanevello (2019) identificaram seis modelos sucessórios, considerando o local de moradia, a administração do negócio e o gerenciamento da renda: Residência no estabelecimento rural em casas separadas com autonomia na administração do negócio e com gerenciamento de renda; Residência na cidade, com autonomia na administração do negócio e sem gerenciamento de renda; Residência na cidade, com gerenciamento parcial do negócio e com gerenciamento de renda; Residência no estabelecimento, com administração parcial do negócio e com gerenciamento de renda; Residência na cidade, com gerenciamento parcial do negócio, sem gerenciamento da renda; Residência no estabelecimento, com administração parcial e sem gerenciamento de renda.

Ainda que as pesquisas sobre a sucessão na agricultura familiar tenham gerado importantes contribuições, servindo como referência para estudos ulteriores, são elas insuficientes para explicar a sucessão no âmbito da pecuária familiar. Isso porque existem aspectos peculiares a este coletivo enquanto expressão da agricultura familiar (MATTE; SPANEVELLO; ANDREATTA, 2015). Entender o contexto em que os pecuaristas estão inseridos é primordial para que se compreenda o processo sucessório nos EPF.

Nesta secção da tese buscou-se trazer à luz as mais importantes contribuições a um objeto que é muito relevante mas igualmente complexo diante dos mais diversos fatores implicados, tanto de ordem conjuntural e estrutural, como, especialmente de natureza cultural. A conclusão preliminar a que chegamos é que reina certa confusão entre o que seja, de um lado, a simples exploração econômica da propriedade da terra via arrendamento ou cessão de direitos de uso dos ativos e, de outro, o que realmente se considera como a gestão de um negócio familiar e de um patrimônio que, em grande

medida, foi edificado ao longo de diversas gerações. Nosso olhar, nessa tese, se orienta claramente para o segundo objetivo.

3 O Contexto empírico

Essa seção apresenta o contexto empírico da pesquisa. Parte-se de uma breve caracterização geral da região na qual o município de Jaguarão encontra-se inserido. Na sequência, descreve-se a importância do bioma Pampa e, posteriormente, as particularidades de Jaguarão enquanto universo de análise.

3.1 O COREDE Sul

Analisar o contexto empírico da pesquisa implica, primeiramente, conhecer, mesmo que de forma sintética, o contexto mais amplo onde o município de Jaguarão se encontra situado, qual seja, o território correspondente ao Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Sul. Elegemos o recorte territorial correspondente ao COREDE Sul para dar uma ideia do universo sociocultural mais amplo do qual Jaguarão faz parte. Os COREDEs foram criados oficialmente pela Lei 10.283 de 17/10/1994, sendo entendidos como “um fórum de discussão para a promoção de políticas e ações que visam o desenvolvimento regional” (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2019). Ainda, segundo a mesma fonte, entre os seus principais objetivos, consta “a promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável”.

O COREDE Sul, ilustrado na Figura 03, é composto por 22 municípios²⁰. Os principais produtos agropecuários gerados na região são: bovinos, arroz, fumo, cebola

²⁰ Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Herval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Tavares e Turuçu (Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2015).

e fruticultura. Em 2010 a população total dos municípios pertencentes ao COREDE Sul era de 843.216, sendo que 84% dos habitantes residiam no meio urbano e 16% em zonas rurais. No período que compreende os anos de 2000 a 2010 houve a diminuição de 16% da população da região na faixa etária de 0 a 14 anos. Na população acima de 65 anos, nesse mesmo espaço de tempo, houve um incremento de 27% (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2015). Os dados indicam um sensível envelhecimento da população, resultante do efeito combinado entre o aumento da expectativa de vida da população em geral (urbana e rural), da queda da fecundidade, bem como do êxodo rural seletivo comentado anteriormente, que remete às cidades o grosso da população ativa jovem.

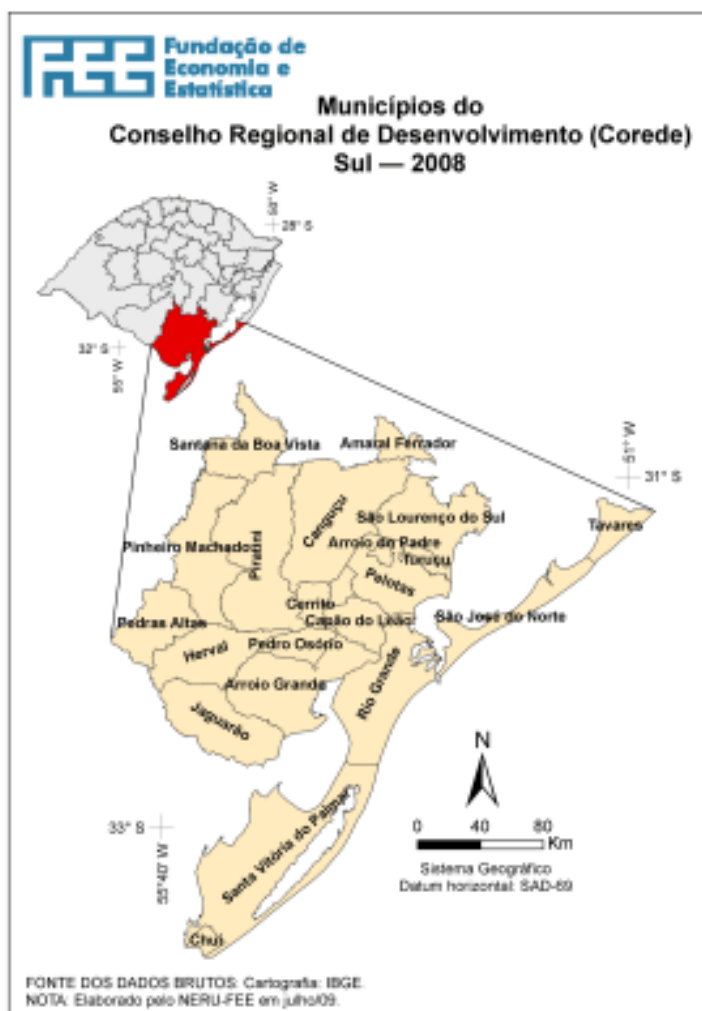


Figura 03 - Mapa dos municípios que fazem parte do COREDE Sul
Fonte: Observatório Social do Trabalho - UFPEL

O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE)²¹ do COREDE corresponde a 0,691, o que situa essa região numa faixa de nível médio. Em 2012, o Produto Interno Bruto (PIB) do COREDE Sul era de R\$ 19,3 bilhões, representando 7% do PIB estadual. Com relação ao Valor Adicionado Bruto (VAB), os serviços representam a maior parcela (67,7%), estando a indústria em segundo lugar (22,4%). A agropecuária representa 9,9% (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2015). A paisagem correspondente ao território do COREDE Sul abrange áreas de Mata Atlântica, mas, sobretudo, do bioma Pampa, onde se insere totalmente Jaguarão.

3.2 O bioma Pampa

O bioma Pampa, ilustrado na Figura 04, é um dos seis biomas do Brasil²². O Pampa abrange áreas de três países, Brasil, Argentina e Uruguai. No Brasil ocupa 63% do território do estado do Rio Grande do Sul e 2,07% do território brasileiro. Seu território foi destinado, principalmente, ao longo da história, para a produção pecuária (SUERTEGARAY; SILVA, 2008). É apenas em 2004 que esse bioma é reconhecido como tal, dentro do conjunto de biomas brasileiros.

²¹ Índice que tem por objetivo medir o grau de desenvolvimento dos municípios, considerando diversos indicadores, tais como educação, saúde, renda etc. O valor máximo é 1 e mínimo 0. O índice é alto acima de 0,800, médio, entre 0,500 e 0,799 e baixo, abaixo de 0,499 (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2015).

²² Os demais são: Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica e Pantanal.

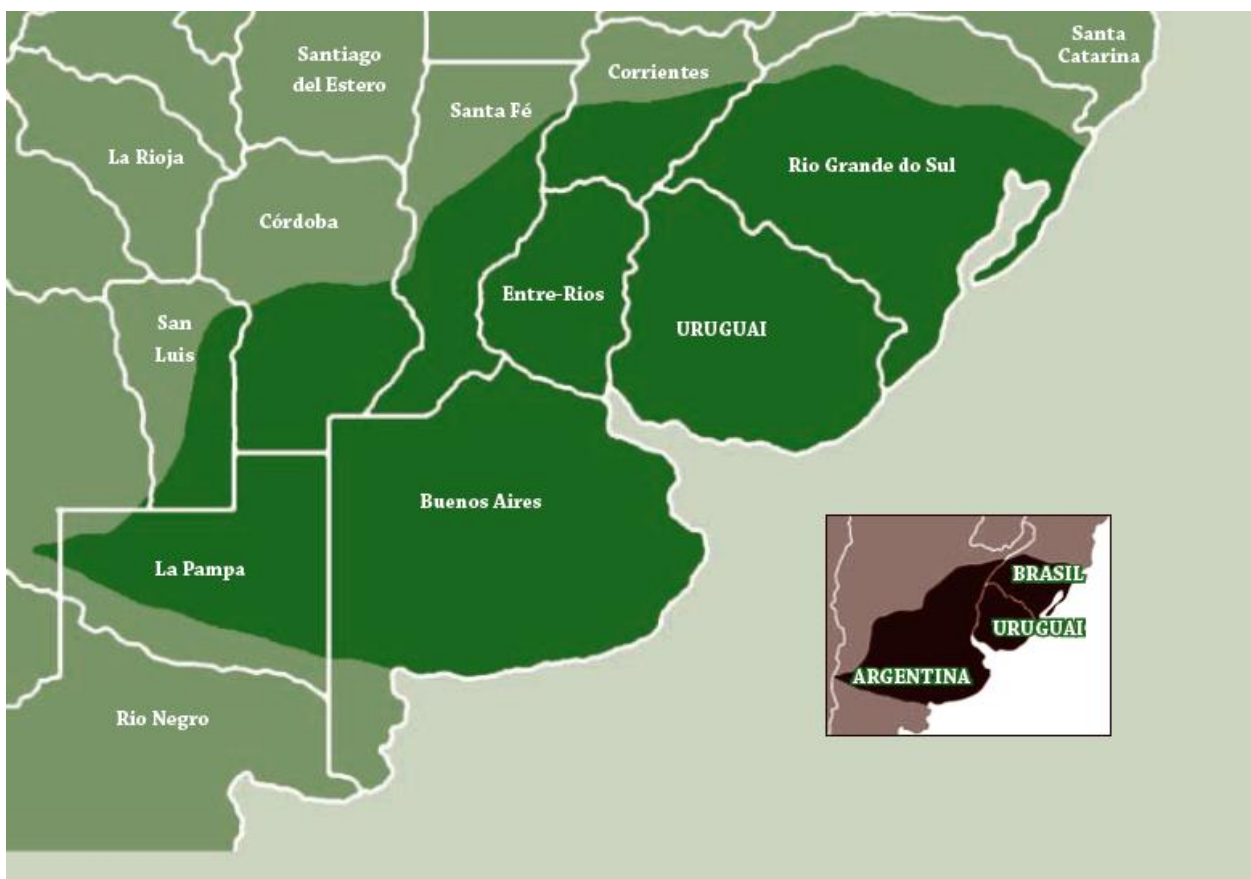


Figura 04 – Mapa da localização do bioma Pampa
 Fonte: SANTINO, 2004

A história econômica e ambiental da região está diretamente relacionada às características deste bioma. Seus campos são excelentes suportes nutricionais aos rebanhos pecuários (bovinos, ovinos, equinos e muares), possuindo alta diversidade de espécies gramíneas e alto número de espécies endêmicas.

Segundo Boldrini (2009, p. 67), “trata-se de um bioma complexo, formado por várias formações vegetacionais, dentre as quais o campo dominado por gramíneas é o mais representativo”. São mais de 400 espécies de gramíneas e 150 de leguminosas forrageiras (CARVALHO *et al.*, 2006). Os campos com pastagens naturais formam a base forrageira para a produção pecuária, sendo que em torno de 70% da produção de ovinos brasileira encontra-se no bioma Pampa (POLI *et al.*, 2009).

Nos últimos anos alguns fenômenos vêm sendo apontados como ameaças à conservação do Pampa, tais como a expansão das lavouras de soja e a introdução de plantações de árvores exóticas (sobretudo de eucaliptos e pinus). As consequências,

dentre outros aspectos, são a perda da biodiversidade, poluição e a degradação do solo e da água (CARVALHO *et al.*, 2006). Nesse sentido, “a taxa média de decréscimo da superfície do bioma Pampa, no estado, é superior a 153.000 ha/ano, e muitos estudos estimam que esse processo tenha se acelerado nos últimos tempos” (NICOLA, 2015, p. 37).

Com efeito, o pecuarista familiar pode ser visto como o ator social capaz de “protagonizar experiências de desenvolvimento rural que congreguem de maneira vantajosa o uso sustentável, nas dimensões, ambiental, social e econômica, e a conservação desse ecossistema multifuncional” (NICOLA, 2015, p. 22). Jaguarão é um dos municípios que integram o bioma Pampa, apresentando considerável representatividade de pecuaristas familiares em seu interior.

3.3 Caracterização e formação histórico-social, econômica e cultural

A escolha do município de Jaguarão, como contexto empírico desta pesquisa é decorrente de três fatores. Em primeiro lugar, por ser uma localidade onde a pecuária familiar está presente. Em segundo lugar, por ser este o contexto onde foi realizado um primeiro estudo que resultou em dissertação de mestrado defendida em 2017, a qual versou sobre os impactos da expansão da soja nessa localidade do Rio Grande do Sul. Essa tese surge, portanto, como corolário da pesquisa do mestrado e das questões suscitadas em seu curso. O terceiro fator prende-se ao fato de ser um município do Rio Grande do Sul em que atuo como membro da equipe do escritório local do serviço oficial de extensão rural (ASCAR/EMATER), havendo um grande interesse de gerar informação que seja útil para auxiliar o poder público no enfrentamento dos problemas que afetam o município de Jaguarão.

A constatação da problemática sucessória junto às famílias de pecuaristas familiares de Jaguarão, representou, de diversos modos, um desafio à compreensão diante da complexidade de elementos envolvidos. O fato de o município estar localizado no bioma Pampa também foi um fator favorável à escolha do local, face a relevância da pecuária extensiva para a preservação de um ecossistema singular, detentor de enormes mananciais hídricos.

O município de Jaguarão localiza-se no extremo sul do Brasil, conforme demonstra a Figura 05, na fronteira com a República Oriental do Uruguai. As origens do município datam de 1802, quando se instalou no local um acampamento militar. Posteriormente, em 1832 passou à condição de vila, sendo elevado à cidade em 1855 (FRANCO, 1979). É conhecida como cidade heroica devido ao acontecimento de 27 de janeiro de 1865, quando em luta contra o exército uruguaio, mesmo em situação de desvantagem, a guarda nacional resistiu, assegurando os limites da fronteira no extremo sul do Brasil.

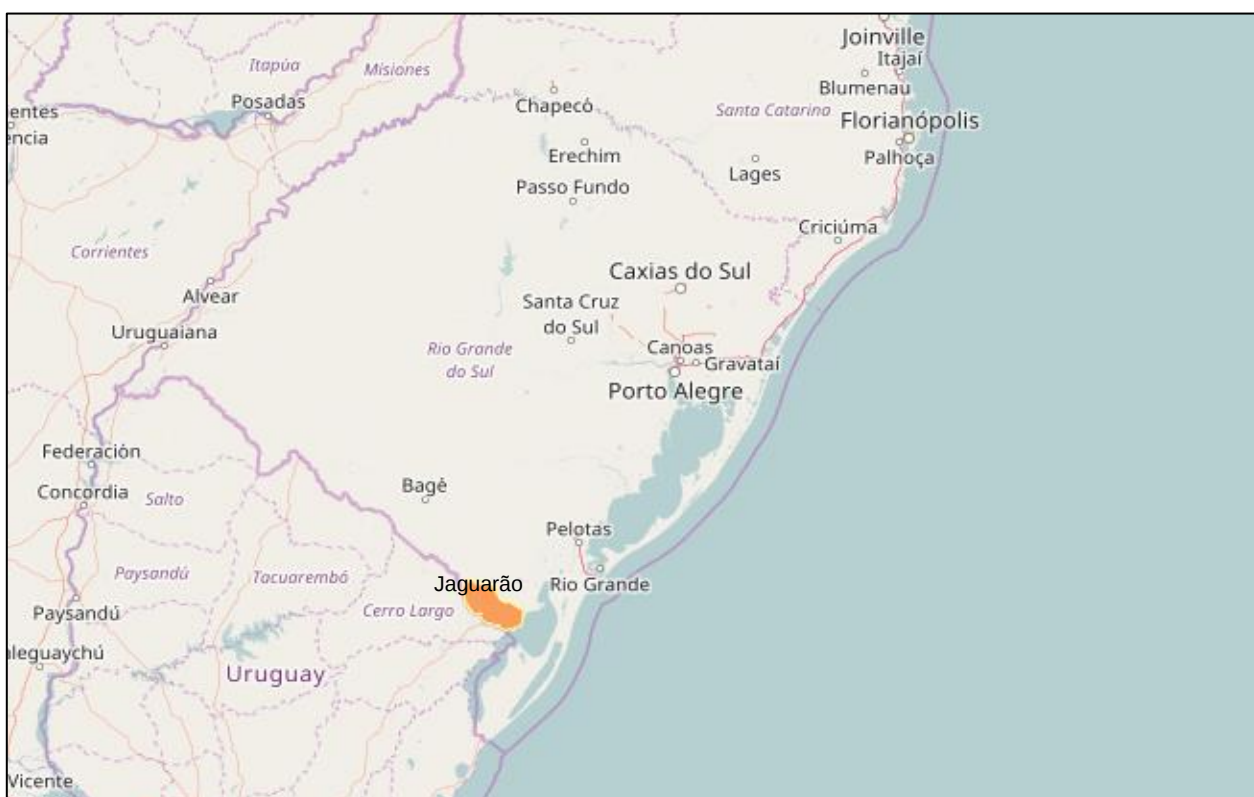


Figura 05 - Mapa ilustrativo da localização de Jaguarão.
Fonte: IBGE, 2017, adaptado pela autora.

Jaguarão possui uma área territorial de 2.051,021 km². Segundo dados do último censo demográfico (2010) conta com 27.931 habitantes, sendo que 93,4% residem na zona urbana e 6,5% na zona rural. Os dados da Figura 06 indicam que entre os anos 1970 e 2000 a população total experimentou um crescimento. Todavia, no último censo demográfico houve um decréscimo equivalente a 7,2% no número total de habitantes.

Outro dado que chama a atenção é uma diminuição de 31,5% na população rural do município entre os anos de 1970 e 2010.

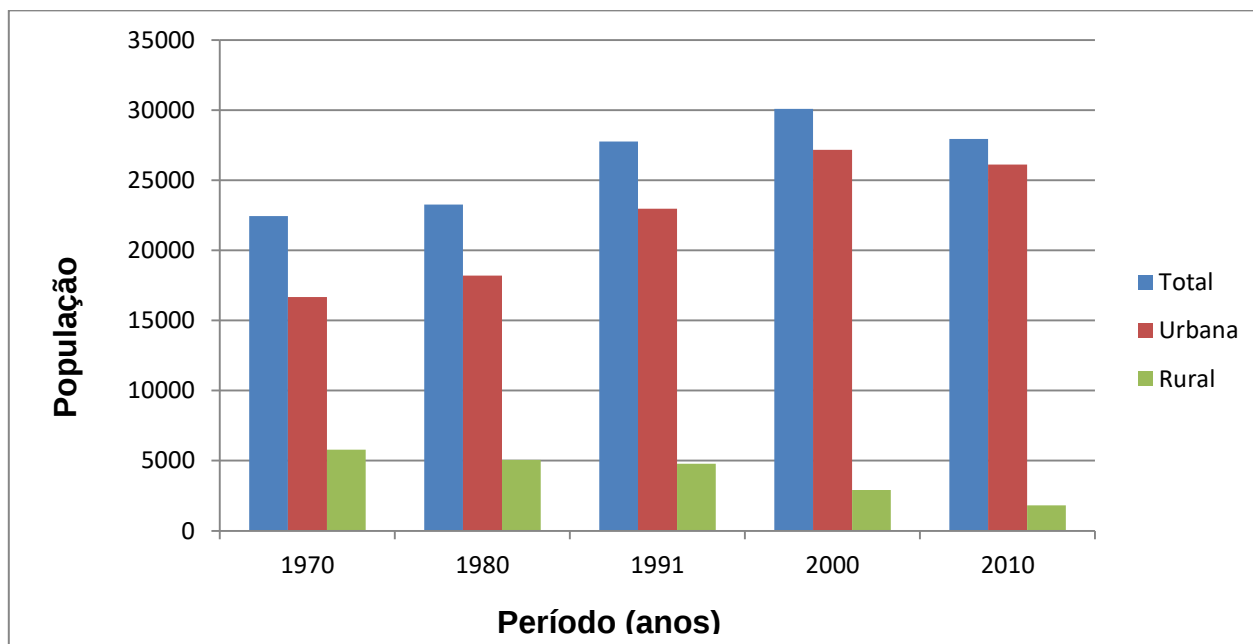


Figura 06 - Gráfico da variação da população urbana e rural de Jaguarão.

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados dos censos demográficos do IBGE.

Do total da população rural (2010), conforme ilustrado na Figura 07, 56,2% são homens e 43,8% são mulheres. Analisando a população rural por faixa etária²³, nota-se que todas as faixas etárias apresentaram decréscimo no período considerado. No entanto, se compararmos cada faixa etária com a população rural total de cada período, os idosos apresentaram um aumento de 4%, indicando o envelhecimento dessa população.

²³ Crianças e adolescentes – consideramos a faixa etária de 0 a 14 anos;
Jovens – de 15 a 29 anos;
Adultos – de 30 a 59 anos;
Idosos – Acima de 60 anos.

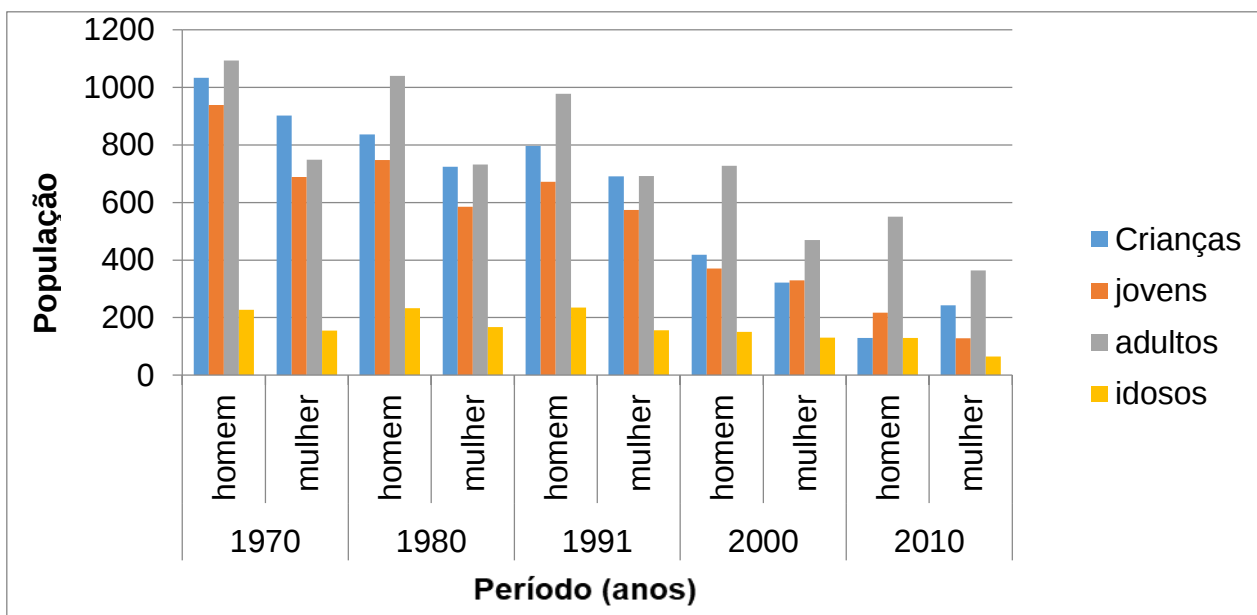


Figura 07 - Gráfico da variação da população rural de Jaguarão por idade e gênero.
Fonte: Elaboração da autora. IBGE, censo demográfico 2010.

A população feminina no meio rural sofreu um decréscimo de 67,9% no período considerado (1970 a 2010), enquanto a masculina se reduziu em 68,8%, tal como pode ser visto na Figura 08. Contudo, analisando a redução por faixa etária, nota-se que, em todas as faixas etárias, com exceção das crianças e adolescentes, as mulheres vivenciaram uma redução ainda maior, quando comparada com a população masculina.

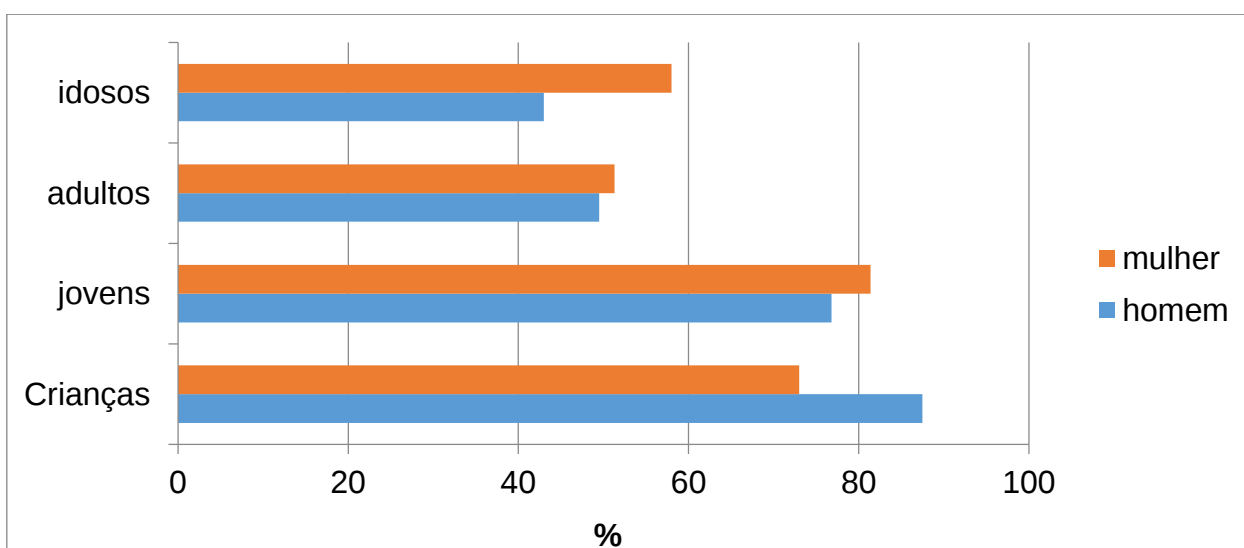


Figura 08 - Gráfico do percentual de queda da população rural por gênero no período de 1970 a 2010.
Fonte: Elaboração da autora. IBGE, censo demográfico 2010.

Os dados aqui apresentados convergem com os achados de outros estudos que apontaram o processo de masculinização na população rural verificada no Rio Grande do Sul (COSTA; FROEHLICH; CARPES, 2013; COSTA; FROEHLICH, 2014), bem como da masculinização e envelhecimento no conjunto dos estados meridionais do Brasil (SACCO DOS ANJOS; CALDAS; POLLNOW, 2014; SACCO DOS ANJOS; CALDAS, 2005; SACCO DOS ANJOS; CALDAS, 2003).

Além da análise da evolução demográfica de Jaguarão, há outros aspectos que precisam ser analisados sobre esta localidade que representa o contexto empírico desta pesquisa. Entre as atividades agropecuárias de Jaguarão, destaca-se a pecuária, cuja ênfase é a criação de bovinos de corte e ovinos. A Figura 09 ilustra a evolução das duas criações nos anos de 2010 a 2019²⁴, a qual indica uma sensível queda no período considerado.

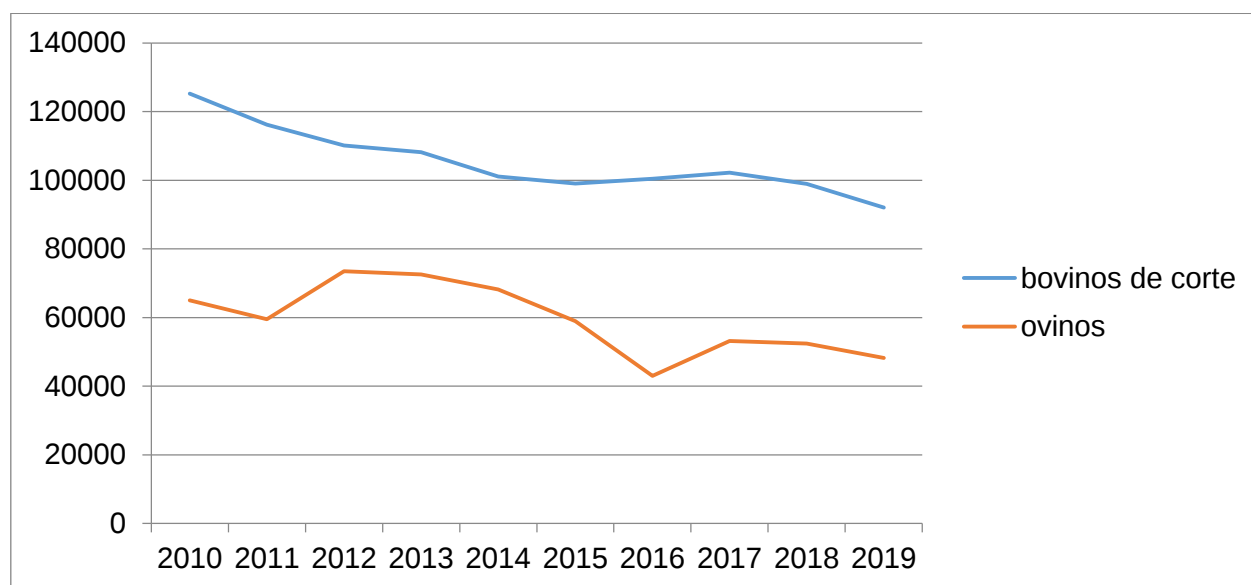


Figura 09 - Gráfico da variação do número de bovinos e ovinos
Fonte: Elaboração da autora, IBGE – pecuária, 2019.

É importante contextualizar, mesmo que brevemente, a expressão econômica das duas principais atividades desenvolvidas pelos pecuaristas familiares do município de Jaguarão, quais sejam, a bovinocultura de corte e a ovinocultura. O entendimento

²⁴ O último ano com dados divulgados sobre as culturas no site do IBGE, até o momento da pesquisa, foi 2019.

sobre essa questão é necessário, uma vez que, juntamente com outros fatores (históricos, sociais e culturais) tem-se as dimensões que influenciam, direta ou indiretamente nas dinâmicas dos pecuaristas familiares e as suas tomadas de decisão.

A demanda mundial por proteína animal vem crescendo nas últimas décadas, e o Brasil tem posição de destaque na produção mundial de carne, situando-se como o segundo maior produtor mundial de carne bovina, e respondendo, em 2018, por 15,7% da produção total mundial, posicionando-se atrás apenas dos Estados Unidos, que concentra 19,5%. O Brasil é também o principal país exportador (FERREIRA; VIEIRA FILHO, 2019). Além disso, cabe frisar que o Rio Grande do Sul possui o sexto maior rebanho do país, e ao lado de alguns países como a Austrália, a Argentina e o Uruguai, conforma um seleto grupo detentor de regiões que produzem carne de animais criados a campo (FONTOURA, 2019).

Apesar disso, um dos motivos para a conversão dos campos nativos, nos últimos anos, em áreas de lavoura de soja é a baixa competitividade da pecuária em relação às lavouras. Algumas pesquisas, no entanto, mostram que é possível aumentar a produtividade dos campos nativos e tornar a pecuária mais competitiva através de um manejo adequado (QUADROS *et al.*, 2015, p. 143). Outros, a exemplo de VÉLEZ-MARTIN *et al.* (2015), afirmam que a pecuária de corte em campo nativo e com manejo pastoril melhorado apresentariam uma renda líquida/ha maior que a da soja.

Juntamente com a pecuária de corte, a ovinocultura é uma atividade representativa entre os pecuaristas familiares, com destaque para a produção de lã. Gularte (2015), ao analisar o patrimônio produtivo de Jaguarão, de 1802 a 1834, por meio da análise em série de inventários *post mortem*, verificou a presença e o aumento da produção de ovinos já naquele período, além da presença de teares, rodas e engenho de fiar, o que permitiu ao autor concluir que havia uma produção doméstica de lã no município. Além de uma importante fonte de renda para os pecuaristas familiares, a lã é destinada à confecção de peças artesanais, especialmente vestuário. O município inclusive é destaque na técnica de crochê em *jacquard*, técnica de tecelagem que utiliza mais de uma cor de lã natural para formar desenhos na peça. A Figura 10 ilustra a variação da quantidade de lã produzida no município nos últimos cinco anos.

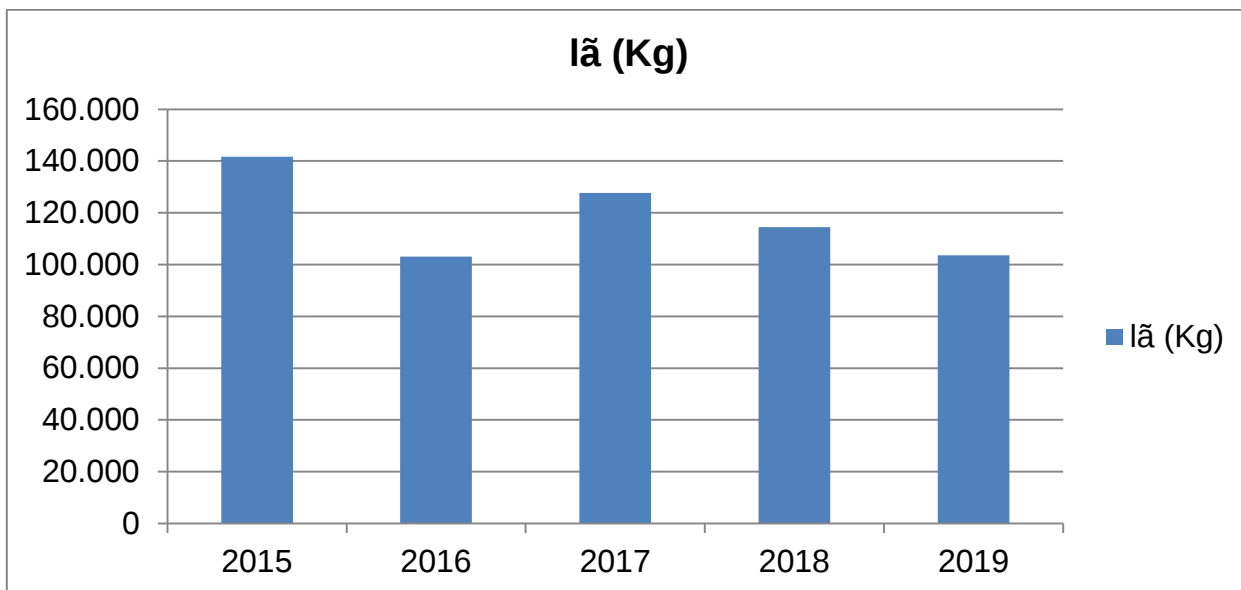


Figura 10 - Gráfico da variação da quantidade de lã produzida.
Fonte: Elaboração da autora, IBGE – pecuária, 2019.

Os ovinos foram introduzidos pelos espanhóis no estado do Rio Grande do Sul. Neste contexto, a lã ovina experimentou períodos de destaque até a década de 1980, quando entrou em crise devido a fatores como a substituição da lã pelo uso da fibra sintética e o corte de recursos de crédito rural para as cooperativas de lã. Com isso, a carne torna-se o principal produto da ovinocultura gaúcha. Em Jaguarão, a maior parte do rebanho ovino ainda é destinada à produção de lã, no entanto, a produção municipal acompanhou a crise da lã, apresentando um decréscimo considerável, “dos 1.047.000 (quilogramas) produzidos no ano de 1974, passou para 103.137, quatro décadas mais tarde, em 2016” (SOUZA, 2018, p. 66).

Além das criações, as duas principais culturas produzidas no município são a soja e o arroz. A Figura 11 ilustra a evolução destes dois cultivos nos últimos dez anos. Como se pode observar, na cultura da soja, houve um aumento acentuado nos primeiros cinco anos da análise, já nos últimos anos a área plantada mantém-se estável²⁵. O arroz manteve-se entre 18.000 ha e 24.000 ha, no período considerado.

²⁵ Alguns motivos que podem ser apontados para essa estabilidade são: a) a elevação do preço das terras em função do aumento da demanda desse fator de produção dos últimos anos; b) frustrações recorrentes de safras motivadas pelos fatores climáticos, e c) a falta de áreas disponíveis para o cultivo.

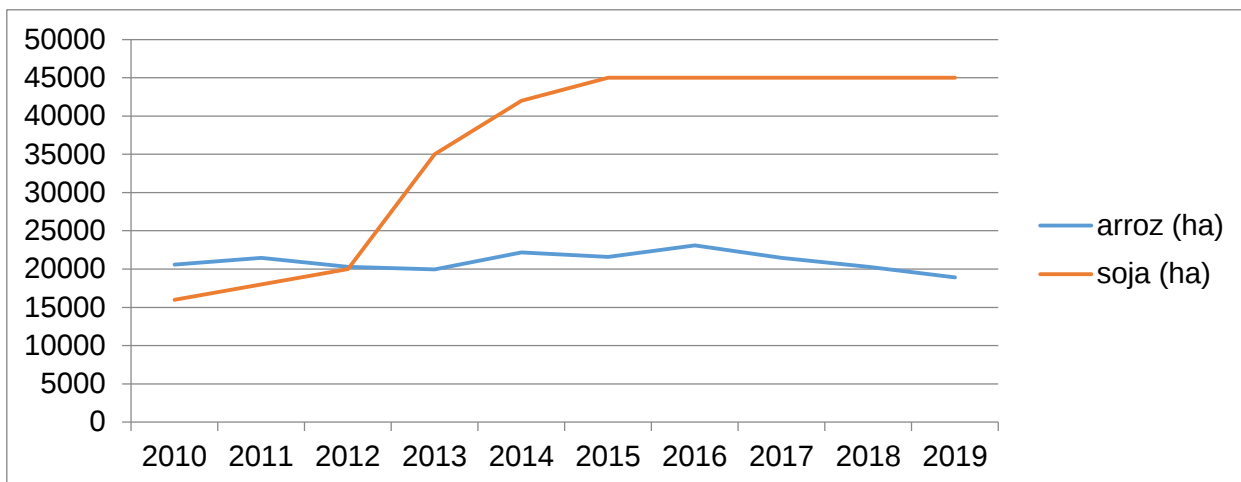


Figura 11 - Gráfico da variação da área plantada com arroz e soja.
Fonte: Elaboração da autora, IBGE – pecuária, 2019.

Quanto aos dados econômicos e sociais do município, de acordo com o IBGE, o PIB per capita, em 2018 era de R\$ 24.959,82, ocupando o 366º lugar no estado do Rio Grande do Sul dentre os 497 municípios existentes. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em 2010 (último ranking divulgado) era de 0,707. O IDHM varia de 0 a 1, quanto mais próximo do número 1 o índice estiver, maior é o desenvolvimento humano. Esse índice leva em consideração a esperança de vida da população, a renda e o nível de escolaridade.

A Tabela 02 informa a evolução do Valor Agregado Bruto (VAB) por setores no período compreendido entre os anos 2017 e 2018. É possível perceber uma queda nesse indicador (-7,94%) em termos globais. Essa queda é basicamente puxada pelo setor agropecuário (-20,37%). Em 2017 o setor agropecuário respondeu por 39,6% da economia e por 34,2% em 2018. A indústria, como fica evidenciado, tem uma ínfima participação na riqueza local.

Tabela 02 - Tabela da variação do VAB do município nos dois últimos anos apurados

Valor Agregado Bruto (em mil Reais) por setor	2017	2018	Variação (%)
Agropecuário	216.644,40	172.501,09	-20,37
Indústria	33.526,81	31.522,45	- 5,98
Serviços	296.584,82	299.341,54	+0,92
Total	546.756,03	503.365,08	-7,94

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do IBGE (2019).

O Idese é um índice elaborado pela Fundação de Economia e Estatística do estado do Rio Grande do Sul (RS), que avalia a situação socioeconômica dos 497 municípios desta unidade federativa. Tal medida estatística está diretamente relacionada à questão do desenvolvimento, apresentando, no caso de Jaguarão, os seguintes resultados: Educação 0,722 (posição 252º no ranking do RS), Renda: 0,588 (posição 391º no ranking do RS) e Saúde: 0,783 (posição 455º no ranking do RS (FEE, 2019). Estes dados mostram que tal localidade se situa entre o 1/3 de municípios mais atrasados do Estado, sobretudo no que tange à questão da saúde.

Os resultados do censo agropecuário (IBGE, 2017) revelam que as principais formas de obtenção das terras dos estabelecimentos agropecuários do município são a herança e a doação. Dos 614 estabelecimentos, 284 foram obtidos pela herança ou por doação. Já as Tabelas 03 e 04 retratam a distribuição dos estabelecimentos agropecuários segundo a natureza (familiar e não-familiar)²⁶. Como é possível perceber os estabelecimentos familiares representam 57,8% do total. Não obstante, estes detêm apenas 8,93% da área total do município. No extremo oposto, os estabelecimentos não-familiares, que concentram 42,18% do total de explorações agrárias de Jaguarão, concentram nada menos que 91,07% da área agrícola total. São dados que mostram um quadro de extrema concentração da terra nesta localidade, fato diretamente relacionado com a importância das atividades extensivas, sobretudo da pecuária de corte e da ovinocultura.

²⁶ O Censo agropecuário anterior (IBGE, 2006) contabilizou a existência de um 675 estabelecimentos agropecuários no total em Jaguarão, sendo 440 de caráter familiar e 235 de caráter não-familiar (65,2% e 34,8% respectivamente). Se compararmos com o último censo (IBGE), estaríamos diante de uma redução no número total de estabelecimentos correspondente a 9,0%. Seguindo nessa mesma comparação, a agricultura familiar teria sofrido uma redução equivalente a 7,4%. Todavia, há estudos, a exemplo de Del Grossi et al (2020), que relativizam essa redução absoluta e relativa do universo da agricultura familiar entre os dois últimos censos agropecuários. A questão é que houve uma mudança metodológica importante adotada pelo IBGE. A alteração decorre do fato de que um dos critérios para um estabelecimento rural da agricultura familiar fosse assim considerado era que o agricultor que tivesse ao menos 50% da renda familiar oriunda da propriedade. A aplicação desse item exclui do universo familiar uma parte dos agricultores familiares pluriativos, que complementam a renda em atividades fora do estabelecimento rural.

Tabela 03 - Distribuição dos estabelecimentos agropecuários de Jaguarão (RS), segundo a natureza (familiar e não familiar).

Tipo de estabelecimento	Nº	%
Familiar	355	57,82
Não familiar	259	42,18
Total	614	100,0

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do censo agropecuário, IBGE (2017).

Tabela 04 - Distribuição da área agrícola, segundo a natureza (familiar e não familiar) dos estabelecimentos rurais de Jaguarão (RS).

Tipo de estabelecimento	Nº	%
Familiar	16.576	8,93
Não familiar	169.132	91,07
Total	185.708	100,0

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do censo agropecuário, IBGE (2017).

Esses dados condizem com a formação histórico-social de Jaguarão. Até o século XVII o território onde se situa este município era habitado basicamente por índios. Os guenoa-minuanos, ou simplesmente minuanos, eram o grupo étnico que habitava uma ampla zona dos atuais territórios da Argentina, Uruguai e Brasil. Jaguarão se insere dentro desse recorte territorial. (SUERTEGARAY; SILVA, 2008).

Com a chegada dos europeus, no século XVIII, as terras que hoje formam Jaguarão foram objeto de conflitos entre espanhóis e portugueses. Nessa época, o acesso à terra se dava por meio da guerra e da apropriação, assim como das doações de cartas de sesmarias. As famílias que receberam as doações de terras estabeleceram estâncias de criação de gado e receberam postos militares para defesa das áreas de fronteira. Durante o período monárquico isso incluía a concessão de títulos de nobreza (PESAVENTO, 1986).

Na distribuição das sesmarias aconteceram irregularidades, muitas vezes, ao invés de uma sesmaria para cada família, era exigida uma para cada membro da mesma, situação que explica, em certa medida, o surgimento das grandes propriedades (estâncias) criadoras de gado em regime extensivo (MARTINS, 2001). Nesse sentido, Costa afirma que: “A doação das sesmarias iniciou um processo de concentração da posse da terra na região, que continua até a atualidade” (COSTA, 2014, p. 177). Ramos (1995) destaca o caráter segregador desta prática de distribuição das terras, que

reservava aos caboclos e imigrantes a disputa pelas piores terras, ao mesmo tempo em que assegurava privilégios aos estancieiros, que recebiam as sesmarias como recompensa. É nas franjas do latifúndio que subsistiam famílias de peões e outros atores subordinados aos grandes estancieiros.

As estâncias que se formaram nas sesmarias foram a base da pecuária e da sociedade do Rio Grande do Sul; representavam, além da atividade econômica, um núcleo de defesa, de riqueza e de poder (RIBEIRO; QUADROS, 2015). As guerras também moldaram a formação política e econômica de Jaguarão. As disputas por domínios territoriais e os movimentos contra os impostos abusivos foram constantes durante o século XIX.

Além disso há que frisar que a localização fronteiriça possibilita integrações culturais, sociais e econômicas, que marcam a formação e o desenvolvimento da sociedade Jaguareense (FERRER, 2011). Ferrer (2011) descreveu a elite estancieira de Jaguarão. Segundo este autor, os estancieiros eram figuras políticas e militares, representavam a figura de protetor de seus agregados. Nesse contexto, a relação de compadrio com os agregados era uma estratégia para manter sua posição de domínio político, militar e social. O casamento era outra estratégia política e econômica, utilizada como mecanismo para evitar a divisão do patrimônio das famílias e a perda de poder político.

Os dados apresentados e as características do município ilustram a importância que as atividades agropecuárias historicamente exerceram neste município. A ovinocultura e principalmente, a bovinocultura de corte estão emaranhadas na história, na cultura, na economia e no imaginário da população Jaguareense. Mais do que a atividade em si, tem-se aí os traços de uma cultura que situa o pecuarista familiar como ator relevante na cena social local, o qual, além de carregar um estilo de vida que pode ser visto como uma certa barreira ao avanço da monocultura da soja. Abordar a sucessão na pecuária familiar representa o entendimento das dinâmicas de atores sociais que, como demonstrado nos números do censo e detectado na fase exploratória desse estudo, podem ter sua existência social ameaçada. A decadência desta atividade é também uma ameaça à cultura regional e ao próprio bioma Pampa, território onde foi forjada a própria identidade gaúcha.

4 Os pecuaristas familiares e a atividade pecuária: um panorama sobre a realidade regional

Esta seção é dedicada à apresentação e discussão dos dados relativos aos pecuaristas familiares – a categoria central desta pesquisa – e às características dos seus estabelecimentos rurais. Essa caracterização permite uma maior compreensão a respeito do objeto de estudo e um conhecimento mais aprofundado sobre os pecuaristas familiares e o universo social em que os sujeitos da pesquisa estão inseridos. Tal aproximação faz-se necessária para entender as suas percepções, atitudes e posicionamentos em relação à questão da sucessão em sentido geral e específico.

São enfatizados aspectos tais como: a caracterização dos pecuaristas familiares; dos seus estabelecimentos e as principais mudanças que estes atores vem experimentando, ao longo dos anos, a partir de sua própria percepção.

4.1 Características dos pecuaristas familiares

Com relação aos pecuaristas familiares, foram destacados aspectos como: tempo de trabalho na atividade pecuária; local de residência dos membros da família; escolaridade; estado civil; atividades remuneradas paralelas à atividade pecuária; a condição de aposentadoria (ou não) dos entrevistados e a situação de ascendência.

O **tempo de trabalho com a atividade pecuária** é uma característica que está relacionada diretamente à reprodução social das famílias, uma vez que se trata de um ofício (criador) que, em grande medida, é transmitido de geração em geração. Essa característica é relatada pelos entrevistados, que destacam a transferência de

conhecimentos através das gerações, conforme o exemplo a seguir: “passou para nós a sabedoria sobre pecuarista e a gente continuou o trabalho dele [pai] (P24, 59 anos, informação verbal).

As respostas relacionadas ao tempo de trabalho dedicado à atividade pecuária, na maioria das vezes, ilustram toda uma vida dedicada à produção animal. Foram recorrentes as falas: “Desde que eu me conheço por gente” (P8, 58 anos, informação verbal); “toda minha vida” (P25, 67 anos, informação verbal). O envolvimento na realização das tarefas relacionadas à atividade pecuária desde a infância também foi destacado. Um dos pecuaristas familiares entrevistados conta que ajuda nas atividades “desde os oito anos. Eu trabalhava com o pai, cuidava o que era dele, eu que dosava²⁷, banhava e tudo e depois ficou para mim o que era meu, eu também já criava junto com ele, já tinha os meus bichos e depois segui, faz uns 66 anos” (P9, 74 anos, informação verbal).

Mesmo que o pecuarista e/ou agricultor não tenha nascido e/ou crescido no estabelecimento em que atualmente se encontra, suas origens estão plantadas no meio rural. Eis que: “difícilmente alguém sem essa vivência familiar, sem conhecimento tácito adquirido, passa a ser agricultor”. (CARVALHO, 2007, p. 02). As falas acima carregam uma ideia implícita que remete ao que preconiza Lahire (2005). Segundo a concepção desse sociólogo francês, quanto mais precoce, regular e intensa for a socialização, maior é a chance de determinada disposição se tornar forte. Para ele a força das disposições depende do tempo e da recorrência de sua atualização.

É absolutamente marcante, no âmbito da agricultura familiar, o contato das crianças, desde cedo, com os labores mais diversos do campo. Isso é forte na pecuária porque se liga, inclusive, aos traços da cultura gaúcha. O “bom jinete” mostra, desde tenra idade, as suas capacidades de pastorear o gado a cavalo, ou como se fala no jargão gaúcho, nas lidas de “camperear”. Em relação a este aspecto, nos parecem acertadas as observações feitas por Aires e Salamoni:

²⁷ A “dosagem” vem a ser a aplicação de vermífugos e inseticidas nos rebanhos, bem como a administração de medicamentos. O banho dos animais é outra operação que envolve a do gado em instalações específicas para o controle do carrapato.

Na agricultura familiar, as crianças convivem diariamente com a rotina de trabalho dos pais na propriedade, logo, elas se familiarizam desde cedo com o trabalho e com a sua representação. O trabalho para o agricultor familiar significa a possibilidade de estabilidade e de honrar seus compromissos. Desta forma, os adolescentes, em geral, aprendem logo a diferenciar funções, deveres e a normatizar os princípios de trabalho. Na propriedade rural os adolescentes, a partir dos 15 anos, passam a assumir as tarefas de adultos, passando a ser vistos como tal no espaço social e de lazer. Embora a participação dos jovens no mundo de trabalho na agricultura familiar possua importância singular em cada propriedade, essa participação vai depender de cada família e das condições objetivas e subjetivas que as permeiam (AIRES e SALAMONI, 2013, p. 46)

Com relação ao **local de residência dos membros da família**, sabe-se que, até meados dos anos 1970, era comum toda a família residir no estabelecimento rural e os filhos acompanharem o andamento das atividades de forma direta (ABRAMOVAY et al., 1998; SPANEVELLO; AZEVEDO; VARGAS, 2011). Tais momentos serviam como um rito de iniciação dos jovens nas atividades campeiras. Atualmente, a realidade é outra: com relação ao local de residência, das 22 famílias que fizeram parte da pesquisa, em oito delas apenas o titular da exploração reside no estabelecimento. Em sete dos casos apenas o casal reside no estabelecimento. Por fim o mesmo número (sete) corresponde ao caso de toda a família residente no estabelecimento familiar, conforme ilustrado no Quadro 02. Uma característica importante a ser mencionada é que nas sete famílias em que apenas o casal reside no estabelecimento, os pecuaristas familiares possuem uma idade superior a 59 anos, refletindo a tendência de envelhecimento aludida anteriormente, bem como a total ausência de jovens no seio da família.

Residência no estabelecimento	Nº
Apenas o pecuarista familiar	8
Apenas o casal	7
Toda a família	7
Total de famílias entrevistadas	22

Quadro 02 - Distribuição dos entrevistados segundo a condição de residência no estabelecimento rural.
Fonte: Elaboração da autora (2020)

Em algumas das famílias entrevistadas os filhos e a esposa residem na cidade e o pai/esposo se desloca entre a casa da cidade e o estabelecimento. Vai ao campo

para as lidas campeiras, mas normalmente retorna ao domicílio (cidade) para pernoitar e estar próximo da família. Essa situação foi relatada como uma dificuldade para esses pecuaristas: “Se eu estivesse com todo mundo lá, com certeza estaria bem melhor e seria mais fácil também de incentivar, estimular os guris (filhos)” (P2, 34 anos, informação verbal). Já outro criador relata: “Uma das maiores dificuldades é minha família, moram aqui na cidade” (F3, 34 anos, informação verbal).

Na pesquisa de Vargas (2017), 60% dos entrevistados residem no estabelecimento rural apenas com a esposa, uma vez que os filhos foram para a cidade para trabalharem ou para dar continuidade aos estudos. Logo, o que os dados demonstram é que na maior parte dos estabelecimentos não há o envolvimento de toda a família na realização das tarefas, já que os filhos migram para a cidade em busca outras opções de trabalho, renda e estudo.

A respeito da **escolaridade**, 17 dos pecuaristas familiares entrevistados têm Ensino Fundamental incompleto²⁸, sete possuem o Ensino Médio completo e apenas três possuem Ensino Superior completo. A baixa escolaridade é reflexo do ensino oferecido nas escolas rurais, que geralmente vai até apenas o 4º ano do Ensino Fundamental. As dificuldades enfrentadas para ter acesso à escola foram relatadas por um dos entrevistados: “Eu estudei no colégio do Quilombo, na comunidade mesmo, viajava uma légua²⁹ todos os dias a pé, pra ir ao colégio, de pé descalço na geada, então a gente naquela época sofria um pouco” (P9, 74 anos, informação verbal).

Também há relatos de pecuaristas familiares que moraram na cidade para estudar e que, após o término dos estudos, retornaram para trabalhar e viver no estabelecimento familiar. Esse foi o caso de cinco de nossos entrevistados (F3, F7, F10, P19 e F23). Segundo as palavras do entrevistado F3:

Eu morei até os 5 anos na campanha³⁰, lá fora. Depois eu vim para a cidade para estudar, eu estudava e ia nas férias e nos finais de semana para a campanha, morava com a minha vó, minha mãe ficou lá e meu pai também. Depois eu fiz o técnico e voltei para a campanha. Voltei porque gostava de trabalhar na campanha e para ajudar meus pais (F3, 34 anos, informação verbal).

²⁸ Considerando que do total de 31 entrevistados, dois são extensionistas e dois são filhos de pecuaristas que exercem outra atividade, no meio urbano.

²⁹ Distância equivalente a cinco quilômetros.

³⁰ “Viver na campanha” é como as pessoas se referem ao modo de vida rural nessa parte do país.

Quanto ao **estado civil**, a maior parte dos pecuaristas familiares entrevistados é formada de pessoas casadas. No entanto, considerando só os filhos entrevistados que são ou serão sucessores, de sete, quatro são solteiros (F7; F14; F20; F23), sendo que destes, três (F7; F20; F23) são homens.

Em estudo realizado no município de Alegrete no RS, Costa (2014) pesquisou os agricultores familiares “solteirões”, ou seja, homens que nunca tiveram uma companheira, constatando que o celibato masculino de Alegrete é uma construção social. Para a citada autora, a intensidade desse fenômeno, é um indicador de ameaça à reprodução social da agricultura familiar. Essa pesquisa buscou mostrar que a maioria dos solteirões do município no meio rural está entre os pecuaristas familiares. O estudo apontou ainda que “a formação de novas famílias é um elemento central para a reprodução social dessa categoria, sendo que a solteirice de homens pode, devido à sua intensidade, prejudica-la em algumas regiões” (COSTA, 2014, p. 33).

Dentre os nossos entrevistados, apenas um (P19) exerce **atividades remuneradas paralelamente à atividade pecuária**. Os demais pecuaristas familiares dedicam-se exclusivamente a esse ofício, diferentemente do que indicaram outros estudos voltados à dinâmica da agricultura familiar em que foi constatada a incidência pluriatividade (SACCO DOS ANJOS, 1995; SEVERO, 2017), qual seja, a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas dentro ou fora da própria exploração.

Entretanto, do total de famílias entrevistadas, em 14 delas havia, pelo menos um **aposentado ou pensionista**, cuja renda integrava o ingresso econômico familiar. Em quatro famílias, além do entrevistado, o cônjuge também é aposentado, ou seja, famílias que contam com duas rendas mensais provenientes da aposentadoria. Este recurso regular não representa, de modo algum, o fim do trabalho para essas famílias: mesmo estando aposentados, os pecuaristas continuam trabalhando na atividade. A renda oriunda da aposentadoria é importante para estes grupos domésticos, uma vez que o ingresso econômico obtido com a pecuária não é mensal. Conforme explicam os entrevistados, “no momento que um da família se aposenta, já dá uma melhorada” (P12, 52 anos, informação verbal); “Os que estão se mantendo é porque tem um aposentado, se não ele não consegue sobreviver” (P13, 59 anos, informação verbal).

Sacco dos Anjos e Caldas (2006) constataram a importância da aposentadoria para as famílias do meio rural e os benefícios do recebimento dessa fonte de renda. Segundo estes autores, até mesmo a expectativa de futuramente receber uma aposentadoria ou pensão diminui consideravelmente a propensão ao êxodo rural, um fenômeno que lança sombras sobre o futuro de amplas zonas do território nacional.

Dentre os entrevistados, a **ascendência** prevalecente é a de uruguaio e brasileiros. Esta ascendência uruguaia se deve à proximidade de Jaguarão com o país vizinho, haja vista que uma simples ponte separa Jaguarão de Rio Branco, a cidade limítrofe situada na outra margem de um rio que leva o mesmo nome do município sobre o qual realizamos esta pesquisa. Esta ascendência é uma das características identificadas em alguns estudos sobre sucessão como determinante para o aludido padrão sucessório, conforme visto na subseção “Formas de sucessão geracional”. No entanto, nesta pesquisa, este fator não se mostrou determinante enquanto eixo definidor de um determinado padrão, tampouco para as definições que dizem respeito à herança dos estabelecimentos dos pecuaristas familiares, conforme oportunamente veremos.

4.2 Os estabelecimentos dos pecuaristas familiares

A respeito dos estabelecimentos de pecuária familiar, interessava saber aspectos relacionados à forma de obtenção dos mesmos (herança ou compra), a área dos estabelecimentos rurais, os sistema(s) de produção e exploração das terras, forma de comercialização da produção; relações de trabalho; tomada de decisões; composição do ingresso econômico familiar e infraestrutura produtiva.

4.2.1 Forma de obtenção dos estabelecimentos

A principal **forma de obtenção** dos estabelecimentos dos pecuaristas familiares é a herança, correspondente a 25 dos entrevistados. Os estabelecimentos geralmente são herança dos avós e algumas têm suas origens ligadas aos grandes pecuaristas, como relatado pelo entrevistado P13, que remete as origens de seu estabelecimento à

distribuição das sesmarias: “A nossa família, por parte de pai, era uma família do século XII³¹, eram grandes pecuaristas. O padre Felisberto Faria tinha duas sesmarias de campo” (P13, 59 anos, informação verbal).

Com relação à herança, prevalece a divisão igualitária entre todos os filhos. As mulheres são incluídas na divisão, ao contrário de situações relatadas em outros estudos, como o de Sacco dos Anjos e Caldas (2006), os quais, ao estudar a agricultura familiar, constataram a alta incidência masculina na herança do estabelecimento. Segundo estes autores: “Nitidamente percebe-se que os procedimentos usuais excluem as mulheres do processo de sucessão” (SACCO DOS ANJOS; CALDAS, 2006, p. 194)³².

Conflitos entre os irmãos nas questões que envolvem a herança são comuns. Os costumes, muitas vezes, acabam sendo fonte de conflitos, especialmente quando refletem o que é definido por lei, mas sim, acertos informais, que atravessam as gerações. Um exemplo é a herança da casa por parte dos filhos que cuidaram dos pais na velhice: “no fim ainda deu galho, um queria mais herança, no fim tive que pagar. Como ficamos com a sede³³, disse que quem ficava com a sede tinha que pagar em campo” (P15, 80 anos, informação verbal).

Com a divisão dos estabelecimentos rurais através da herança, as áreas subdivididas tornam-se menores, ficando muitas vezes inviáveis para o desenvolvimento da atividade pecuária, visto que é uma atividade praticada em regime extensivo. Muitas vezes as áreas já são pequenas, e com a divisão entre todos os herdeiros, a parte que cabe a cada um não permite o desenvolvimento ou continuidade da atividade pecuária, situação que gera o êxodo rural conforme descrito: “uns quantos, pais morreram, venderam, quando a propriedade é pequena divide e fica pouco, melhor vender e ir para a cidade” (P26, 57 anos, informação verbal); “O maior êxodo está nessa parte, porque fica dividido muitas vezes, uma terra de 50 ha, divide por dois fica 25 ha, o que vai fazer com 25 ha? Nada” (P12, 52 anos, informação verbal).

³¹ A entrevistada deve ter se equivocado nas datas, uma vez que a distribuição das semarias no Rio Grande do Sul iniciou no século XVIII.

³² Vide também BRUMER, ANJOS (2008); CARNEIRO (2001).

³³ Casa principal do estabelecimento rural.

Mesmo os grandes estabelecimentos, acabam se tornando pequenos com a sucessiva divisão entre os herdeiros, essa situação também foi relatada no decorrer das entrevistas: “Hoje estão tudo [sic] pequenas. Morrem os donos, têm seis filhos, uma propriedade de 1.000 ha vai ficando pequena, cada um tem mais filhos e vai dividindo” (P21, 71 anos, informação verbal);

essas sesmarias se subdividiram, subdividiram, que veio a chegar aqui na nossa propriedade, lá em 1960, na parte de campo que tocou para o meu avô, 398 ha. Dessas 398, o meu avô teve quatro filhos já ficou 100 ha para cada um praticamente e agora o meu pai, por sua vez, com três filhos, se subdividiu mais ainda, então ficou mais, é muito pequena para sobreviver (P13, informação verbal).

Uma das práticas comuns nessa situação é a compra das áreas dos demais irmãos por um dos herdeiros. Essa foi uma estratégia relatada com frequência nas entrevistas, realizada tanto pelas gerações passadas quanto pelas atuais. O entrevistado P28, 82 anos, relata a estratégia adotada na sua família, nas gerações passadas: “O pai seguiu na propriedade dele, comprou dos outros irmãos. Todos os filhos receberam herança igual” (P8, 58 anos, informação verbal) e também nas atuais, “éramos 14 irmãos, todos receberam a mesma herança, todos venderam, comprei deles” (P28, 82 anos, informação verbal). A compra das partes por um dos herdeiros é o que muitas vezes viabiliza a continuidade da exploração comercial do estabelecimento.

O mais comum, na compra de parte da herança dos irmãos, é que o comprador seja um dos irmãos homens da família. Situações em que as mulheres são as compradoras também ocorrem, mas são menos comuns, conforme nos conta o entrevistado P9 (74 anos, informação verbal), em sua família todos os irmãos do pai ganharam herança, as mulheres também, mas só dois homens seguiram na atividade, as mulheres não, e o pai comprou dos demais herdeiros. Para um dos extensionistas rurais entrevistados: “O que é comum de acontecer é de quando são mais irmãos, alguns, as mulheres, geralmente, acabam vendendo para o irmão que vai permanecer na atividade” (E31, 55 anos, informação verbal).

A compra e/ou arrendamento como forma de resolver problemas de transmissão do estabelecimento também foi um dos achados encontrados na pesquisa de Gallo e Peluso (2013):

Oportunamente, cuando los padres mueren, el problema de la transmisión de los activos, fundamentalmente la tierra, se resuelve comprando o arrendando la parte a sus hermanos. En algunas de estas situaciones, el hijo adquiere la totalidad del control de la explotación que tenía el padre, vía arrendamiento o compra de partes a sus hermanos. En otros casos, la explotación se achica en parte, porque el sucesor no logra hacerse con todos los activos familiares. En ningún caso encontramos que coexistan varios hermanos, con explotaciones diferentes, haciendo usufructo de los activos paternos (GALLO, PELUSO, 2013, p.06).

Outras situações pontuais foram relatadas a respeito da divisão do estabelecimento por herança: a diferença de gênero, com o recebimento da herança antes pelos homens e posteriormente pelas mulheres: “as mulheres receberam terra depois” (P1, 70 anos, informação verbal). O recebimento de uma herança maior pelo filho mais novo, pois é quem geralmente cuida da saúde dos pais na velhice, também ocorre: “meu pai era o filho menor, sempre o menor fica com a casa, no geral” (P9, 74 anos, informação verbal), bem como o recebimento de uma herança maior pelo filho que cuida dos pais na velhice, independente da idade também apareceu nos depoimentos: “nós ficamos na propriedade, ela que cuidou do pai e da mãe” (P15, 80 anos, informação verbal).

4.2.2 Área dos estabelecimentos

Com relação à **área dos estabelecimentos** dos pecuaristas familiares, das 22 famílias entrevistadas, nove tem área superior a 100 ha e 13, área inferior a 100 ha. Quatro produtores, além de áreas de pastagem e de campo nativo, também plantam soja. Outros quatro arrendam parte da área total do estabelecimento para produtores de soja e, nos demais casos, a maior parte da área é destinada à pastagem e campo nativo.

Dos quatro entrevistados que arrendam parte de suas áreas para o plantio da soja, três recebem o pagamento do arrendamento em sacas de soja e um em dinheiro.

Para os entrevistados, o envelhecimento dos pecuaristas familiares é um dos motivadores para o arrendamento da área para plantadores de soja. Um dos entrevistados, que não arrenda a sua área, relatou que:

Não, por enquanto, mas estou até me lembrando que se achar um plantador de soja para arrendar um pedaço, eu já estou ficando meio gasto para atender campo e tudo, todos os dias, diminuo as vaquinhas que tem, fico com algumas para tirar leite (P15, 80 anos, informação verbal).

Outro motivo apontado para o arrendamento foi a falta de capital para o melhoramento do campo para alimentação dos animais. Com o arrendamento, no período de inverno na área em foi colhida a soja, nascem plantas consequentes da queda de grão, que servem de pastagem para alimentação dos animais do proprietário. Esse motivo foi narrado em uma entrevista: “eu uso a pastagem, é difícil o pecuarista deixar uma área reservada para depois vir a pastagem. Então, assim, eu me obrigo a arrendar por esses seis, sete meses para eles e eu recebo uma área para pastagem” (P2, informação verbal).

Para 21 das 22 famílias que fizeram parte da pesquisa, a pecuária é considerada a principal atividade desenvolvida nestas explorações. Em apenas um dos estabelecimentos a soja é citada como principal atividade produtiva. Um dos entrevistados disse que “a atividade que mais movimenta dinheiro é o grão (soja), mas a que mais me deixa renda é a pecuária” (P5, 55 anos, informação verbal). Ou seja, apesar de a soja movimentar um grande volume financeiro a renda advinda da atividade pecuária é maior, devido aos altos custos de produção das lavouras de soja.

4.2.3 Sistemas de produção

O **sistema de produção** da pecuária está constituído por três etapas distintas e interdependentes, quais sejam, a cria, a recria e a engorda. Cada etapa exige manejos diferentes e não necessariamente ocorrem todas no mesmo estabelecimento. No sistema de cria, por exemplo, o foco está centrado na produção de terneiros ou bezerros. O êxito desta etapa está ligado a fatores como fecundidade das vacas e à

saúde e vigor dos terneiros. A cria inclui a desmama, que ocorre geralmente entre sete e oito meses de idade dos animais.

Na fase de recria, que dura em média 12 meses, busca-se o desenvolvimento da estrutura corpórea, a engorda e o desenvolvimento da massa muscular dos animais (PORTO, 2008). A fase de engorda ou terminação do rebanho pode durar entre três meses a um ano. Os principais sistemas de criação praticados pelos pecuaristas familiares entrevistados são a) cria e recria; b) somente recria; c) cria e d) ciclo completo.

Em 17 das 22 famílias de pecuaristas familiares entrevistadas além da bovinocultura de corte trabalha-se também com a ovinocultura. Os entrevistados fazem questão de contar que seus ancestrais eram também pecuaristas, trabalhavam com criação de ovelhas e bovinos de corte: “Meu pai trabalhava com gado e ovelha, meu avô trabalhava com gado e ovelha” (P28, 82 anos, informação verbal); “sempre se trabalhou com pecuária aqui na propriedade, bovinos e ovinos” (P13, 59 anos, informação verbal).

O declínio da ovinocultura foi relatado de modo recorrente pelos pecuaristas familiares. Diversos são os motivos apontados para essa queda, entre os quais, quatro deles merecem destaque:

- a) A substituição da ovinocultura pela soja: “Estão trocando muito pela agricultura, ovelha está acabando, os campos só com plantação de soja, antigamente tinha muita ovelha, terminou” (P17, 49 anos, informação verbal); “Muita mudança, as propriedades cada vez se reduz, [é] menos, onde tinha 10.000 ovelhas hoje não tem nenhuma, onde tinha 3.000, 4000 ovinos, hoje não tem nenhum, nada, só virado em soja, só plantação de soja” (P4, 59 anos, informação verbal).
- b) A desvalorização da lã. Os entrevistados contam que há alguns anos a lã era muito valorizada: “Meu pai era apaixonado pelas ovelhas, acho que por causa da desvalorização da lã e a valorização da soja, todo mundo começou a arrendar campo para plantar” (P17, 49 anos, informação verbal); “No caso da ovelha, a lã custeava as despesas da propriedade, hoje mal dá para comprar

um remédio para as ovelhas, é completamente diferente” (P6, 73 anos, informação verbal).

- c) Os cachorros abandonados no meio rural³⁴ estão se tornando uma “praga” para a ovinocultura. Houve relatos de produtores que precisaram parar com a atividade em função desse problema, conforme os exemplos: “Ovinos já tive mais, mas tive que acabar, fiquei só para o consumo por causa dos cachorros. Infelizmente se tornou uma epidemia enorme o tal cachorro” (P5, 55 anos, informação verbal); “e agora surgiu mais esse problema, eu tive até que liquidar com as ovelhas porque o cachorro me matou sete” (P15, 80 anos, informação verbal).
- d) O abigeato foi outro motivo para o declínio da ovinocultura. Os ovinos são animais de pequeno porte e dóceis, características que facilitam o furto. O relato de um dos entrevistados exemplifica: “Ovinos terminei, mas tive que terminar com elas por causa dos roubos e gosto muito” (P16, 62 anos, informação verbal).

4.2.4 A comercialização, a mão de obra e a tomada de decisão

A **comercialização** da produção dos pecuaristas familiares acontece principalmente nas feiras de remate que ocorrem no município. Além disso, dois pecuaristas (P2, 34 anos; P16, 62 anos) relataram vender seus lotes terminados para empresas exportadoras, as quais transportam o gado vivo em navios para países europeus. Outro (P24, 59 anos) vende sua produção para um frigorífico. As vendas, na maioria das vezes, ocorrem uma ou duas vezes ao ano. Venda direta a particulares também foram relatadas, com frequência menor.

A **mão de obra** das famílias entrevistadas, em sua maioria, é essencialmente familiar, ou seja, os próprios membros da família trabalham na realização das atividades. Três estabelecimentos também contratam mão de obra eventual e uma tem um funcionário fixo. É importante mencionar que, na maioria dos estabelecimentos,

³⁴ Essa situação vem sendo enfrentada por criadores de vários municípios da região Sul e foi tema de uma reportagem da RBS notícias em dezembro de 2020 - <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/12/17/policia-investiga-matanca-de-ovelhas-por-caes-no-rs.ghtml>

apenas o casal trabalha na realização das atividades; em cinco dos estabelecimentos entrevistados, o pecuarista familiar trabalha sozinho. Nos casos em que os demais membros residem no estabelecimento, todos os membros da família participam das tarefas, as quais são feitas em conjunto, conforme os relatos: “todo mundo faz tudo” (F3, 34 anos, informação verbal); “a gente trabalha em conjunto” (P13, 59 anos, informação verbal).

Uma das principais rotinas de trabalho do pecuarista familiar é recorrer o campo, geralmente a cavalo, e fazer a manutenção dos cercados onde os animais ficam reunidos. Um dos entrevistados descreve essa rotina: “a rotina diária é arame, depois dar recorrida, de manhã sempre vou fazer a recorrida, e à tarde a manutenção. A recorrida é olhar os bichos, ver se estão bem, se tem algum doente, se precisa remédio. Percorro todo o campo a cavalo” (P5, 55 anos, informação verbal). Essa rotina é prejudicada com o avanço da idade. Nesse sentido, o relato do entrevistado deixa clara essa dificuldade: “Estou muito velho, andar a cavalo em um dia no outro não caminho, o funcionário que toca” (P22, 82 anos, informação verbal).

As **decisões** sobre os assuntos que afetam à gestão do estabelecimento em geral, e da atividade pecuária em particular, são tomadas, geralmente, em conjunto pelos membros da família. Todos participam das decisões, sendo que, os entrevistados relatam que “quando tem que tomar uma decisão de negócio sempre se conversa um com o outro” (P4, 59 anos, informação verbal); “quando a gente vai fazer algum negócio sempre a gente conversa, decide junto, se tem que vender algum animal, tudo o que a gente vai fazer, a gente sempre conversa” (F10, 45 anos, informação verbal). A troca de experiências com outros pecuaristas também ajuda na tomada de decisões. Para o entrevistado P5 “a gente troca experiências, conversa com pessoas e começa a pensar naquilo que pode dar certo e naquilo que tu já fez e não deu certo” (P5, 55 anos, informação verbal). Cinco dos pecuaristas familiares entrevistados relataram que decidem sozinhos sobre a atividade, havendo um dos estabelecimentos cujo titular entrevistado afirmou que leva em conta a opinião da assistência técnica.

4.2.5 Renda dos estabelecimentos rurais

A renda média anual relatada pelos pecuaristas familiares oscila entre R\$ 30.000,00 e R\$ 40.000,00. Sete³⁵ dos entrevistados, conforme a Tabela 05, disseram não saber qual a renda obtida por não ter o hábito de fazer anotações.

Alguns estudos (SACCO DOS ANJOS e CALDAS, 2006) encontraram uma associação entre estabelecimentos com perspectiva de sucessores e renda familiares mais altas. No extremo oposto, estabelecimentos sem expectativa de sucessores são aqueles que apresentam um nível de ingresso mais baixo. Na pesquisa que sustenta esta tese doutoral uma renda anual mais elevada não se mostra relacionada aos estabelecimentos com perspectiva de sucessor. A Tabela 05 mostra uma visão conjunta dos estabelecimentos que integram a amostra. No cômputo geral, 11 dos estabelecimentos não possuem uma expectativa de sucessão; três não souberam informar e apenas seis responderam afirmativamente a essa questão.

Tabela 05 - Distribuição dos estabelecimentos segundo a renda anual familiar, expectativa de sucessão e existência de filhos

Estabelecimento Nº	Renda em Reais (R\$)	Existe expectativa de sucessor	Existência de filhos
P1	Não sabe	sim	sim
P9	25 mil	sim	sim
P12	13 mil	sim	sim
P17	Não sabe	sim	sim
P24	Não sabe	sim	sim
P28	24 mil	sim	sim
P2	100 mil	Não sabe	sim
P6	38 mil	Não sabe	sim
P19	36 mil	Não sabe	sim
P4	40 mil	não	não
P5	60 mil	não	sim
P8	40 mil	não	não
P11	20 mil	não	não
P13	54 mil	não	sim
P15	Não sabe	não	sim

³⁵ Considerando apenas os entrevistados P, não os filhos de pecuaristas.

P16	Não sabe	não	sim
P21	30 mil	não	não
P22	Não sabe	não	não
P25	Não sabe	não	sim
P26	24 mil	não	não

Fonte: Elaboração da autora (2021).

Cabe observar, ainda com base na Tabela 05, que dos onze estabelecimentos que não tem expectativa de sucessão, seis são justamente aqueles que não possuem descendentes. Outro aspecto digno de nota é que o estabelecimento que possui a maior renda familiar (100 mil Reais) é um dos casos onde a sucessão é incerta.

Com relação ao destino da renda do estabelecimento, em cinco dos estabelecimentos entrevistadas ocorre a divisão da renda entre os membros da família. No entanto, na maior parte das famílias, não há uma separação da renda entre os membros, a qual ela é empregada conforme as necessidades da família.

Uma prática comum entre os pecuaristas familiares, que foi relatada com frequência durante as entrevistas, é a venda de animais conforme a necessidade: “Quando a gente precisa fazer alguma venda para pagar algum PRONAF, alguma coisa, a gente leva nas feiras rurais” (P13, 59 anos, informação verbal); “quando precisa se vende um animal” (F23, 47 anos, informação verbal); “Hoje se precisa, tem um animal pronto para vender, vai e vende. Meu esposo antes de morrer disse, se precisar de dinheiro vendem um animal” (P28, 82 anos, informação verbal).

Garcia Jr. (1990) descreveu a importância dessa estratégia de usar o gado como reserva de valor para atender as mais diversas necessidades, tanto as regulares e previstas como as eventuais e imprevistas. Gaspari e Khatounian retratam com muita propriedade tal situação em estudo realizado em assentamento de reforma agrária em Araraquara, SP:

Sem atividade agrícola comercial, o lote com gado de corte extensivo é mais um local de moradia do que de produção. O pai da família e o filho passaram a maior parte da vida como boias-frias nas periferias das cidades da região, até se aposentarem por invalidez e serem assentados em Monte Alegre. **O gado serve como reserva de valor** (GASPARI e KHATOUNIAN, 2016, p. 248; grifos nossos).

As declarações acima remetem à lógica da subsistência e convergem com Costa (2014) ao afirmar que a figura do gaúcho original³⁶ algumas vezes foi associada à imagem do ócio, por ter a lógica de trabalho visando a subsistência e não a acumulação. Não raras vezes o ofício de criador aparece associado à ideia de uma atividade extrativista e pouco afeta à incorporação de inovações tecnológicas.

4.2.6 Infraestrutura

Uma infraestrutura adequada, com acesso a serviços básicos, torna-se fundamental para assegurar uma qualidade de vida mínima aos pecuaristas familiares, uma vez que a maior parte dos estabelecimentos rurais fica distante da cidade, chegando a casos extremos em que 60 km separam tais contextos. A precariedade de muitas zonas rurais é um fator que conspira para que muitos estabelecimentos produtivos se convertam em tapera, expressão de uma realidade que apareceu em vários depoimentos.

Na maioria dos estabelecimentos dos entrevistados não passa linha de ônibus. Desse modo, a única maneira de locomoção é através de veículo próprio, e mesmo quando o pecuarista tem acesso ao transporte há dificuldades, visto que a frequência não é diária e os horários dificultam a ida até à cidade, como conta o entrevistado: “Tem linha de ônibus em dias certos, mas volta de lá oito horas da noite e vai as seis horas da manhã, então tem que vir para ficar, fica tudo muito ao contrário” (P11, 63 anos, informação verbal). Apenas uma das famílias dos entrevistados não possui carro próprio e utiliza ônibus como meio transporte para locomoção até o meio urbano.

A falta de transporte é mais uma das dificuldades enfrentadas pelos pecuaristas familiares, uma vez que a distância percorrida para ir até o centro urbano, onde se encontram itens de primeira necessidade, ligados à alimentação e à saúde, é longa. A frequência com que os pecuaristas familiares vão ao meio urbano varia de uma vez por semana a uma vez ao mês, sendo mais comum a visita semanal à cidade.

³⁶ Pode ser considerado o gaúcho antigo, “dos tempos da prea do gado xucro e estágio de organização das estâncias” (COSTA, p. 79, 2014).

Para um dos entrevistados, a maior dificuldade enfrentada pelos pecuaristas familiares são as “estradas mal conservadas, tanto para locomoção quanto escoamento da produção” (F10, 45 anos, informação verbal). O entrevistado P5 (55 anos, informação verbal) descreve essa condição da seguinte maneira: “Porque não tem uma condução, porque não tem uma estrada, um meio de transporte, nem um ônibus diário tem, agora pensa, se tu adocece, uma pessoa de idade?”.

As más condições das estradas rurais representam um dos fatores que causam o êxodo rural, na opinião dos entrevistados: “tem dificuldade de locomoção, daí o pessoal vem embora” (F3, 34 anos, informação verbal). Além disso, as dificuldades de locomoção prejudicam diretamente a atividade pecuária, pois os caminhões que transportam os animais, nos casos de venda, não conseguem chegar até os estabelecimentos. O entrevistado P19 (40 anos, informação verbal) conta que, “umas quantas vezes não consegui carregar os bichos porque não passava lá, tinha que levar o gado cinco km para poder carregar”.

Todos os estabelecimentos dos entrevistados têm acesso à luz, água e telefone, mas 13 não têm acesso à internet. Os entrevistados relatam as dificuldades para ter acesso à internet: “menos internet, estou tentando colocar lá, é difícil” (P26, 57 anos, informação verbal).

Com relação a máquinas em geral, 15 dos estabelecimentos dos entrevistados possuem algum tipo de maquinário, sendo mais frequente o trator, enquanto cinco não possui nenhum tipo de maquinário. Somente três dos estabelecimentos dos entrevistados relataram não receber assistência técnica e 14 recebem assistência técnica somente da ASCAR/EMATER, número que demonstra a importância da instituição para a pecuária familiar.

A grandes traços essa é a realidade atual narrada pelos pecuaristas familiares durante as entrevistas. No entanto, foram frisadas no decorrer dos relatos, algumas mudanças que incidem sobre o contexto empírico a que se refere esta pesquisa. E elas são cruciais para os objetivos desta tese doutoral.

4.3 Tempos de mudanças

Ao mesmo tempo em que relataram sobre sua trajetória e descreveram as características de seus estabelecimentos, as atividades produtivas mais relevantes e a estrutura familiar, os pecuaristas familiares contaram sobre as mudanças que viram acontecer no meio rural com o passar dos anos. Quatro grandes mudanças foram mencionadas pelos entrevistados, de forma recorrente, durante a fase de campo da pesquisa. Tais mudanças dialogam transversalmente, em maior ou menor medida, com o objeto da presente pesquisa. São elas: a) expansão da área plantada com a soja; b) o acesso à tecnologia, informações, assistência técnica e crédito; c) o abandono dos estabelecimentos com o envelhecimento da população rural; e, por fim, d) a queda da população rural.

4.3.1 Expansão da soja

A primeira grande mudança, relatada com forte recorrência, foi a expansão da área plantada com a soja no município de Jaguarão³⁷. Atualmente a área plantada com essa oleaginosa nessa localidade equivale a 45.000 ha. Para os pecuaristas familiares, “a mudança é grande” (F23, 47 anos, informação verbal); “A plantação desenfreada da soja, que está tomando conta de tudo” (P26, 57 anos, informação verbal). Vale frisar que quem está plantando soja em Jaguarão são pessoas vindas de outras regiões do Estado. Conforme a fala de um dos entrevistados: “vieram os alemães lá de cima plantando soja” (P26, 57 anos, informação verbal); “veio muita gente de fora também pra cá, de fora que eu digo é que não é daqui do município, natural daqui da nossa região” (E31, 55 anos, informação verbal).

A expansão da cultura da soja modificou a estrutura produtiva do município que sempre esteve voltada à ovinocultura, bovinocultura e orizicultura, conforme salientou o entrevistado: “a pecuária, mesmo, diminuiu muito com as plantações de soja e sorgo” (P22, 82 anos, informação verbal). Alguns deles (minoria) consideram que essa cultura

³⁷ É importante mencionar que além da expansão da soja, nos últimos anos a área plantada com a silvicultura também se expandiu em Jaguarão. Empresas interessadas nesse plantio compraram várias áreas do município.

trouxe vantagens para os pecuaristas familiares, como a alimentação dos animais, já mencionada anteriormente, onde os restos das lavouras de soja (resteva) são usados como alimento para os bovinos no inverno, favorecendo a engorda dos animais.

Todavia é preciso dizer que a expansão da soja trouxe consigo problemas importantes, como inviabilizar a produção para autoconsumo de muitas famílias, isso porque o uso de agrotóxicos prejudica seriamente essas plantações, além de colocar em risco a saúde das pessoas pela deriva das aplicações aéreas. Um dos entrevistados conta que:

As pequenas plantavam de tudo, batata, milho, feijão, viviam daquilo ali, pecuária era pequena. Hoje ninguém planta mais nada, uma pecuária pequena e vivem daquilo, são aposentados. E a soja, os aviões queimam muito, estragam tudo, nós deixamos de plantar por causa dos aviões que queimavam tudo (P21, 71 anos, informação verbal).

A produção para autoconsumo dos estabelecimentos de pecuaristas familiares está diminuindo em quantidade e diversidade. Os entrevistados P1 e P6 contaram que havia fartura de produção e criação para autoconsumo e hoje não mais. O exemplo é dado pelo entrevistado P2 (34 anos, informação verbal): “E antes se plantava o feijão, milho, batata, cebola, tudo tinha, hoje não”.

Outra consequência da expansão da soja é o aumento do êxodo rural. Muitos pecuaristas familiares arrendaram ou venderam as suas áreas para os sojicultores e migraram para a cidade. A preocupação com essa situação é relatada pelos entrevistados, o entrevistado P21, por exemplo, comenta que “começaram a plantar soja e não sei o que vai ser da zona rural” (P21, 71 anos, informação verbal). O êxodo decorrente do arrendamento e venda para os produtores de soja também é lembrado pelos entrevistados P12 e P6: “As pessoas estão cada vez abandonando mais as terras, arrendando para a soja, deixando cair as propriedades, casas ficando tapera” (P12, 52 anos, informação verbal); “A mudança maior que eu vejo é depois que entrou a soja. Porque aí, mudou tudo mesmo, o pessoal que tinha alguma coisa arrendou para a soja e veio para a cidade” (P6, 73 anos, informação verbal). Os relatos da

interferência da soja na vida dos pecuaristas familiares é um fato inquestionável³⁸ e surgiu em diversos momentos das entrevistas. Nesse sentido, tal expansão é vista como um fator que contribui para o êxodo rural muito mais do que propriamente a mudança nos padrões sucessórios de que trata a literatura. Ainda assim, os dois fatores estão mutuamente conectados e se retroalimentam reciprocamente.

Em um estudo que analisa os modelos de sucessão hereditária na agricultura familiar da região pampiana da Argentina, Neiman (2017) constatou que os modelos sucessórios daquela região passaram por grandes transformações com o *boom* econômico da soja. O processo sucessório sofreu interferências sob um contexto marcado por transformações produtivas baseadas na intensificação da produção desta oleaginosa e por sensíveis mudanças sociodemográficas. Sob a égide desse cenário surgem diversos arranjos adotados pelas famílias de pequenos e médios produtores, entre os quais constam o arrendamento entre familiares com preços mais acessíveis, demonstrando que a família busca adequar-se a um novo cenário desfavorável.

A expansão da soja não afetou apenas os pecuaristas familiares, isso porque os grandes pecuaristas, criadores de bovinos de corte e ovelhas, também venderam ou arrendaram as terras, conforme os relatos: “Era arroz e ovinos e bovinos, hoje estão terminadas, diminuídas, a soja e os eucaliptos tomando conta” (P25, 67 anos, informação verbal); “Antigamente era muita extensão de campo e gado, agora reduziu. A agricultura tomou conta” (P19, 40 anos; informação verbal).

Nardini e Sacco dos Anjos (2020) já haviam constatado em sua pesquisa que a expansão das áreas cultivadas com a soja no município de Jaguarão ocasionou um aumento expressivo no uso de agrotóxicos e a diminuição do rebanho bovino e ovino, além da preocupação dos produtores com a produção de hortaliças e pomares para o autoconsumo e para a venda que passa a estar ameaçada devido à contaminação produzida pela deriva da aplicação de agrotóxicos.

³⁸ Em trabalho anterior realizado em Jaguarão (Silva, 2018) houve relatos que descrevem os prejuízos trazidos pela soja às estradas rurais pelo tráfego intenso de caminhões pesados e máquinas agrícolas. Apesar desse impacto deletério visível, a cultura da soja nada deixa ao município no sentido de reforçar as finanças públicas. Isso porque há fortes isenções fiscais, bem como o envio das receitas para fora dos limites do município.

4.3.2 Acesso à tecnologia, informações, assistência técnica e crédito

A segunda grande mudança no meio rural, relatada pelos entrevistados, está ligada à questão do acesso à tecnologia, informações, assistência técnica e crédito. Segundo eles, com isso, há mais comodidades e facilidades. Um exemplo é o uso da inseminação artificial. De acordo com o entrevistado P11, o tempo de produção na atividade pecuária diminuiu consideravelmente com o uso dessa tecnologia, resultando em ganhos aos pecuaristas:

No tempo do meu pai e do meu sogro, uma vaca para dar cria era depois dos três anos, hoje é com 12, 14 meses, inclusive as minhas, através da Emater, faço essa inseminação artificial para isso aí. Com três anos já tenho dois terneiros, quando eles iam começar a reprodução do animal (P11, 63 anos, informação verbal).

Nos relatos a respeito das mudanças que os entrevistados observaram com o passar dos anos, percebeu-se o sentimento de felicidade ao lembrar e falar de um tempo em que, para eles, apesar de ser mais trabalhoso era, ao mesmo tempo, prazeroso. Essa observação já foi relatada em outros estudos, como por exemplo, na pesquisa de Costa (2014), na qual o autor identifica que falar sobre o passado deixa os entrevistados à vontade, apesar de lembrarem algum sofrimento e um tempo em que tudo era mais sofrido: “nos mesmos relatos, encontramos aspectos positivos, que demonstram saudade do modo de vida antigo” (COSTA, 2014, p. 99).

Uma das tecnologias que chegou ao meio rural em um passado não tão distante foi a energia elétrica. As datas da instalação variam conforme a localidade. Nas localidades rurais mais próximas ao centro urbano isso ocorreu por volta da década de 1980, conforme alude o nosso entrevistado: “Quando a gente conseguiu que levassem a energia elétrica, foi em 1980” (P1, 70 anos; informação verbal). Já nos estabelecimentos mais distantes, ou em estradas secundárias o acesso à energia elétrica ocorreu somente no início dos anos 2000: “Luz, levou anos para ter. Chegou lá em 2008” (P19, 40 anos, informação verbal).

Os pecuaristas familiares participantes desta pesquisa descreveram os benefícios e facilidades que vieram com a energia elétrica: “Hoje tem tudo, a luz, pode

ter ventilador, ar, tendo recurso tem todos os recursos da cidade, na minha época não tinha” (P17, 49 anos; informação verbal); “Tudo era mais difícil, com a luz facilitou, divide a pastagem com choque, vem melhorando” (P24, 59 anos; informação verbal).

De acordo com os entrevistados há mais facilidades atualmente no meio rural do que existia há alguns anos: “As pessoas que viviam na zona rural sofriam mais, porque não tinha luz, não tinha água” (P4, 59 anos, informação verbal). Ou seja, para os entrevistados, com as melhorias de infraestrutura que ocorreram com o passar dos anos, ficou mais fácil viver no meio rural, mais cômodo.

A importância da assistência técnica para os pecuaristas familiares foi destacada pelo entrevistado P16. Segundo ele, a situação dos pecuaristas familiares melhorou com a assistência técnica, que é fundamental para a manutenção dos estabelecimentos rurais: “Para as pequenas melhorou bastante. Com a assistência da Emater, se não tivesse assistência não tinha mais ninguém” (P16, 62 anos, informação verbal).

O acesso ao crédito através do PRONAF foi um marco para os pecuaristas familiares. Antes da criação do PRONAF os pecuaristas familiares não tinham acesso ao crédito. Com efeito, um dos entrevistados fala com entusiasmo sobre a criação dessa política de crédito para a agricultura familiar: “foi indo, até que apareceu o PRONAF, esse foi que salvou a gente” (P28, 82 anos, informação verbal). Para os entrevistados o PRONAF é fundamental para a sobrevivência no meio rural. Segundo o entrevistado P12 (52 anos, informação verbal) há muitas dificuldades para os pequenos estabelecimentos, sem o PRONAF não sobreviveriam, “a gente está de teimoso, porque se não é o PRONAF a gente não sobrevive, porque não tem salário todos os meses”.

No entanto, as dificuldades de acesso ao PRONAF também foram relatadas. A burocracia exigida para que se possa acessar essa política pública é um entrave para muitos. Um dos entrevistados relata que: “é muita burocracia, muito papel, tem que colocar tudo o que tem para tirar o mínimo” (P11, 63 anos, informação verbal), se referindo à exigência de garantias para liberação do financiamento.

4.3.3 Abandono dos estabelecimentos, com o envelhecimento da população rural

A terceira grande mudança na opinião dos entrevistados é o abandono dos estabelecimentos em virtude do envelhecimento da população rural. O entrevistado P28 descreve, com nostalgia, a situação de abandono dos estabelecimentos: “antes era tão lindo, tinha tanta gente, hoje não tem ninguém. Se foram, outros morreram, foram ficando poucos, deixam as casas em tapera” (P28, 82 anos, informação verbal).

A idade avançada é um impedimento para permanecer no meio rural. Foram recorrentes nas entrevistas os relatos sobre a impossibilidade de permanecer no estabelecimento com o passar dos anos: “Talvez daqui um tempo eu tenha que vir definitivo devido à dificuldade de estar lá fora sozinha” (P1, 70 anos, informação verbal);

Eu acho que se a pessoa não tem condições... enquanto tem condições de trabalhar, mas se tiver que pagar para fazer tudo, a propriedade não sustenta, a propriedade é pequena e se tiver que pagar para fazer, para alambrar, cuidar o gado, a mão de obra está cara, está difícil e muita gente já não tem mais condições de trabalhar então eu acho melhor vir embora (P8, 58 anos, informação verbal).

Por outro lado, há os que pensam em permanecer, mesmo na velhice, como o entrevistado P22, que diz: “Só depois de morto” (P22, 82 anos, informação verbal). E também os que preferem não pensar, planejar muitas vezes é “doloroso”: “Não penso” (P4, 59 anos, informação verbal).

Para o entrevistado E30, esta é a maior mudança que está ocorrendo no meio rural: “a maior mudança é o envelhecimento da população, não tem mais jovens no meio rural” (E30, 41 anos, informação verbal). Com o envelhecimento, os pecuaristas acabam arrendando as terras para quem pagar mais, que no caso são os sojicultores e acabam decidindo ir morar na cidade. Segundo o entrevistado P25, com o envelhecimento e a necessidade de mais recursos, muitos pecuaristas abandonaram o estabelecimento e se mudaram para a cidade: “a idade chegou e vieram embora, na campanha não tem os recursos que tem na cidade” (P25, 67 anos, informação verbal).

O abandono dos estabelecimentos torna a vida no meio rural solitária; segundo os entrevistados, há menos proximidade entre as pessoas. O entrevistado P28 (82 anos, informação verbal) conta que: “A gente fica contente quando chega uma pessoa,

porque a gente fica sempre sozinha, é tão triste, antes era movimentado, bastante gente na volta”.

Para eles, antigamente havia maior proximidade entre as pessoas no meio rural: “Antigamente tinha carreira, as pessoas conversavam mais, hoje em dia é mais internet, é raro acontecer carreira, rodeio. Tudo hoje gira através do dinheiro” (P17, 49 anos, informação verbal). Os eventos nas comunidades rurais diminuíram com a redução do número de pessoas e, com isso, a proximidade que esses eventos proporcionavam também se viu completamente esvaziada.

4.3.4 A queda da população rural

A queda da população rural, apontada pelo censo populacional, também foi percebida pelos entrevistados participantes desta pesquisa como a quarta grande mudança, o que não quer dizer que é menos relevante em relação às demais. Segundo os entrevistados há poucas pessoas no meio rural: “Hoje tem muita tapera, antigamente morava muita gente na campanha, agora é contado os que moram” (P22, 82 anos, informação verbal). Um dos entrevistados cita o exemplo da sua comunidade para ilustrar a queda da população rural: “Ali naquela zona mesmo era uma vila, bem dizer, de ranchos, agora os mais antigos foram morrendo, os filhos já foram indo para a cidade” (P8, 58 anos, informação verbal).

Com a diminuição da população rural falta mão de obra nos estabelecimentos. Ao mesmo tempo, segundo os entrevistados, os empregos no meio rural diminuíram com o aumento do uso da tecnologia e de maquinários, e com isso aumentou o êxodo rural. O entrevistado P26 (57 anos, informação verbal) salientou que “emprego, antigamente tinha bastante emprego na campanha, agora com maquinário e tecnologia reduziu bastante, buscam na cidade”.

A queda da população rural tem se dado paralelamente ao acesso à infraestrutura. Essa situação é vista como uma realidade controvertida na fala do entrevistado P25, que faz inclusive, uma estimativa, baseada em sua vivência, sobre essa queda: “A campanha antigamente era povoada, hoje não. E hoje tem tudo na

campanha, luz, água, televisão, telefone, mas a pobreza de gente é um horror, 80% da população da campanha veio embora para a cidade” (P25, 67 anos, informação verbal).

A população rural está diminuindo de maneira geral, e de modo ainda mais incisivo no caso das mulheres, especialmente entre mulheres mais jovens. Esse aspecto aparece evidenciado nos seguintes termos:

Hoje não tem mais. Isso talvez mudou de uns 30 anos pra cá. Naquela época tu dizia hoje vou fazer um baile, saía um a cavalo, recorria quatro ou cinco casas e já tinha 15, 20 moças para o baile, hoje tu saí e é capaz de recorrer a zona e não achar uma moça na campanha, está tudo [sic] na cidade (P9, 74 anos, informação verbal).

Para o participante da pesquisa P13 a exclusão das mulheres na remuneração dos estabelecimentos faz com que as mesmas não queiram permanecer no estabelecimento rural. Segundo ele “as pessoas hoje principalmente as mulheres, elas não querem mais ficar na campanha, porque a mulher trabalha e não é remunerada e ela é explorada” (P13, 59 anos, informação verbal).

As dificuldades enfrentadas na realização das atividades inerentes à pecuária também foram mencionadas como empecilhos para as mulheres ligadas à pecuária familiar. Essas atividades são descritas na fala da entrevistada P8, que conta com a ajuda do irmão para a realização das atividades: “entrar em movimento de gado, de castrar, de marcar, assinalar, vacinar bicho doente, aí eu acho que eu não daria conta sozinha. Ele (irmão) faz esse serviço, cada um tem seus animais, mas ele nos ajuda, a gente trabalha junto” (P8, 58 anos, informação verbal).

Diferentes causas foram apontadas pelos entrevistados para a diminuição da população rural, tais como:

- A diminuição do número de filhos. Segundo os entrevistados as famílias têm poucos filhos e já não são mais numerosas como nas gerações passadas;
- As facilidades que a vida no meio urbano proporciona e as dificuldades enfrentadas no meio rural. O entrevistado P19 (40 anos, informação verbal), por exemplo, diz que “o conforto, está melhorando, mas não se vê muito futuro para os jovens. Na cidade tem mais oportunidades”;

➤ O trabalho no meio rural é mais penoso, não há as folgas dos feriados e finais de semana e nem salário fixo, situações que desmotivam as pessoas a permanecer no meio rural, tal como destaca o entrevistado P15 (80 anos, informação verbal): “Na cidade se arrumar emprego é oito horas e está livre, na campanha não se tem horário. Quem tem animal tem que estar sempre...” e o entrevistado P16 (62 anos, informação verbal), “vieram para cidade e a vida é outra aqui, tudo mais fácil, lá fora não tem internet, telefone é ruim”.

No entanto, para um dos participantes da pesquisa, é uma ilusão acreditar que a vida na cidade é melhor que no campo: “muitos saíram e vieram para a cidade para viver em piores condições. Venderam ou arrendaram para a soja na ilusão de que teriam uma vida melhor na cidade” (P1, 70 anos, informação verbal). Quando se fala na questão jovens, a constatação da diminuição é ainda mais acentuada.

4.3.4.1 Os jovens

O número de jovens no meio rural também se reduziu. Essa diminuição foi mencionada várias vezes no decorrer das entrevistas, com preocupação. De acordo com os entrevistados: “Os jovens não querem mais ficar na campanha, só velhos, vai terminar ficando tapera” (P15, 80 anos, informação verbal); “o pessoal da campanha, todo pessoal novo foi embora” (F3, 34 anos, informação verbal).

Foram relatados alguns motivos para a saída dos jovens do meio rural:

➤ Falta de incentivo e orientação técnica. Para os entrevistados, os filhos veem os pais com dificuldades na atividade e isso os desmotiva a permanecer: “falta incentivo, porque o filho que vê o pai passando trabalho ali, ele não quer. Falta muita orientação técnica, não é que não tenha, é que o pessoal não usa” (P6, 73 anos, informação verbal). Além disso, muitos pais não incentivam os filhos a permanecer no meio rural trabalhando com a pecuária, um dos filhos entrevistados, por exemplo, conta que: “eles (pais) diziam que não era futuro, que não conseguiria me manter, que tinha que procurar alguma coisa fora” (F29, 36 anos, informação verbal).

➤ Falta de lazer e baixa remuneração. A falta de atividades de lazer no meio rural é um dos fatores que incentiva a migração dos jovens para a cidade. Não há atividades

de lazer no meio rural. Para lazer, é necessário se deslocar até a cidade, conforme relatam os entrevistados: “se vai à cidade às vezes, no final de semana, ver alguma coisa” (P4, 59 anos, informação verbal); “O pessoal veio todo embora. Tenho que vir pra cidade jogar futebol” (F7, 37 anos, informação verbal).

Antigamente, havia mais opções de atividades de lazer nas comunidades do meio rural, segundo os relatos: “antigamente tinha futebol, carreira, agora nem tem mais” (F3, 34 anos, informação verbal); “a população foi diminuindo, antigamente tinha missa no domingo a capela enchia de gente e hoje... foi diminuindo, a população foi diminuindo” (P8, 58 anos, informação verbal); “A gente tenta fazer, mas já não tem população, ninguém vai. Antigamente a gente fazia almoço, bingo. Tinha carreira, jogo de futebol, tinha população, hoje não tem” (P11, 63 anos, informação verbal).

Como em diversas situações mencionadas no decorrer da pesquisa, com relação às atividades de lazer também há uma relação complexa de causas/consequências nos relatos. A população do meio rural diminuiu e com isso os eventos também diminuíram, ao mesmo tempo em que a falta deste esvaziamento da sociabilidade leva também à diminuição da população rural, ou seja, os movimentos de causa e consequência convergem de forma sistêmica e não linear.

➤ O retorno financeiro da atividade pecuária é demorado, lento. É inerente à atividade a demora para o retorno financeiro, devido ao tempo de produção natural da pecuária, o que resulta em pouca atratividade econômica para os jovens. Como explicam os entrevistados: “é demorado o retorno, a vaca leva nove meses, mais o tempo para criar o terneiro, é demorado, e o jovem não está para isso, quer ganhar no final do mês” (P25, 67 anos, informação verbal); “Depende de uma vaca ficar nove meses prenha, dar a cria e leva mais seis meses para vender o terneiro, para poder fazer o dinheiro e aí nesse tempo? Em 15 meses vive do que?” (P12, 52 anos, informação verbal).

➤ A visão negativa sobre o produtor rural é outro motivo apontado para o desinteresse dos jovens em permanecer no meio rural, “o modo que enxergam o produtor rural, ele é desvalorizado no modo a ser visto” (P2, 34 anos, informação verbal). Nesse sentido também está a ideia de que quem estuda não trabalha no meio rural, “é o que todo mundo diz, ou estuda para ter um bom emprego e moleza, na

campanha tu vive bem, mas tem que trabalhar, senão não tem teu sustento” (F23, 47 anos, informação verbal).

Castro *et al.* (2009) diz que os jovens sofrem o que ele chama de duplo enquadramento, pois ao mesmo tempo em que são relacionados às imagens pejorativas sobre o rural, muitas vezes são considerados muito urbanos por seus pais e adultos em geral. Ou seja, o “*jovem rural*” carrega o peso de uma posição hierárquica de subalternidade, ou seja, uma categoria percebida como inferior nas relações de hierarquia estabelecidas na família, bem como na sociedade” (CASTRO *et al.*, 2009, p. 39, destaque no original). Para Martins (2019),

a permanência no campo, entendida enquanto construção de uma esfera de autonomia e realização de si, se faz possível quando existe a articulação entre condições objetivas e subjetivas para a realização de “escolhas” conscientes, por parte dos jovens, acerca do “ficar” e o “sair” das áreas rurais. Essas escolhas, processadas dentro de um dado campo de possibilidades, estão influenciadas grandemente pela família, a escola, o mercado e o cenário mais amplo das políticas públicas locais e nacionais (MARTINS, 2019, p.197; aspas no original).

Muitas vezes, os pais não incentivam os filhos a dar continuidade ao próprio ofício de pecuarista. Eles incentivam os filhos a estudar, e veem o estudo como antagônico ao trabalho do pecuarista familiar: “desde pequeno eu dizia para ele, vai embora, vai estudar, na campanha a gente nunca tem tempo para nada. Nunca incentivei, incentivei a estudar” (P25, 67 anos, informação verbal). Um dos extensionistas entrevistados conta que “o mais comum, é a família que está no meio rural achar que a atividade deles não é lucrativa e é penosa e que o filho vai conseguir uma condição melhor trabalhando fora” (E31, 55 anos, informação verbal).

➤ Atualmente há poucas escolas no meio rural do município. O fechamento das escolas foi um dos motivos mais citados pelos entrevistados como causa para o êxodo rural.

4.3.4.2 As escolas rurais

Uma frase que foi dita com frequência durante as entrevistas foi: “As crianças vão para a cidade estudar e não voltam mais para o meio rural” (E30, P21, F18, P22, P5, P9, F23, P6, E31, informação verbal). As crianças, filhos (as) dos pecuaristas familiares, geralmente estudam em escolas urbanas, algumas desde o início do período escolar e outras, após o término do período oferecido na escola rural mais próxima, que normalmente é o 4º ano do Ensino Fundamental.

Atualmente, apenas cinco escolas rurais estão em funcionamento no município de Jaguarão. Há alguns anos a realidade era outra, conforme o relato dos entrevistados: “As escolas, há anos atrás, há 30 anos, tudo funcionava, hoje tudo abandonada, hoje não tem mais escola na zona rural. Aonde eu fui nascido e criado não tem mais escola. Aonde eu estou hoje de três escolas, todas fechadas” (P4, 59 anos, informação verbal); “As escolas tinha um monte, agora não tem nenhuma” (P2, informação verbal); “há mais de 20 anos atrás, quando eu vim pra cá, eram 22 escolas no meio rural, hoje são só cinco, então a mudança é grande” (E31, informação verbal). Um dos entrevistados conta que há alguns anos atrás, como havia várias escolas, em algumas localidades rurais, era possível escolher em qual estudar:

hoje os colégios na campanha são poucos, dá para contar, e antigamente tu escolhia o que ficava mais perto para ir. Lá na minha comunidade eram três hoje tem um. Fecharam porque não tinha mais gente, o pessoal começou a ir embora, os filhos saírem, casar e tocar a vida em outro lugar, porque é muita dificuldade (P12, 52 anos, informação verbal).

Em levantamento realizado junto à Secretaria Municipal de Educação, em jornais antigos no Instituto Histórico e Geográfico, no Escritório Municipal da Emater e também nas entrevistas, foi possível obter dados relativos ao número de escolas e de alunos no período entre os anos de 1960 e 2019, conforme aparece ilustrado na Tabela 06. Ao cotejarmos os períodos extremos veremos que houve um descenso de 62%. Não foi possível obter dados relativos ao intervalo de tempo compreendido entre anos de 1998 a 2011.

Tabela 06 - Evolução do número de escolas e de alunos no município de Jaguarão (RS)

Ano	Nº de escolas	Nº alunos
1960	21	593
1997	22	909
2012	7	271
2013	7	271
2014	7	271
2015	7	271
2016	7	271
2017	7	271
2018	6	162
2019	6	224

Fonte: Elaboração da autora (2021).

No ano de 1960 havia 21 escolas rurais em funcionamento, já em 2012, apenas sete. O Quadro 03 apresenta o nome de cada uma das escolas, o ano de fundação, o ano de encerramento das atividades, a localização e o responsável pela administração³⁹. O Quadro 03 traz informações relevantes, mas o destaque fica a cargo da situação destas escolas quando se deu o fechamento.

Nº	Nome	Ano de fundação	Fechamento	Local	Condição
01	E. M. 1º grau Incomp. Alvim Arthur Garcia	1942	2001 com 2 alunos	Juncal	Estadual admin. pelo município
02	E. M. de 1º grau Incomp. Cons. Diana	Sem informações	2001 com 7 alunos	Arrombados	Municipal
03	E. M. 1º grau Incomp. Sylvia Silveira Ferreira	1944	2001 com 4 alunos	Granja Sylvia	Municipal
04	Lucinda Garcia	Sem informações	2001 com 20 alunos	Cerrito	Estadual
05	E. M. de Ensino Fundam. S. Francisco	Sem informações	2002 com 1 aluno	Charqueadas	Municipal
06	E. M. de 1º grau Incomp. Alcindo Augusto Dutra	1964	2002 com 5 alunos	Vimes	Municipal
07	E. M. de 1º grau Incomp. Carlos Gomes	1976	2002 com 5 alunos	Bretanhas	Municipal
08	E. M. de 1º grau incomp. Graciliano Jerônimo de Souza	1976	2005 com 9 alunos	Armada	Municipal
09	E. M. de Ensino Fundam.	Sem	2005 com 3 alunos	Pedras	Municipal

³⁹ Apesar dos inúmeros contatos com a Secretaria Municipal de Educação e pesquisas em demais materiais disponíveis, não foi possível obter alguns dados referentes a algumas escolas, tais como nome completo e ano de encerramento.

	Professora Luiza	informações		Branças	
10	E. M. de Ensino Fundamental Bernardina de Lima Piuma	Sem informações	2005 com 9 alunos	Juncal	Municipal
11	E. M. de 1º grau Incomp. Dr. Alcides Pinto	1913	2017 com 3 alunos	Lagoões	Municipal
12	E. E. Rural de 1º grau Incomp. Izabel Ribas	1947	Fechada (sem informações sobre o ano de encerramento e o número de alunos)	Meiágua	Estadual
13	E. M. de 1º grau Incomp. Dr. Ruy Marques	1981	Fechada (sem informações sobre o ano de encerramento e o número de alunos)	Juncal	Municipal
14	E. M. de 1º grau Incomp. Darci Vargas	1976	Fechada (sem informações sobre o ano de encerramento e o número de alunos)	Carlos Marti	Municipal
15	E. M. de Ensino Fundam. São Roque	Sem informações	Fechada (sem informações sobre o ano de encerramento e o número de alunos)	Meiágua	Sem informações
16	Escola do Peruano	Sem informações	Fechada (sem informações sobre o ano de encerramento e o número de alunos)	Sem informações	Sem informações
17	E. M. de 1º grau Incomp. Beloca D. Baltar	1967	2021 com 3 alunos	Santana	Municipal

Quadro 03 - Distribuição das escolas rurais de Jaguarão que foram fechadas segundo nome, ano de fundação, ano de fechamento, local e condição.

Fonte: Elaboração da autora (2021).

O Quadro 04 apresenta o nome de cada uma das escolas rurais ativas, o ano de fundação, a localização, o número de alunos e o responsável pela administração.

Nº	Nome	Ano de fundação	Local	Nº alunos	Condição
18	E. M. de 1º e 2º graus Lauro Ribeiro	1955	Bretanhas	134	Municipal
19	E. E. de 1º grau Incomp. Maria Quitéria	1950	Quilombo	5	Estadual
20	E. M. de 1º grau Incomp. Pompilho Neves	1976	São Luiz	12	Municipal
21	E. M. de Ensino Fundam. João Azevedo	Sem informações	Cerro do Matadouro	19	Municipal
22	E. M. 1º grau Incompleto Barão R. Branco	Sem informações	Telho	7	Municipal

Quadro 04 - Distribuição das escolas rurais de Jaguarão em funcionamento segundo nome, ano de fundação, ano de fechamento, local e situação.

Fonte: Elaboração da autora (2021)

É possível observar que a maior parte das escolas tiveram suas atividades encerradas entre os anos de 2001 e 2005 e que no ano de encerramento contavam com um número baixo de alunos, com exceção da escola Lucinda Garcia, com 20 alunos. Alguns entrevistados argumentaram que as escolas fecharam porque atualmente há poucas crianças no meio rural. Com um número reduzido de crianças fica mais fácil transportá-las, através de ônibus escolar, até as escolas urbanas. O relato do entrevistado P11 (63 anos, informação verbal) faz uma comparação sobre a realidade atual das escolas rurais com alguns anos atrás: “As escolas, hoje tudo mudou, a escola de lá quando eu estudei eram 73 alunos, hoje não tem aluno. A escola fechou, caiu, porque não tem mais aluno, algum que aparece eles trazem para a cidade”.

Já outros entrevistados entendem que a diminuição do número de crianças no meio rural é causada pelo fechamento das escolas. Para um dos entrevistados: “Escola tinha, agora não tem mais, por isso que vem todo mundo para a cidade, não tem escola na campanha” (P16, 62 anos, informação verbal). O entrevistado P9 (74 anos, informação verbal), por exemplo, conta que “o pessoal está todo mundo na cidade e o que não está na cidade os prefeitos mandam os ônibus trazer as crianças para a cidade em vez de mandar lá para permanecer no campo, não, trazem tudo para a cidade”.

A situação dos prédios das escolas que fecharam também foi citada, devido à situação de abandono. A fala do entrevistado P8, é quase um desabafo sobre as más condições dos prédios, que foram abandonados: “Está abandonado, fechou faz mais de 20 anos, detonada, esses dias até tirei uma foto e mandei para minha irmã que estudou ali, do jeito que tá” (P8, 58 anos, informação verbal). O entrevistado P9 (74 anos, informação verbal) também fala sobre as más condições dos prédios onde funcionavam as escolas: “antigamente tinha escola em tudo que era campanha, escolas bem cuidadas, hoje a maioria das escolas da campanha estão atiradas às traças”.

As figuras 12 e 13 ilustram a situação atual dos prédios onde no passado funcionavam duas das escolas rurais de Jaguarão (RS).



Figura 12 – Fotografia de uma das escolas rurais que não está mais em funcionamento 1
Fonte: Acervo da autora (2020)



Figura 13 – Fotografia de uma das escolas rurais que não está mais em funcionamento 2
Fonte: Acervo da autora (2020)

Ao estudar na escola rural a criança não perde o vínculo com o meio rural, na opinião dos entrevistados, o que facilita o processo sucessório. Para o entrevistado P5

(55 anos, informação verbal) “com a escola rural eles (crianças) saíam da escola, se ía de manhã, ficava à tarde na área rural, hoje eles não fazem mais isso. Então, esse vínculo que foi quebrando, ele não vai mais querer”.

Já as crianças do meio rural que vão para as escolas urbanas acabam perdendo o vínculo com o meio rural. As escolas não trabalham temas vinculados ao meio rural, situação que acaba gerando o desinteresse pelas questões do campo e da produção. Um dos entrevistados faz uma reflexão sobre esse assunto:

Se não houver uma mudança em termos de oportunizar um retorno dessas famílias para o meio rural e uma delas eu acho que está na questão escolar, na questão de eles terem acesso à escola e que a escola trabalhe mais as atividades rurais do que as urbanas. Porque mesmo lá no rural muitas vezes eles estão trabalhando didaticamente exemplos e situações que são urbanas e não rurais. Então não existe uma conexão entre o ensino, que é na escola rural, e a atividade realmente rural. Muitas vezes a própria professora da escola não tem essa conexão, não conhece bem a realidade do local, porque há um tempo a professora era moradora do meio rural, hoje não, hoje elas vão e voltam no ônibus escolar que recolhe as crianças em várias localidades para nuclear em uma localidade, então eu acho que um dos fatores fundamentais é a questão da escolarização e ter a oportunidade do município (E31, 55 anos, informação verbal).

Nesse sentido, Martins (2019), em pesquisa com formandos e egressos de Escolas Família Agrícola do Estado do Espírito Santo, constatou que quando a educação é voltada à realidade da agricultura familiar, promove a valorização dos atores sociais que estão no campo e atenua as desigualdades históricas, servindo de estímulo à permanência dos jovens nesses espaços (MARTINS, 2019).

Muitas mães se mudam para o meio urbano para acompanhar os filhos nos estudos, com isso, os homens ficam sozinhos trabalhando no estabelecimento rural e a família morando na cidade. Conforme contou um dos entrevistados, “hoje ela [esposa] mora na cidade porque a nossa filha estuda aqui, fica complicado lá para se locomover. A escola fica a oito km e não tem ônibus” (P19, 40 anos, informação verbal).

Em alguns casos a família, que está na cidade, volta para o estabelecimento nos finais de semana, como exemplifica o entrevistado P12 (52 anos, informação verbal): “Aí a mãe veio pra cidade morar comigo e o pai ficou lá, no final de semana a gente ia e voltava”. Em outros casos, o esposo/pai é que passa o final de semana na cidade, limitando ainda mais o contato da família com o estabelecimento: “ela não ia nem nos

finais de semana, nunca foi vinculada à propriedade” (P5, 55 anos, informação verbal). A pesquisa de Costa (2014) também constatou essa situação:

Uma situação bastante comum no município é a do homem que vive e trabalha no espaço rural, e tem a companheira e filhos na cidade, nos finais de semana o homem se desloca para a cidade, ou a mulher para o espaço rural. Em muitos casos essa situação é justificada pela necessidade de estudo de jovens, geralmente as filhas moças no ensino médio, que não existe em algumas localidades, nem dispõem de transporte escolar (COSTA, 2014, p. 53).

Essa situação pode ser compreendida, em boa medida, através da pluralidade de disposições a que os indivíduos são expostos e incorporam desde a infância, explicada por Lahire. Segundo esse sociólogo os esquemas de socialização são cada vez mais antecipados e heterogêneos (LAHIRE, 2004). Essas circunstâncias geram, segundo a ótica dos entrevistados, um despreço pelo meio rural, que reflete diretamente no êxodo e na falta de sucessores rurais.

5. A sucessão na percepção dos pecuaristas familiares

Esta seção aborda o tema da sucessão na percepção dos pecuaristas familiares. A percepção, para Chauí (2000), é uma experiência repleta de significados. O que percebemos envolve o sentido e está diretamente relacionada à nossa vivência. Para a autora, “a percepção envolve nossa vida social, isto é, os significados e os valores das coisas percebidas decorrem de nossa sociedade e do modo como nela as coisas e as pessoas recebem sentido, valor ou função” (CHAUÍ, 2000, p. 155).

A percepção que o pecuarista familiar tem sobre si mesmo e sua atividade revelam importantes reflexões sobre essa categoria social.

5.1 A percepção sobre si e sobre a atividade pecuária

A denominação utilizada para se referir ao profissional que trabalha no meio rural varia conforme a atividade que exerce, a quantidade de área que possui, o regime de trabalho, a utilização da mão de obra, a renda e o número de empregados. Essas características e denominações são relevantes para o desenvolvimento de políticas públicas, pesquisas científicas, para o serviço de extensão rural e para o próprio pecuarista familiar que, muitas vezes, percebe-se de uma maneira diferente do que os demais atores sociais o identificam.

Os pecuaristas familiares entrevistados não se autodenominaram pecuaristas familiares. Nas denominações surgiram termos como: pecuaristas, pequeno produtor, produtor rural, agricultor, do lar e agropecuarista, mas não pecuarista familiar.

Para os participantes da pesquisa, são pecuaristas familiares os produtores rurais que criam poucos animais e têm uma área pequena, conforme salientou um dos entrevistados: “eu acho que sou um pecuarista familiar. Porque não é muita extensão de terra e não são muitos animais que a gente tem. Quem tem menos terra” (F3, 34 anos, informação verbal). Também, consideram pecuaristas familiares os produtores que trabalham, predominantemente, com a mão de obra familiar: “Aquele produtor que tem como essencial a mão de obra familiar” (F20, 21 anos, informação verbal).

Segundo o entrevistado F23, para um pecuarista ser considerado familiar, além da mão de obra familiar, a área não deve ultrapassar quatro módulos fiscais⁴⁰. Para ele, são “aqueles que trabalham em regime familiar e não tenham mais de quatro módulos fiscais de área” (F23, 47 anos, informação verbal). Também foram considerados pecuaristas familiares os “pequenos produtores”: “Os pequeninhos” (P11, 63 anos, informação verbal); “O pessoal pequeno que trabalha na campanha” (P17, 49 anos, informação verbal).

Alguns pesquisadores relacionam o termo “pequeno produtor”, mesmo reconhecendo que os agricultores/pecuaristas se autodenominam assim, inadequado. Isso se dá pelo fato desse termo não chamar a atenção para a diversidade e diferenciação interna que forma essa categoria, e por nem sempre a produção dos agricultores familiares ser pequena (SCHMITZ; MOTA, 2008).

No entendimento de três de nossos entrevistados, somente residir no meio rural já é suficiente para ser pecuarista familiar. Pra eles, são pecuaristas familiares: “Quem vive na campanha, quem vive daquilo ali, quem mora na zona rural” (F10, 45 anos, informação verbal); “Quem tá na campanha e tem família” (P15, 80 anos, informação verbal); “Os que vivem no campo” (P19, 40 anos, informação verbal). É importante mencionar, como deixamos frisado anteriormente, que viver da produção animal (gado vacuum ou ovino) não significa ser, precisamente, um pecuarista familiar.

Nesses termos, nenhum dos entrevistados definiu pecuarista familiar com todos os critérios estabelecidos pelo decreto 48316/14 do Estado do RS, quais sejam, a

⁴⁰ Módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, fixado pelo INCRA para cada município levando em conta: (a) o tipo de exploração predominante no município; (b) a renda obtida com a exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de “propriedade familiar” (INCRA, 2021).

atividade praticada, a mão de obra utilizada, a área do estabelecimento, o local de residência e a renda.

A maior parte dos entrevistados, 17⁴¹, se sente valorizado como profissional, principalmente por gostar do que faz. Sete entrevistados relataram que às vezes sentem-se valorizados e às vezes não, dependendo do momento, dos acontecimentos, e de fatores como preços e clima. Dois dos entrevistados (P13 e P17) não se sentem valorizados, é importante destacar que os dois entrevistados são duas mulheres, que relataram não se sentir valorizadas. Uma delas faz um desabafo, explicando que trabalha nas tarefas de casa e na pecuária, mas não se sente incluída como proprietária, como pecuarista: “Eu gostaria de ter alguma coisa para mim. Não é que não renda, mas queria alguma coisa que eu me sustentasse, não precisasse depender, e acabo que tenho que fazer as coisas de casa e atender aqui e lá fora e faço tudo” (P17, 49 anos, informação verbal).

Foram descritos quatro motivos principais pelos pecuaristas familiares para a escolha deste ofício como atividade principal: o retorno financeiro; o fato de a atividade não utilizar agrotóxicos, a vocação e o gosto pelas lidas campeiras.

O retorno financeiro que a pecuária proporciona, considerado bom por alguns entrevistados, foi citado como motivo para a escolha pela atividade pecuária. Na opinião do entrevistado P11, a pecuária é uma atividade segura: “plantação tem muito risco, como eu te disse, eu não me animo a correr risco” (P11, 63 anos, informação verbal). Outro motivo citado foi o fato de a pecuária não utilizar agrotóxicos. Segundo o entrevistado P12, por exemplo, a escolha se deu: “porque sou um pouco contra defensivos agrícolas. As coisas que prejudicam a natureza, então, prefiro a pecuária por conta disso” (P12, 52 anos, informação verbal).

Os motivos mais mencionados, no entanto, foram o gostar e a vocação. Gostar da atividade e ter vocação para trabalhar com bovinos e/ou ovinos determina a escolha pela pecuária. As manifestações dos pecuaristas familiares nas entrevistas expõem essa opção: “Acho que fui para a pecuária por vocação” (P2, 34 anos, informação

⁴¹ Considerando que do total de 31 entrevistados, dois são extensionistas, dois são filhos não sucessores e um menor de idade, o total de entrevistados que responderam essa pergunta são 26.

verbal); “Eu gosto da pecuária, sempre gostei desde guri” (P9, 74 anos, informação verbal).

A vocação e o gostar estão relacionados com a vivência que a pessoa teve na atividade pecuária, com os ensinamentos passados entre as gerações, o conhecimento tradicional que atravessa gerações. A entrevistada P13 (59 anos, informação verbal), por exemplo, declara, “eu gosto, tá no sangue. O meu pai me incentivava muito e me ensinou muito também. Eu aprendi muita coisa com ele, me sentia segura para tocar o negócio”. Os relatos dos entrevistados seguintes seguem no mesmo sentido: “com o que mais me identifico, meu pai me passou o aprendizado” (P24, 59 anos, informação verbal); “Era o que sabia, tinha aprendido” (P16, 62 anos, informação verbal); “É o que eu sei fazer” (P19, 40 anos, informação verbal).

O oposto também foi mencionado, ou seja, se a pessoa não gosta de trabalhar com pecuária e não tem vocação para a atividade, não se dará bem como pecuarista. Para o entrevistado P13, se o filho não gosta, não adianta o incentivo dos pais, ele não se tornará um pecuarista. Ou seja, o gostar e o conhecimento sobre a atividade pecuária, adquiridos ao longo da vida, determinam a escolha por este *métier*, na opinião dos entrevistados, destacando a importância da trajetória de vida dos pecuaristas familiares, para conhecer as condições pelas quais se deu a interiorização das disposições. O conhecimento herdado é tão importante quanto o que se adquire ao longo de vida.

5.2 Trajetória de vida

A importância de conhecer a trajetória de vida dos entrevistados está no sentido de trazer à tona as suas experiências e o processo de socialização que conformará suas atitudes e tomadas de decisão. Segundo Lahire (2002), cada indivíduo incorpora uma multiplicidade de esquemas de ação, que podem ser de percepção, avaliação etc. e de hábitos, que podem ser de movimento, pensamento etc., que se organizam em repertórios e em contextos sociais oportunos, os quais são postos em prática com base em experiências pregressas acumuladas ao longo do tempo.

Os pecuaristas familiares, em sua maioria, seguem trabalhando no estabelecimento rural que foi dos pais ou sogros. Muitos nasceram e viveram a vida toda no mesmo lugar. O entrevistado P6, por exemplo, relata: “Eu posso dizer que eu nasci e me criei ali mesmo, onde estou hoje. O meu pai trabalhava com ovelha e com gado” (P6, 73 anos, informação verbal). O entrevistado P19 (40 anos, informação verbal) também conta que “meus pais nasceram e se criaram no campo. Onde eu moro era a propriedade do meu pai, herança do meu avô”.

Quatro entrevistados trabalharam como empregados em outros estabelecimentos rurais até conseguir juntar o dinheiro para comprar o atual estabelecimento que exploram. Eles também são filhos de pecuaristas familiares, no entanto, não receberam o estabelecimento como herança.

Em alguns casos, os empregados das grandes estâncias têm a permissão do dono para ter seus pequenos rebanhos, criando animais em pequenas áreas dentro do estabelecimento. Esse foi o caso do entrevistado P21, que contou sua trajetória de vida: “Casei, fomos trabalhar de empregado, trabalhamos por 30 anos em uma estância, eles nos deixavam criar lá, pagavam pouco então deixavam criar lá. Consegui juntar um dinheiro e comprar minha área” (P21, 71 anos, informação verbal). Essa situação vai ao encontro do observado na pesquisa de Nicola (2015), o qual, ao estudar os pecuaristas familiares da região Centro Sul do RS, constatou que, desde o início da apropriação territorial daquela região, o acesso aos recursos produtivos foi muito desigual entre os diferentes estratos de pecuaristas:

Em uma trajetória de mais de duzentos e cinquenta anos de existência, os pequenos criadores foram compelidos pelas contingências locais, materiais e naturais, a estabelecerem estratégias produtivas compatíveis com a realidade vivenciada, caracterizada pelo acesso restringido aos fatores de produção. Essas vicissitudes impuseram aos menores, a configuração de sistemas de produção fortemente assentados em recursos da natureza, em co-produção, e co-evolução, a partir de processos adaptativos moldados por observação e pesquisas práticas por tentativa e erro (NICOLA, 2015, p. 26).

A trajetória de vida representa o percurso seguido pelo pecuarista até o momento atual, percurso onde se cruzam tanto questões objetivas (fatores econômicos, socioprodutivos, conjunturais ou circunstanciais), a exemplo de crises financeiras quanto aspectos eminentemente subjetivos, a exemplo de expectativas, sistemas de

gostos e preferências que interferem, sobremaneira, e diretamente, no processo de sucessão. Na nossa acepção não se pode menosprezar o fato de que a propriedade da terra da família representa a plasmação do que Wanderley denomina “horizonte das gerações” ao descrever os traços da agricultura camponesa. Segundo suas próprias palavras:

Para além da garantia da sobrevivência no presente, as relações no interior da família camponesa têm como referência o horizonte das gerações, isto é, um projeto para o futuro. Com efeito, um dos eixos centrais da associação entre família, produção e trabalho **é a expectativa de que todo investimento em recursos materiais e de trabalho despendido na unidade de produção pela geração atual possa vir a ser transmitido à geração seguinte, garantindo as condições de sua sobrevivência.** Assim, as estratégias da família em relação à constituição do patrimônio fundiário, a alocação dos seus diversos membros no interior do estabelecimento ou fora dele, a intensidade do trabalho, as associações informais entre parentes e vizinhos, etc. são fortemente orientadas por esse objetivo a médio ou longo prazo, da sucessão entre gerações (WANDERLEY, 1999, p. 29; grifos nossos).

As palavras de Wanderley traduzem, de forma primorosa, a ideia de que a sucessão é algo que precisa ser compreendido para além das aparências, para além das circunstâncias, para além do imediato. Mas há outros aspectos que precisam ser apresentados e debatidos nesta tese.

5.3 A sucessão na pecuária familiar

Esta subseção aborda diretamente a questão sucessória na pecuária familiar: os estabelecimentos familiares que possuem e os que não possuem sucessores potenciais para assumir a exploração familiar. Inclui ainda os principais elementos que, na opinião dos entrevistados, influenciam um processo que, como afirmamos anteriormente, se reveste de densidade e complexidade. O Quadro 05 foi construído no sentido de apresentar uma visão sintética acerca da expectativa de continuidade dos estabelecimentos rurais dos pecuaristas familiares entrevistados. São ilustradas quatro situações, conforme o quadro: estabelecimentos com certeza de sucessão; estabelecimentos com incerteza de sucessão; estabelecimentos em que os pecuaristas não têm filhos e nem sucessor e estabelecimentos em que os pecuaristas têm filhos, mas não tem sucessor.

Entrevistado	Idade (anos)	Nº Filhos	Nº sucessores potenciais	Sexo
P1	70	03	02	H
P2	34	02	Incerteza de sucessão	
P4	59	Zero	Sem sucessor	
P5	55	01	Sem sucessor	
P6	73	02	Incerteza de sucessão	
P8	58	Zero	Sem sucessor	
P9	74	02	01	H
P11	63	Zero	Incerteza de sucessão	
P12	52	01	01	M
P13	59	01	Sem sucessor	
P15	80	01	Incerteza de sucessão	
P16	62	02	Sem sucessor	
P17	49	02	02	1M/1H
P19	40	01	Incerteza de sucessão	
P21	71	Zero	Sem sucessor	
P22	82	Zero	Sem sucessor	
P24	59	02	01	H
P25	67	01	Sem sucessor	
P26	57	Zero	Sem sucessor	
P28	82	01	01	H

Quadro 05 - Distribuição dos estabelecimentos segundo a idade dos entrevistados, número de filhos, número de sucessores potenciais e sexo do sucessor potencial

Fonte: Elaboração da autora (2021)

Dos 20 pecuaristas familiares entrevistados (sem contar os filhos), seis têm certeza que terão sucessores, cinco não têm certeza se terão sucessores e nove não têm sucessores. Dos nove entrevistados que não têm sucessores, cinco não têm filhos e não visualizam possíveis sucessores e quatro apesar de terem filhos, já tem certeza de que os filhos não serão seus sucessores. Ou seja, em apenas seis das famílias entrevistadas há uma expectativa favorável em relação à sucessão.

Dos pecuaristas familiares entrevistados que têm filhos (catorze no total), nove gostariam que os filhos dessem continuidade ao trabalho com pecuária no estabelecimento da família, três gostariam que o filho seguisse no estabelecimento rural, independente da atividade e dois não gostariam que os filhos seguissem no estabelecimento.

Um dos entrevistados que manifestou desejo de que o filho seguisse o negócio familiar relata que “Gostaria que o filho permanecesse na propriedade e seguisse com a

atividade pecuária” (P5, 55 anos, informação verbal). Outro, que não gostaria que o filho seguisse, esclarece que o filho não tem vocação para a atividade: “Não, porque não adianta, ele não é disso aqui” (P25, 67 anos, informação verbal).

Apesar de querer que os filhos sigam no estabelecimento, dois dos 12 pais entrevistados declararam não realizarem ações de incentivo à permanência dos filhos. Os demais pais relataram ações de incentivo e acreditam que para o sucessor ter interesse no estabelecimento precisa conhecer o andamento das atividades, ou seja, participar: “Ela participa junto, sabe de tudo o que acontece, tudo o que a gente faz, para ela ter ideia dos gastos que a gente vai fazer, ela sabe tudo o que acontece ali” (P12, 52 anos, informação verbal). Nesse sentido, Martins (2019) concluiu, em sua pesquisa no Estado do Espírito Santo, que as relações estabelecidas entre os jovens e suas famílias, o diálogo e algum nível de autonomia são fatores que influenciam na tomada de decisão acerca da permanência dos jovens no campo e no retorno daqueles que já saíram.

Um dos filhos que não é sucessor do estabelecimento familiar conta que nunca recebeu o incentivo dos pais para seguir no estabelecimento. Segundo ele: “eles [os pais] diziam que não era futuro, que não conseguiria me manter, que tinha que procurar alguma coisa fora” (F29, 36 anos, informação verbal). Já os filhos que são sucessores relatam o incentivo que recebem dos pais para seguirem a sucessão do estabelecimento: “participo de todas as decisões” (F3, 34 anos, informação verbal); “Sempre recebi incentivo” (F10, 45 anos, informação verbal); “Eles me incentivam a já ir conhecendo e desde pequeno eu trabalho com isso” (F20, 21 anos, informação verbal).

Em nove das 22 famílias entrevistadas o assunto da sucessão é conversado entre os membros. Em outras nove famílias esse assunto não é debatido e em quatro famílias, as respostas dos pais e dos filhos apresentam contradições. Enquanto os filhos dizem não conversar sobre o assunto, os pais afirmam que a família conversa sobre a sucessão. Matte, Spanevello, Andreatta (2016) relataram, em seu estudo que, no sul do Brasil, a escassez de diálogo dentro das famílias sobre a questão sucessória prevalece.

Os motivos mais mencionados como determinantes para a sucessão na pecuária familiar foram os mesmos que determinam a escolha pela atividade pecuária: o gostar e

a vocação. Para a maior parte dos entrevistados o gostar é que determina a sucessão, as pessoas que gostam do meio rural, da pecuária é que seguem no estabelecimento, na atividade. A opinião do entrevistado P1, por exemplo, é de que “depende da pessoa, se gosta de permanecer. Tem gente que não gosta. Eu mesma sou uma que se pudesse permanecer sempre lá ia permanecer” (P1, 70 anos, informação verbal).

Para o sujeito P5 se a pessoa não gosta, não será sucessor mesmo que receba incentivos: “mas sabe que aquela pessoa que gosta, gosta e quem não gosta, não adianta. Não tem como insistir” (P5, 55 anos, informação verbal). O entrevistado P11 também pensa assim: “Se não gostar não adianta eu incentivar, eu querer” (P11, 63 anos, informação verbal) e o F27 conta que: “É particular de gosto, embora tenha toda influência da família, não tenho gosto. É do perfil de gostar, final de semana visito minha mãe, com a ideia da tranquilidade do campo. Mas interesse pelo ramo de atividade não” (F27, 37 anos, informação verbal).

Para Lahire, a maneira e o momento da biografia individual em que as disposições foram adquiridas, bem como o contexto atual de sua atualização determinam a forma como serão interiorizadas e atualizadas, definindo o gostar, a vontade e/ou o não gostar (Lahire, 2005). O incentivo que receberam dos pais, e a vivência da atividade pecuária de forma positiva, podem, por exemplo, ter desencadeado o “gostar” mencionado pelos entrevistados. Ainda segundo Lahire:

Os hábitos que foram interiorizados precocemente, em condições favoráveis à sua boa interiorização (sem fenômenos de injunção contraditória, sem interferências na “transmissão cultural” devido a dissonâncias culturais entre os pais ou entre o que dizem os adultos e o que eles fazem, entre o que eles dizem e a maneira que o dizem...) e que encontram condições positivas (socialmente gratificantes) de concretização, podem dar lugar àquilo que é comumente denominado por paixão (LAHIRE, 2005, p. 22; aspas no original).

Para Lahire o gosto é formado também, em grande parte, pela trajetória escolar percorrida pelo indivíduo, em suas palavras: “o volume e a natureza (literária versus científica) do capital escolar adquirido determinam em grande parte os gostos e disposições culturais” (LAHIRE, 2004, p. 318).

Segundo Martins (2019) a preferência por uma atividade profissional ligada à agricultura resulta “de uma «ligação com a terra», de um «gosto» por esse tipo de

atividade desenvolvidos desde a infância, a partir de diferentes processos de socialização junto à família e junto à comunidade” (MARTINS, 2019, p.200; aspas no original).

A vocação também é um fator determinante para a sucessão. Segundo o entrevistado P2 (34 anos, informação verbal), “se não tiver vocação e um pouco de amor, não fica. Acho que quem tem vocação volta”. A vocação ainda é citada como característica decisiva para a definição do sucessor nas famílias com mais de um filho, o entrevistado F3 relata: “acho que é o que se identifica mais com a pecuária. Sempre tem um que tem mais vocação para tocar” (F3, 34 anos, informação verbal).

A vocação explica porque duas pessoas, segundo os entrevistados, mesmo que com trajetória de vida semelhante, seguem rumos diferentes. O entrevistado F10, relata o exemplo da sua família:

Eu voltei para o meio rural porque eu acho que a vida lá fora é muito melhor, eu gosto de estar lá, não gosto da cidade. Já minha irmã sempre gostou da cidade, a gente foi criada no mesmo sistema, mas o que é da pessoa é da pessoa, não adianta né (F10, 45 anos, informação verbal).

Para os entrevistados a falta de vocação também explica o baixo número de pecuaristas familiares jovens: “Aptidão, aquela pessoa que tem vocação para aquilo, são poucas, tu conta as que ficam, mas tem aqueles que têm a vocação para aquilo, gostam do que fazem” (P5, 55 anos, informação verbal); “Dei gado, fez uma marca, marcou, mas não quis mais, são poucos que gostam” (P16, 62 anos, informação verbal).

Nesse sentido, para Sacco dos Anjos e Caldas (2006) a formação do agricultor, no período anterior à modernização da agricultura se dava a partir da transferência de saberes entre gerações, no qual as habilidades pessoais identificavam a vocação ou não para o trabalho agrícola. Atualmente a realidade parece indicar que essa forma de saber, muitas vezes, se mostra incompatível com a tecnologia preconizada pelos órgãos de pesquisa e extensão, como se fossem formas de conhecimento incompatíveis ou irreconciliáveis entre si.

A participação e o incentivo nas decisões e nas atividades do estabelecimento foi outro fator mencionado como determinante para a permanência do sucessor, segundo

os pecuaristas familiares entrevistados. A oportunidade de participar das decisões e tarefas do estabelecimento, ou seja, efetivamente fazer parte do estabelecimento rural, influencia na decisão do sucessor no sentido de escolher entre assumir ou não assumir o estabelecimento familiar. O entrevistado F3 contou seu exemplo:

Acho que muito determina a família, da família dar oportunidade para resolver alguma coisa, como eu. Eu consigo resolver tudo, então eu me sinto importante. Porque se eu fosse uma pessoa que meu pai não deixava fazer nada eu não estava mais lá (F3, 34 anos, informação verbal).

Já quando a situação é contrária, quando os pais não permitem a participação efetiva dos filhos, quando há conflitos, dificilmente ocorrerá a sucessão na opinião dos entrevistados: “A maioria não se acertam para trabalhar, inicia por aí, não bate o pai com o filho, não combinam, não se acertam e não tem maneira” (P9, 74 anos, informação verbal).

Os que possuem idade mais avançada, dificilmente aceitam a participação dos filhos nas decisões atinentes ao estabelecimento familiar. Com isso, os filhos acabam desmotivados a incorporar esse papel social. Dois depoimentos refletem esse fato:

Os pais antigos não fazem isso, porque eles acham que a propriedade é deles e ninguém pode se meter, ninguém pode dar uma opinião, porque se tu diz que é melhor de uma maneira, não, eles querem da maneira deles. É aí que o jovem acaba saindo fora da propriedade, vendo outras coisas, outro mundo e aí que está saindo mais jovens da zona rural (P12, 52 anos, informação verbal).

Aqui na região tem muito do pai não abrir mão ao filho para administrar, isso acontece muito, aconteceu com meu avô e eu não quero me indispor, criar desavença. Mas tem essa resistência, lançar novas ideias fica difícil, é complicado. Talvez ideias mais parecidas, de acordo [entre pais e filhos] (F29, 36 anos, informação verbal).

A frustração gerada quando o sucessor não é incluído na tomada de decisão e nas atividades desmotiva-o a seguir no estabelecimento. Nesse sentido, o entrevistado F20 descreve a importância da confiança e de uma interlocução entre gerações:

Eu acho que o ponto chave é a confiança do antecessor no sucessor e um pouco de liberdade para poder agir. Não adianta pegar a propriedade e ficar engessado sem poder administrar do jeito que ele acredita. Isso gera uma frustração que acaba desmotivando (F20, 21 anos, informação verbal).

Muitas vezes a diferença de ideias entre as gerações acaba gerando conflitos que desencadeiam desentendimentos que vão refletir diretamente no desinteresse pela sucessão. Essa situação foi mencionada em algumas entrevistas: “Tem um conflito de geração, é complicado duas pessoas de gerações diferentes se entenderem” (F20, 21 anos, informação verbal). Com um tom de desapontamento um dos entrevistados descreve os conflitos com seu pai, causados pelas diferenças de ideias:

Ele [pai] era meio assim, é até meio difícil dizer, ele não aceitava muita opinião, ele fazia o que achava que tinha que fazer e aquilo era intocável. Aí a gente vai ficando grande, foi ficando adulto e vendo que a coisa não funcionava e aí, não dava certo o sistema dele com a gente. E ele resolveu ficar lá na propriedade dele, era dele (P4, 59 anos, informação verbal).

Esse mesmo entrevistado conta que o pai acabou ficando sozinho no estabelecimento e vendendo-a na velhice e apesar de ter seis filhos, nenhum deles permaneceu no estabelecimento familiar. O entrevistado foi o único, dentre os seus irmãos, que abraçou essa profissão que se buscou chamar “pecuarista familiar”. Trabalhou como empregado rural durante anos até conseguir os meios para adquirir a própria terra e possuir o próprio rebanho.

O entrevistado F20 diz que pretende ser sucessor, mas quer seguir suas ideias e não as do pai: “sempre dá uma ansiedade é uma pressão, mas acho que eu ia tocar do meu jeito, não o jeito que ele [pai] acha o melhor” (F20, 21 anos, informação verbal).

Nesse sentido, Spanevello (2008) considera que os antecessores “geralmente oferecem pouca abertura aos sucessores dentro do estabelecimento, seja na gestão dos negócios ou no comando de determinadas atividades” (SPANEVERELLO, 2008, p.48).

Segundo Bourdieu os conflitos entre gerações não opõem

[...] classes de idades separadas por propriedades da natureza, mas *habitus* que são produtos de diferentes *modos de engendramento*, isto é, de condições de existência que, impondo definições diferentes do impossível, do possível, do provável ou do certo, fazem alguns sentirem como naturais ou razoáveis práticas ou aspirações que outros sentem como impensáveis ou escandalosas, e inversamente” (BOURDIEU, 1994, p.64, destacado no original).

A vivência que marca as lidas campeiras no seio do estabelecimento familiar é um dos fatores que, na opinião dos entrevistados, exerce influência no processo

sucessório. O período de vivência, desde a infância, acompanhando as atividades desenvolvidas dentro do estabelecimento, desperta o gostar e constrói o conhecimento no sentido de um domínio básico das fainas rurais. De acordo com os entrevistados, para ser sucessor “O filho tem que ser criado dentro da propriedade e aprender com os pais, se ele sai da propriedade não entende nada de pecuária, vai seguir outro caminho, se empregar em uma empresa, são poucos que seguem” (P21, 71 anos, informação verbal). O entrevistado P28 conta o exemplo do seu filho para ilustrar essa ideia:

Desde pequeno trabalham, o meu filho, desde os seis anos... lá na feira tropear com o pai. Sempre gostou, gosta. Já trabalhou na cidade e voltou, ele gosta mesmo. Acho que a criança tem que ser acostumada naquela lida, a lidar com os animais, para gostar (P28, 82 anos, informação verbal).

É preciso considerar que até mesmo essa vivência está sujeita à formação de disposições contraditórias. Para Lahire (2002), dificilmente as configurações familiares serão totalmente homogêneas, o que permitiria falar de um *habitus* familiar coerente, produtor de disposições gerais orientadas para as mesmas direções. A realidade é que o espaço familiar de socialização se dá com exigências variáveis e com características variadas, onde coexistem exemplos e contraexemplos e onde se entrecruzam contraditórios princípios de socialização.

Ou seja, durante sua vivência no estabelecimento, até mesmo no ambiente familiar, o pecuarista convive com variados exemplos (o pai que incentiva a seguir na atividade, a mãe que não deseja que o filho siga na atividade, irmãos que almejam morar na cidade) que influenciarão diretamente na sua socialização e nas disposições que formarão seu “estoque”, usando o termo de Lahire, que será determinante nas questões sucessórias.

5.3.1 É o Sucessor porque...

Os entrevistados que se declaram sucessores da exploração familiar elencaram os motivos que foram determinantes para assumirem tal condição, quais sejam: o gosto por este trabalho; a vocação; a confiança dos pais no sucessor; a falta de emprego no

meio urbano e até o fato de não ter casado. No último caso tem-se uma das causas para o que se conhece como o fenômeno do celibato rural retratado no clássico estudo de Pierre Bourdieu (1962) no começo dos anos 1960, o qual teve como contexto empírico a localidade de Béarn, no Sudoeste da França. A mesma constatação aparece em outra obra (BOURDIEU, 2002) em que o sociólogo francês fala do “baile dos celibatários”, a face visível de uma crise muito mais profunda do que as aparências revelam.

O estudo de Spanevello, Azevedo e Vargas (2011) apontou que as principais demandas para o êxito no processo sucessório seriam: boas condições de trabalho, preços favoráveis dos produtos agrícolas, capitalização e possibilidade de estudar próximo ao estabelecimento.

O “gostar” foi novamente o motivo mais mencionado nessa pesquisa. Alguns entrevistados relataram que chegaram a morar na cidade para estudar, mas retornaram para o estabelecimento familiar: “Estudei na cidade, morei aqui, depois voltei para fora, gostava da campanha, era o que eu sabia fazer” (P24, 59 anos, informação verbal).

A vocação, para os entrevistados, vem desde a infância. Um dos entrevistados argumenta que já percebe em um dos seus filhos a vocação e em outro não, apesar de serem gêmeos, “um dos meus filhos já tem vocação pra rural e o outro não. São gêmeos, 5 anos e meio” (P2, 34 anos, informação verbal).

Com relação à confiança, um dos entrevistados relata que o pai o escolheu para seguir no estabelecimento porque confiava nele: “ele [o pai] disse: - eu gostaria que tu ficasse cuidando, eu disse, mas tem tantos irmãos e ele disse, não, não, mas eu confio no que tu faz. Eu acho que ele me escolheu porque eu andava sempre na volta dele” (P9, 74 anos, informação verbal).

Além disso, dois entrevistados relataram não terem conseguido emprego na cidade e por isso estão no estabelecimento trabalhando com pecuária e uma entrevistada, do sexo feminino, disse ter se tornado sucessora por não ter se casado.

5.3.2 Padrões de sucessão

Os aspectos históricos, culturais, sociais, conjunturais e, sobretudo o peso de tradições arraigadas moldam os chamados padrões sucessórios que predominam nas respectivas regiões. Os projetos individuais de vida, mormente moldados pelas disposições adquiridas pelos sujeitos ao longo de sua existência, também exercem influência sobre as famílias de pecuaristas familiares, que buscam adaptar-se às modificações constantes a que estão expostas. A formação ou não de tradições e padrões sucessórios faz parte dessa adaptação, combinando fatores externos e internos. Segundo Neiman (2017, p. 512):

un modelo de sucesión a partir de la combinación de arreglos económicos y no económicos que se corresponden con criterios afectivos y parentales que apunta a mantener a la empresa familiar en funcionamiento, pero también para responder a los proyectos de vida de los miembros del hogar.

Com relação aos padrões de sucessão apurados nesta pesquisa, as respostas dos entrevistados estão ilustradas no Quadro 06.

Entrevistado	Idade (Anos)	Identifica padrões de sucessão atuais	Identifica padrões de sucessão antigamente	Se sim, qual?
P1	70	Não	Sim	Filho homem
P2	34	Não	Não	
F3	34	Não	Não	
P4	59	Não	Não	
P5	55	Não	Sim	Filho (a) mais velho (a)
P6	73	Não	Não	
F7	37	Não	Não	
P8	58	Não	Não	
P9	74	Não	Sim	Filho homem mais novo - lei
F10	45	Não	Não	
P11	63	Não	Sim	Filho homem mais novo - lei
P12	52	Não	Sim	Filho (a) mais novo (a)
P13	59	Não	Sim	Filho homem
F14	17	Sim	Sim	Geralmente o filho homem
P15	80	Não	Não	
P16	62	Não	Não	

P17	49	Não	Não	
F18	38	Sim	Sim	Geralmente o filho homem
P19	40	Não	Não	
F20	21	Sim	Sim	Geralmente o filho homem
P21	71	Não	Sim	Filho (a) mais novo (a)
P22	82	Não	Sim	Filho (a) mais novo (a)
F23	47	Não	Não	
P24	59	Não	Não	
P25	67	Não	Não	
P26	57	Não	Não	
F27	37	Não	Não	
P28	82	Não	Não	
F29	36	Não	Não	
E30				
E31		Não	Sim	Geralmente o filho homem

Quadro 06 - Padrões sucessórios segundo a opinião dos entrevistados da pesquisa.
 Fonte: Elaboração da autora (2021)

A maioria dos entrevistados, com exceção de três filhos de pecuaristas, não identificam, atualmente, um padrão sucessório na pecuária familiar. Para os entrevistados F14, F18 e F20, esse padrão corresponde à destinação do patrimônio fundiário ao filho homem, independente da idade. Essas afirmações vão ao encontro da pesquisa realizada por Gallo e Peluso (2013). Segundo as suas próprias palavras:

En la mayoría de los casos relevados en los estudios de caso que nutren este trabajo, la forma en que se ha procesado el traspaso del control de los establecimientos de la generación anterior a la actual (entendiendo por esta la que mantiene el gerenciamiento al momento del relevamiento), se dio de padre a hijo varón bajo la forma de que uno de los hijos varones se queda a trabajar con el padre y luego, cuando este se jubila, adquiere la titularidad de la explotación y su control (GALLO e PELUSO, 2013, p.06).

Para 12 entrevistados antigamente havia padrões de sucessão mais ou menos definidos. Todavia, atualmente isso não é tão claro. Para seis entrevistados a escolha do sucessor recaía, antigamente, sobre o filho homem. O filho (a) mais velho (a) corresponde à resposta de um dos entrevistados. Mas para cinco dos entrevistados a escolha recaía sobre e o filho (a) mais novo (a).

Entre os entrevistados que relataram o filho(a) mais novo (a) ser o padrão de sucessão na pecuária familiar, dois mencionaram que esse padrão seria “o que diz a lei”. Segundo os entrevistados: “Antigamente era o filho mais novo, a sede ficava para o filho menor, isso era lei, ou é até hoje, não sei, a casa era do menor, então ficaria sempre o menor” (P11, 63 anos, informação verbal); “Nos inventários sempre dizia, fulano fica com as casas, que é o menor. Em todas as propriedades. Hoje não mais, talvez de uns 20, 25 anos para cá que começou mudar” (P9, 74 anos, informação verbal).

Mais uma vez, o estoque de disposições, preconizado por Lahire pode ser usado para explicar a falta de padrões sucessórios atualmente. Uma vez que, a pluralidade de contextos sociais atuais e o maior acesso a esses contextos por parte dos pecuaristas familiares é bem maior que há alguns anos atrás, o que produz mecanismos complexos, com elementos que tendem a produzir com maior frequência disposições contraditórias e até difíceis de definir concretamente.

6 E o futuro do pecuarista familiar?

Esta seção busca explorar as perspectivas futuras dos pecuaristas familiares, analisando os casos em que há perspectiva de sucessão, os casos em que isso inexistente, as consequências e os possíveis caminhos futuros na percepção dos próprios entrevistados. É importante considerar que as escolhas feitas pelos sujeitos se dão nos limites dos repertórios de disposições de cada um, juntamente com a estrutura social em situações de ação e de elementos da conjuntura política e econômica (MARTINS, 2019).

6.1 Quando há sucessão

Nos estabelecimentos com perspectiva de sucessor(es), a atividade pecuária continuará sendo a principal atividade econômica e produtiva desenvolvida, segundo os relatos dos sucessores entrevistados. O entrevistado F3, por exemplo, relata: “vou permanecer, tenho um pouco de agricultura, mas o mais importante é a pecuária, ovinocultura e bovinocultura” (F3, 34 anos, informação verbal) e o F7, “Sim, com a pecuária, se continuar bem, ovinos e bovinos, ciclo completo” (F7, 37 anos, informação verbal).

Quando questionados se sentem-se preparados para a sucessão, a maioria diz que sim. Dos sete filhos entrevistados que são ou serão sucessores apenas o F14 diz não saber se está preparado para ser sucessor: “em termos sim, algumas coisas sim, outras ainda não, não tenho muita experiência, nos negócios, por exemplo” (F14, 17 anos, informação verbal). Os demais se sentem preparados para seguir na atividade. O

entrevistado F23 conta que desde criança ajuda nas atividades dos estabelecimentos e essa experiência o preparou para a sucessão: “Sim, desde 1981 sempre trabalhei, desde criança ajudava” (F23, 47 anos, informação verbal), enfatizando, uma vez mais, a importância da vivência na atividade para a questão sucessória.

É importante mencionar que as características de quem será o sucessor (filho, cidadão, empresário...) impactará nas características que a agricultura/pecuária familiar assumirá no futuro.

6.2 Quando não há sucessão

Os pecuaristas familiares entrevistados que não terão sucessores demonstraram, nos relatos e nas reações, durante as entrevistas, que preferem não conversar sobre o assunto, que é muito delicado e, para alguns, doloroso. Segundo os entrevistados, eles não pensam sobre o assunto: “Não, eu nem imagino, pra te dizer sinceramente, nem imagino. A gente nem pensa, nem conversa” (P4, 59 anos, informação verbal); “Não tem, não sei, não penso, mas vou ter que dar um jeito” (P22, 82 anos, informação verbal); “Não temos filhos. Não sei se tem alguém para continuar. Está todo mundo na cidade” (P8, 58 anos, informação verbal).

Os entrevistados que têm filhos poderiam contar com alguma chance de equacionar essa questão, mas os mesmos não têm interesse em ser sucessor. Contam que os filhos não demonstram interesse nas atividades rurais, moram na cidade e tem emprego no meio urbano: “Ele (filho único) fica enrolando e eu não aconselho, ele não pode perder o emprego dele, já estudou e depende também que arrumasse alguém para trabalhar lá e é difícil. Morar não vai, a esposa é criada na cidade, não é de campanha” (P15, 80 anos, informação verbal).

Segundo Puntel, Paiva e Ramos (2011), a sucessão geracional será rompida quando uma nova geração perde a naturalidade e as características culturais de seus antepassados. Surge, assim, um impasse com outras opções e novos padrões da vida que pouco ou nada tem a ver com a vida no campo. A falta de sucessores é explicada pelos entrevistados através de dois motivos: a diminuição do número de filhos e a não realização de uma sucessão gradual.

A diminuição do número de filhos também foi um dos motivos citados como causa para a diminuição da população rural, e interfere igualmente na sucessão. Para o entrevistado E31, “não é muito comum os filhos, nessas gerações mais novas, até porque eles têm poucos filhos, antes os filhos eram em maior quantidade, nas gerações antigas, então sempre tinham alguns que ficavam” (E31, 55 anos, informação verbal).

Em situações normais os antecessores transmitem aos poucos as tarefas, o conhecimento sobre a gestão das atividades. Não obstante, nestes casos, a realidade é outra. Há uma clara ruptura. Um dos entrevistados descreve como geralmente ocorre: “acho que deveria acontecer bem antes de o pai estar no fim da carreira, o que não acontece. Geralmente o pai cria o filho, manda ele estudar e ele só toma ciência do que o pai está fazendo quando o pai falta” (P5, 55 anos, informação verbal).

Segundo os entrevistados, a transferência gradual do estabelecimento é fundamental para o sucesso do processo sucessório. O entrevistado P2 conta como pretende realizar essa transferência aos filhos: “A ideia é, que eu quero fazer com os meus, é que eles vão me ajudando, vão entrando, vão entrando, vão entrando, até que uma hora eu não vou ter capacidade física” (P2, 34 anos, informação verbal).

Essa é uma realidade visível na realização desta pesquisa: o envelhecimento da população rural e a falta de sucessores. Em poucas palavras poder-se-ia dizer que pode haver herdeiros, mas não sucessores.

6.3 Consequências

Com a falta de sucessores, os caminhos para os estabelecimentos dos pecuaristas familiares são três: abandono, venda ou arrendamento. Os relatos indicam que muitos pecuaristas familiares trabalharam toda uma vida para construir um estabelecimento, envelhecem, e sem perspectiva de sucessor, precisam abandonar o estabelecimento, situação que causa desânimo e tristeza. Para o entrevistado P5, essa situação é “muito ruim porque geralmente essas pessoas quando vêm da sua área, que toda vida fizeram, aquilo que toda vida souberam fazer, geralmente eles não duram muito” (P5, 55 anos, informação verbal).

Já entrevistado P15 lamenta o fato de que no futuro seu estabelecimento ficará abandonado: “Desconfio que no fim vai ficar meio abandonado, do jeito que vai, a gente nova não quer ir para a campanha, que lá tudo é diferente” (P15, 80 anos, informação verbal). A venda também é apontada como destino dos estabelecimentos sem sucessores, bem como o arrendamento: “Enquanto eu estiver por lá vai estar de pé, eu paro e acho que vendem” (P16, 62 anos, informação verbal). O depoimento a seguir ilustra esse aspecto:

Porque eu me imagino assim, estou com 55 anos, daqui a 20 anos mais, vamos supor, na melhor das hipóteses, que eu aguente até os 75 lá, vamos supor, estrada para andar, péssima, como vou me deslocar para vim? Fatalmente eu vou ter que vir embora, e se não tem sucessão o que vai acontecer com aquilo, vou ter que arrendar (P5, informação verbal).

Sobre essa situação, Spanevello (2008) alerta que as modificações na questão sucessória, em função das vendas e arrendamentos, muitas vezes alteram o circuito produtivo de base familiar, dependendo de quem for o comprador ou arrendatário. Os dados levantados na nossa pesquisa mostram que a escolha sobre o destino da terra (arrendamento, cessão a terceiros, venda, parceria, meação, etc.) é apenas uma faceta da questão. O que está em jogo, muito acima das circunstâncias, é o futuro de uma atividade que pautava a socialização e a reprodução social dos indivíduos.

6.4 Caminhos possíveis

As opiniões se dividem em relação ao futuro do meio rural em Jaguarão e das atividades produtivas ligadas à pecuária familiar. Alguns cenários ficaram algo evidentes na fala dos entrevistados. O primeiro deles é negativo: a maior parte dos entrevistados acredita que haverá cada vez menos pessoas no meio rural. Um deles disse: “Triste, muito triste. Acho que não vai sobrar ninguém” (E30, 41 anos, informação verbal); “Um deserto, quando os velhos abandonarem não vai sobrar ninguém, não se vê ninguém jovem indo pra o campo” (P16, 62 anos, informação verbal).

Outros caminhos também são apontados pelos entrevistados. Alguns acreditam que o futuro do meio rural será o aumento da área plantada com soja. Já para outros,

haverá o declínio da soja e a retomada da pecuária. Alguns entrevistados acreditam ainda que há um movimento de volta para o campo, principalmente de aposentados do meio urbano que vão para o meio rural em busca de tranquilidade e pessoas que vão em busca de lazer, mas não para trabalhar nas atividades campeiras. A maior parte dos entrevistados, no entanto, relata que não há esse movimento de pessoas indo morar no meio rural.

Há os que creem que não há soluções para o êxodo rural, que já é tarde para reverter a situação, como o entrevistado P16: “acho que já está muito tarde, teria que ter se feito alguma coisa 30, 40 anos atrás” (P16, 62 anos, informação verbal). Mas, há os que acreditam que maiores incentivos, através de políticas públicas, podem diminuir o êxodo rural. Entre as medidas citadas estão: em primeiro lugar o incentivo financeiro, os pecuaristas familiares entrevistados entendem que o acesso ao crédito diminui o êxodo rural. Segundo eles: “Mais incentivo, mais ajuda financeira para quem está ficar” (P19, 40 anos, informação verbal); “Financiamento, hoje para tirar financiamento é difícil, para comprar campo é difícil. Muitos querem comprar, mas não tem recurso, não tem como tirar financiamento” (P26, 57 anos, informação verbal).

Em segundo lugar os problemas estruturais. A manutenção das estradas rurais é um fator desalentador para quem vive no campo. Um dos entrevistados relata a situação:

É inadmissível chover e eu não poder sair de casa porque tem uma ponte que alaga, imagine hoje com todo maquinário que existe, tem um bueiro lá que está trancado, tem um trecho de meio Km que é só barro e eu não consigo passar porque meu carro enrosca embaixo, isso na época de hoje não dá para suportar (P5, 55 anos, informação verbal).

A terceira medida apontada para arrefecer o êxodo rural é o apoio à comercialização da produção. Segundo os entrevistados os entraves na comercialização desmotivam a continuidade da produção. O entrevistado P9 relata um acontecimento burocrático que exemplifica os empecilhos enfrentados pelos pecuaristas familiares na comercialização:

Antigamente, todos os meses vinha um guarda sanitário, recorria a minha propriedade, se a gente achava qualquer coisa errada a gente encerrava, ele

agarrava o animal, se tinha algum problema, agora não, vai lá para a feira, se acham piolho em uma ovelha interdita todo o lote, eu pago o caminhão, não posso vender, podia ser evitado. (P9, 74 anos, informação verbal).

As escolas rurais também foram apontadas como um fator relevante dentro desse cenário. De acordo com os entrevistados, se as escolas rurais funcionassem diminuiria o êxodo rural. As crianças crescendo no estabelecimento rural aprendem a trabalhar com a pecuária e permanecem no estabelecimento: “Escola para as crianças, as escolas rurais teriam que funcionar, porque aquela gurizada que estuda ali vão continuar ao lado dos pais, na pecuária pequena ou grande, vão ficar ali do lado e vão aprender alguma coisa” (P21, 71 anos, informação verbal). A fala das pessoas remete a uma situação idealizada no sentido de pensar que a existência da escola, por si só, teria o condão de reverter um processo tão profundo.

Outras demandas foram mencionadas, as quais remetem à carência de políticas públicas e serviços básicos. Para os entrevistados maior segurança, policiamento no meio rural e mais assistência técnica seriam importantes para melhorar a vida de quem vive no campo. O déficit de cidadania vivenciado pela população rural do Brasil e da América Latina não representa nenhuma novidade no âmbito dos estudos da sociologia rural. O meio rural está inexoravelmente condenado a uma visão estigmatizada como o lugar do atraso, da precariedade e da falta de cidadania, como indicaram diversos estudos (ABRAMOVAY, 2003; VEIGA, 2003). Mas os mesmos autores mostram o erro grotesco de reduzir o rural a uma função estritamente produtiva. Fazemos nossas as palavras de Abramovay quando afirma que:

Agricultura, indústria e comércio são setores econômicos. Já a ruralidade é um valor ao qual o mundo contemporâneo atribui crescente importância, por seu significado na preservação da biodiversidade, no fortalecimento de manifestações culturais variadas e por um estilo de vida que os habitantes dos grandes centros buscam cada vez mais (ABRAMOVAY, 2003; p.16)

Segundo os extensionistas entrevistados, o trabalho de extensão mudou muito com o acesso à tecnologia. Os produtores passaram a ter acesso a informações de que antes não dispunham. Com isso o extensionista precisa levar informações mais elaboradas: “Antes as informações que tu levava eram mais necessárias, vamos dizer

assim. Hoje existe toda uma tecnologia, hoje o produtor já tem acesso à televisão, à internet, ao celular” (E31, 55 anos, informação verbal).

Com relação ao êxodo, um dos extensionistas entrevistados descreve o trabalho de extensão realizado como medida de incentivo à permanência no meio rural:

A gente sempre procura enaltecer e levar como exemplo os poucos exemplos de sucessão que nós acompanhamos e também estabelecer tanto para os jovens quanto para os pais da importância de existir essa sucessão, de os pais, de uma certa forma permitam ou que estabeleçam uma relação que possam trabalhar junto com os filhos e que os filhos também se sintam com essa liberdade (E31, 55 anos, informação verbal).

As políticas públicas são instrumentos importantes que podem auxiliar no combate ao êxodo rural e nas melhorias das condições de vida da população rural. O Quadro 07 ilustra, resumidamente, os principais problemas apontados pelos entrevistados, no decorrer da pesquisa, bem como as possíveis soluções.

Problema	Solução ou soluções possíveis
Êxodo rural	• Políticas públicas – financeiras (crédito); Conservação das estradas; apoio à comercialização; escolas rurais, segurança e assistência técnica; • Maior participação das mulheres na realização das atividades, na tomada de decisão e divisão da renda familiar. • Maior participação dos filhos na realização das atividades, tomada de decisão e divisão da renda.
Violência Abigeato	• Posto policial no meio rural; • Ronda rural.
Família reside na cidade	• Manutenção das estradas rurais; • Escolas rurais.
Celibato	• Desmistificar a visão negativa sobre o produtor rural.
Declínio da ovinocultura	• Políticas de valorização da lã e da carne ovina; • Segurança; • Orientações a respeito dos cachorros abandonados no meio rural tanto para os agricultores quanto para os caçadores.
Queda da produção de autoconsumo	• Leis que regulamentem o plantio da soja. • Políticas de segurança alimentar.

Quadro 07 - Síntese dos problemas levantados e das possíveis soluções apontadas pelos entrevistados.
Fonte: Elaboração da autora (2021)

Devido à importância que a categoria representa, do ponto de vista social, econômico, cultural e ambiental, faz-se necessária a implementação de políticas públicas que favoreçam o processo sucessório por parte desses atores sociais, de modo a garantir a continuidade da atividade e impedir que esse “saber-fazer” característico do pecuarista familiar desapareça.

Silvestro *et al.* (2001), ao estudar os impasses sociais da sucessão hereditária na região oeste do estado de Santa Catarina, propõem um conjunto de políticas dirigidas aos jovens da região, dentre elas: políticas de acesso à terra; capacitação profissional e educação; crédito; acesso à informatização; melhorias na habitação; diversificação, agro industrialização (SILVESTRO *et al.*, 2001).

Conforme ressaltam Fischer e Burton (2014, p. 434): “se quisermos manter os agricultores na terra, precisamos dar mais atenção à forma de nutrir o tipo de paixão, orgulho e conexão com a terra que têm sido razões fundamentais para os agricultores continuarem na agricultura”.

São cada vez mais necessárias as políticas que incentivem a permanência dos jovens no meio rural no sentido de garantir a continuidade da agricultura familiar. Ações nessa direção passam pelo uso sustentável das potencialidades locais, pelo estímulo à formação de capital social e do incentivo à formação de redes sociais. Não restam dúvidas a respeito da diversidade que caracteriza a agricultura familiar. O desafio é justamente formular ações criativas e políticas públicas voltadas para esta categoria social e que englobem toda essa diversidade.

7. Considerações finais

Esta pesquisa teve por objetivo compreender as disposições que envolvem as dinâmicas sucessórias em estabelecimentos rurais da pecuária familiar no município de Jaguarão/Rio Grande do Sul. Defendeu-se a tese de que o patrimônio de disposições adquiridos pelos pecuaristas familiares ao longo de sua socialização fez com que não se seguisse mais um padrão fixo/rígido de modelo sucessório.

Com relação à metodologia, constituiu-se em um estudo de caso. Entre os procedimentos de coleta de dados, o principal, foi as entrevistas, além do levantamento de dados secundários. Ao todo foram realizadas 31 entrevistas: 29 entrevistas com pecuaristas familiares (pais, mães e filhos, inclusive filhos não sucessores, que não seguiram no estabelecimento) e duas entrevistas com extensionistas rurais do município. O método de análise de dados utilizado foi a análise de conteúdo (BARDIN, 2011), seguindo as sugestões de Moraes (2003).

Avalia-se que se atingiu o objetivo central da pesquisa. Os resultados obtidos, juntamente com a análise das perspectivas teóricas possibilitaram a compreensão da influência do patrimônio de disposições dos pecuaristas familiares na questão sucessória.

Na categoria “Os pecuaristas familiares e a atividade pecuária: um panorama sobre a realidade regional”, foram apresentados e discutidos dados sobre os pecuaristas familiares e seus estabelecimentos. Observou-se que os pecuaristas familiares, em sua maioria, apresentam um longo tempo de dedicação à atividade, alguns a vida toda, uma vez que se trata de uma profissão que é transmitida através das gerações. Muitos se dedicam à pecuária desde a infância, fator que é

preponderante para que as disposições adquiridas sejam favoráveis à sucessão, considerando que o tempo e a recorrência são características importantes para essa determinação. No sentido oposto, constatou-se que, um dos fatores que interfere negativamente para a sucessão é o fato de as famílias não residirem no estabelecimento. Do total de famílias que fizeram parte da pesquisa, em oito delas apenas o titular da exploração reside no estabelecimento, em sete dos casos apenas o casal reside no estabelecimento e, em outras sete, toda a família reside no estabelecimento familiar.

Com relação aos estabelecimentos dos pecuaristas familiares, constatou-se que a principal forma de obtenção das terras foi a herança. Neste caso, prevaleceu a divisão igualitária entre todos os filhos, o que não exclui os conflitos entre os herdeiros, que são comuns nas situações que envolvem a transmissão de bens pelos pais aos filhos. Os dados da pesquisa mostraram, também, que a renda dos estabelecimentos que trabalham com pecuária familiar não é um fator preponderante para a sucessão geracional. Em outras palavras, uma renda anual mais elevada não está necessariamente associada a estabelecimentos com perspectiva de sucessor.

A expansão da cultura da soja modificou a estrutura produtiva do município que sempre esteve voltada à ovinocultura, bovinocultura e orizicultura. Algumas vantagens dessa expansão foram relatadas, dentre as quais a alimentação dos animais, técnica que permite com que o gado consuma os restos das lavouras de soja (resteva). No entanto, prevaleceram os aspectos negativos, tais como a diminuição da produção para o autoconsumo, devido ao uso intensivo de agrotóxicos nas lavouras de soja e o aumento do êxodo rural propriamente dito. Em outras palavras foi possível perceber que o êxodo rural e a sucessão geracional estão interligados e se retroalimentam reciprocamente. Os resultados obtidos confirmam a terceira hipótese da tese, a qual afirma que, o avanço da soja se impõe como um fator que transforma as bases do processo de sucessão geracional na pecuária familiar de Jaguarão. Esse aspecto está associado à prática de arrendamento das terras para terceiros, deslocando a atividade pecuária para uma condição secundária e vulnerável.

A queda da população rural foi outra mudança mencionada na pesquisa. Os entrevistados apontaram três causas para esse declínio: a diminuição do número de

filhos, a ideia de que há facilidades ao se viver no meio urbano em comparação com meio rural e a própria penosidade do trabalho no meio rural. O índice de jovens que permanecem no meio rural também é baixo e as razões apontadas foram: a falta de lazer no meio rural, a baixa remuneração, a falta de incentivo e orientação técnica para trabalhar na produção agropecuária, o retorno financeiro demorado, que é inerente à atividade pecuária, a visão negativa que a sociedade tem em relação ao produtor rural e o fechamento das escolas no meio rural.

Em 1960 havia 21 escolas rurais em funcionamento, já em 2012, apenas sete e atualmente 5. Alguns entrevistados acreditam que as escolas fecharam porque atualmente há poucas crianças no meio rural. Todavia, outros acreditam que a diminuição do número de crianças no meio rural é causada pelo fechamento das escolas. Ainda assim, a maioria concorda que, ao estudar nas escolas urbanas, dificilmente as crianças e jovens desejam retornar para o meio rural. Essa afirmação vai ao encontro do que propõe Lahire (2004), autor que entende que os esquemas de socialização, que formam os patrimônios de disposições, são cada vez mais antecipados e incorporados desde a infância. Nesse caso específico, a falta de vínculo com o meio rural e de envolvimento nas atividades rurais, gera o despreço, sentimento que se reflete no abandono do campo e na falta de sucessores.

Na categoria “sucessão na percepção dos pecuaristas familiares” os motivos mencionados com maior frequência como determinantes para a concretização desse processo na pecuária familiar foram o gostar e a vocação. Entende-se que a maneira, o contexto e o momento em que as disposições são adquiridas determinarão se essa dinâmica será assimilada de forma positiva ou negativa pelos indivíduos, resultando no gostar ou não gostar (Lahire, 2005).

Quanto aos padrões sucessórios, a maior parte dos sujeitos não identifica, atualmente, um padrão sucessório no âmbito da pecuária familiar. Em grande medida os dados levantados confirmam a primeira hipótese desta tese que apontava para a inexistência de um padrão sucessório rígido ou um regime que pudesse ser identificado como tal no contexto sobre o qual essa tese se debruçou.

Entre os participantes da pesquisa, em seis famílias há chances claras de sucessão. Em cinco a situação é de incerteza. Os estabelecimentos que não possuem

sucessores potenciais formam o maior grupo, nove famílias. Nesse último grupo estão incluídos pecuaristas que não têm filhos e nem sucessores e pecuaristas que têm filhos, mas não têm sucessores.

Dentre as famílias entrevistadas, em nove dos casos o assunto da sucessão é conversado entre os membros. Em outras nove esse assunto não é tratado e em quatro, as respostas dos pais e dos filhos se mostram contraditórias entre si. Assim, enquanto os filhos dizem não conversar sobre este assunto, os pais se posicionam num sentido claramente contrário.

Essa realidade, juntamente com o panorama apresentado na primeira categoria, confirma a segunda hipótese formulada nesta tese, de que a racionalidade subjacente ao funcionamento da pecuária familiar de Jaguarão se identifica com os traços fundamentais da reprodução social de outras formas familiares de produção. Não obstante, o caráter extensivo e a natureza tradicional desta atividade conferem singularidades às estratégias de sucessão, entre as quais, há que agregar aspectos tais como: incertezas da pecuária, conservadorismo dos produtores, avanço da soja sobre o bioma pampa, falta de interesse dos jovens rurais em assumir as atividades agropecuárias, os quais, conjuntamente, ameaçam o processo sucessório nestes estabelecimentos.

A categoria “futuro do pecuarista familiar” permitiu desenhar alguns dos cenários possíveis para essa atividade laboral. De acordo com a opinião dos participantes, a principal tendência é a diminuição, ainda mais drástica da população rural. Para tanto, os principais fatores influenciadores dessa tendência são: o êxodo, a violência, o abigeato, a família residir na cidade, o celibato, o declínio da ovinocultura e a queda da produção para autoconsumo. As respectivas possíveis soluções para o cenário apontado também foram mencionadas, sendo as principais: políticas públicas orientadas ao financiamento das atividades agropecuárias (crédito de custeio e investimento); melhorias na conservação das estradas; apoio à comercialização; ampliação do número de escolas rurais; segurança e assistência técnica à produção agropecuária. Outro aspecto importante que surgiu nas entrevistas foi a necessidade de fortalecer uma maior participação das mulheres na realização das atividades, na tomada de decisão e divisão da renda familiar. Tal indicativo se transfere também para

o caso dos filhos. O padrão correspondente à família patriarcal, onde os papéis são rigidamente definidos e as decisões são tomadas de forma centralizada pelo titular do estabelecimento (esposo/pai) expõe claramente suas limitações, contribuindo para o cenário de incerteza e de ruptura no processo sucessório.

Outros problemas aventados afetam as questões ligadas à segurança das famílias, como a necessidade de um posto policial no meio rural; a ausência de uma ronda que circule pelas estradas. No que tange à ovinocultura algumas falas relatam a necessidade de políticas de valorização da lã e da carne ovina. Alguns entrevistados mencionam a urgência de leis que regulamentem o plantio da soja diante dos problemas que tal cultivo acarreta do ponto de vista do uso de agrotóxicos e de outros efeitos deletérios a ele associados.

Acrescentaríamos às respostas dos entrevistados a criação de uma política específica de apoio à sucessão geracional, disponibilizando mecanismos que favoreçam a continuidade da atividade e evitem o despovoamento do campo. Cabe agora resgatar os três vocábulos que elegemos como epígrafe para essa tese doutoral, quais sejam, os horizontes, caminhos e os labirintos que se desenham na realidade sobre a qual se desenvolveu essa pesquisa.

Os **horizontes** – as percepções dos entrevistados em relação ao futuro – indicam opiniões distintas por parte dos nossos entrevistados. A diminuição da população rural é um fato indiscutível, mas a percepção da realidade varia segundo o entendimento das pessoas. O mesmo há que ser dito sobre outras transformações que incidem sobre a realidade rural de Jaguarão, a exemplo da expansão da produção de soja. Enquanto alguns dos entrevistados referem, em suas falas, a preocupação sobre esse fenômeno, outros julgam que se trata de uma situação provisória, que a soja deverá declinar e a pecuária reocupará o espaço cedido para esta oleaginosa. Todavia, falas como estas se situam no terreno das especulações.

Os motivos mais mencionados como determinantes para a sucessão foram o gostar da atividade agropecuária e a vocação para assumir as atribuições a ela ligadas. Para a maior parte dos entrevistados, o gostar é o que determina a sucessão: as pessoas que gostam do meio rural, em termos gerais, e da pecuária, em termos específicos, são aspectos proeminentes. A vocação explica porque duas pessoas,

mesmo que com trajetória de vida semelhante, seguem rumos diferentes. A participação e o incentivo nas decisões e nas atividades atinentes à exploração foram outros fatores mencionados como determinantes para ampliar as chances de haver um sucessor no seio do grupo doméstico, como assim frisaram nossos entrevistados. A oportunidade de participar das decisões, das tarefas e gestão do estabelecimento exerce uma influência na decisão do sucessor no sentido de assumir o negócio familiar.

Alguns **caminhos**, que representam as estratégias adotadas pelos pecuaristas familiares foram referidas pelos entrevistados como sendo todas as iniciativas que reflitam incentivos por parte dos pais para que os potenciais sucessores assumam a gestão do estabelecimento. Mas para que isso aconteça é mister criar as condições para que o sucessor ou sucessora se implique no andamento das atividades, ou seja, que participe das operações que envolvam a condução do estabelecimento. Mas é na intimidade das relações familiares, no cotidiano das tarefas, no ritmo das estações e dos processos que se constrói, desde tenra idade, o apreço pela pecuária, seja na produção de ovinos, bovinos e equinos. O trato com os animais e o domínio básico das fainas rurais é uma forma de conhecimento que remonta a tempos ancestrais, apesar das inovações incorporadas através do tempo. A transferência gradual das responsabilidades, o compartilhamento das decisões e o desenvolvimento de pequenos projetos autônomos pelo potencial sucessor são caminhos que podem contribuir para ampliar as chances de sucessão. Em verdade podem ser vistas como estratégias de enfrentamento a este problema e de buscar saídas à crise sucessória.

Labirintos se referem às situações em que os indivíduos e as unidades familiares a que pertencem encontram-se na condição de incerteza, de não encontrar saídas para um problema que, em maior ou menor medida, são conscientes de sua existência e dos seus desdobramentos diretos e indiretos. A falta de um espaço efetivo de interlocução sobre a questão da sucessão nas famílias foi mencionado por nove das famílias entrevistadas.

A falta de sucessores é apontada em virtude de dois grandes fatores. De um lado, segundo os relatos, pela existência de casais sem filhos e sem pessoas próximas que poderiam assumir tal condição. De outro lado, pela reiterada falta de interesse dos filhos no sentido de assumir a condição dos pais. A aproximação que realizamos é

limitada do ponto de vista do número de casos. Ainda assim, são dados preocupantes se temos em mente que apenas seis das famílias entrevistadas contam com uma expectativa favorável em relação à sucessão.

Na pesquisa que ensejou esta tese um dos principais motivos revelados como responsável pela crise de sucessão foi a falta de incentivos dos pais. A frustração gerada quando o sucessor não é incluído na tomada de decisão e nas atividades desmotiva-o a seguir no estabelecimento e plenamente identificado com a gestão do negócio familiar. Muitas vezes, a diferença de ideias entre as gerações acaba resultando em conflitos que desencadeiam desentendimentos que vão se refletir diretamente no desinteresse de incumbir-se dessa condição. Os pecuaristas familiares entrevistados que não terão sucessores agregaram que preferem não conversar sobre o assunto, os quais consideram ser um tema delicado. Para alguns dos produtores, com os quais interagimos, esse tema, no âmbito da família, é deveras doloroso.

A questão da sucessão geracional no âmbito da pecuária familiar, indubitavelmente, é complexa, pois envolve tanto questões objetivas, quanto subjetivas. Falar sobre o assunto e revelar posições assumidas mostrou-se como um exercício lancinante para algumas das famílias cujos membros foram entrevistados. Entrementes, foi possível verificar que algumas disposições adquiridas pelos sujeitos favorecem a sucessão, tais como: envolvimento contínuo e intenso nas atividades desenvolvidas no estabelecimento familiar; acesso a conteúdos escolares voltados à realidade agrário/rural e residir no estabelecimento agropecuário. No extremo oposto consta que: residir na cidade; envolver-se pouco ou nada com as lidas agrárias e viver em estabelecimentos cuja gestão é demasiado centralizada na figura paterna, contribuem, conjuntamente, para a direção oposta, qual seja, a de que se esteja diante de estabelecimentos com escassas chances de que ocorra a sucessão no seio da própria família.

Tomar contato com essa realidade e com a questão da sucessão colocou-nos diante de uma temática deveras complexa e multifacetada, assim como diante da possibilidade de explorar, futuramente, outras questões, como é precisamente a perspectiva de gênero na sucessão geracional, o impacto das políticas públicas sobre a sucessão geracional, bem como a influência do tipo de atividade agropecuária no maior

ou menor grau de propensão de que o processo se desenvolva no seio da própria família. Ao concluir essa tese doutoral resta a sensação de que algo avançamos no estudo da matéria nessa região peculiar do estado do Rio Grande do Sul, bem como no contexto de uma atividade agropecuária – a pecuária familiar – que até o presente momento continua sendo relevante para assegurar a reprodução de milhares de estabelecimentos familiares gaúchos.

Referências

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ABRAMOVAY, R. *et al.* **Juventude e agricultura familiar**: Desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998.

AIRES, C. H. L. ; SALAMONI, G. . Agricultura Familiar e as relações sociais de trabalho: um estudo sobre a pluriatividade na Vila Freire- Cerrito-RS. **Geografia Ensino e Pesquisa**, v. 17, p. 41-54, 2013.

ALMEIDA, M. W. B. Redescobrimo a família rural. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, ANPOCS, v. 1, n. 1, p. 66-83, jun. 1986. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_01/rbcs01_06.htm. Acesso em: 05 mai. 2018.

ANDREATTA, T. **Bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul**: um estudo a partir do perfil dos pecuaristas e organização dos estabelecimentos agrícolas. 2009. 241 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/16416>. Acesso em: 15 mar. 2018.

ANDREATTA, T.; WAQUIL, P.D; MIGUEL, L. de A. A organização dos estabelecimentos de pecuária de corte de base familiar no Rio Grande do Sul. In: WAQUIL, P. D. *et al.* (org.). **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul**: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. Porto Alegre: editora da UFRGS, p. 65-85, 2016.

AZEVEDO, L. D. de; FIALHO, M. A. V. Pecuária familiar: uma análise do modo de apropriação da natureza a partir dos saberes e práticas tradicionais – Território do Alto Camaquã, Rio Grande do Sul. In: WAQUIL, P. D. *et al.* (org.). **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul**: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. Porto Alegre: editora da UFRGS, p. 149-167, 2016.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. *Snowball* (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 10., 2011, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUCPR, 2011, p. 329-341. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf. Acesso em: 24 mar. 2020.

BALSADI, O. V.; GROSSI, M. E. D. Trabalho e emprego na agricultura brasileira. Um olhar para o período 2004–2014. **Revista de Política Agrícola**. Brasília: Ano XXV, n. 4 – p. 82-96, Out./Nov./Dez. 2016. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1204>. Acesso em: 06 mar. 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOLDRINI, I. L. A flora dos campos do Rio Grande do Sul. In: PILLAR, V. De P. *et al.* **Campos Sulinos - conservação e uso sustentável da biodiversidade**, Brasília: MMA, p. 63-77, 2009.

BORBA, M. F. S. Desenvolvimento Territorial endógeno: o caso do Alto Camaquã. In: WAQUIL, P. D. *et al.* (org.). **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento**. Porto Alegre: editora da UFRGS, p. 187-214, 2016.

BOURDIEU, P. "Célibat et condition paysanne". **Études Rurales**, n 5-6, p. 32-135, 1962.

_____. **Sociologia**. (organizado por Renato Ortiz). São Paulo: Ática, 1983.

_____. Esboço de uma Teoria da Prática. In: ORTIZ, R. (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Editora Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais. p. 46-86, 1994.

_____. **Le bal des célibataires**. Crise de la société paysanne en Béarn. Paris: Seuil, 2002.

BRASIL. **Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Presidência da República. República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 11 fev. 2021.

BRUMER, A.; ANJOS, G. dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Nera**, Presidente Prudente, ano 11, n. 12, p. 6-17, jan.-jun. 2008. Disponível em: <http://www.mstempdados.org/sites/default/files/1396-4020-1-PB.pdf>. Acesso em: 25 set. 2018.

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos feministas**. Ano 9, p. 22-55, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8602.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2018.

CARVALHO, A. O que é metodologia científica. In: CARVALHO, A., *et al.* **Aprendendo Metodologia Científica**. São Paulo: O Nome da Rosa, p. 11-69, 2000. Disponível em: http://relin.letras.ufmg.br/shlee/Metodologia_pesquisa.pdf. Acesso em: 02 jul. 2019.

CARVALHO, P. C. de F. *et al.* Produção animal no bioma campos sulinos. **Brazilian Journal of Animal Science**, João Pessoa, v. 35, n. Supl. Esp., p. 156-202, 2006. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/d3d2/fe1e89a6be63b10f9391b723ad9dbea2a3d1.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2019.

CARVALHO, V. R. F. Sucessão da atividade na pequena propriedade rural na perspectiva da família e de gênero. In: XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: 2007. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/6/487.pdf> . Acesso em: 24 out. 2016.

CASTRO, E. G. de *et al.* **Os jovens estão indo embora?:** juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X ; Seropédica EDUR, 2009.

CASTRO, S. P. Sesmaria como terra da parentalha: direito de fato versus direito legal. In: Godoi, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (Orgs.). **Diversidade do campesinato:** expressões e categorias. v. 2: estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

Centro de Sensoriamento Remoto - CSR/Ibama. **Pampa.** Disponível em: https://siscom.ibama.gov.br/monitora_biomass/PMDBBS%20-%20PAMPA.html. Acesso em: 01 ago. 2019.

CHAMBERS, R.; CONWAY, G. R. **Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21 st century.** Institute of Development Studies (IDS), Discussion Paper, 1991. Disponível em: <https://www.ids.ac.uk/files/Dp296.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2019.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia.** Ed. Ática, São Paulo, 2000.

CONTERATO, M. A. **A mercantilização da agricultura familiar do Alto Uruguai/RS:** um estudo de caso no município de Três Palmeiras. 2004. 192 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/4549>. Acesso em: 13 mai. 2018.

COTRIM, M. de S. **Pecuária familiar na região da Serra do Sudeste Rio Grande do Sul:** um estudo sobre a origem e situação socioagroeconômica do pecuarista familiar no município de Canguçu/RS. 2003. 123 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/3786>. Acesso em: 15 mar. 2018.

COSTA, C. da **“Somos solteirões”:** a construção social da solteirice na agricultura familiar de Alegrete/RS. 2014. 211 f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Centro de ciências rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/3814>. Acesso em: 15 mar. 2018.

COSTA, C.; FROELICH, J. M.; CARPES, R. H. Masculinização rural: uma abordagem a partir da regionalização por sistemas agrários no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 30, p. 465-483, 2013.

COSTA, C.; FROELICH, J. M. Políticas Públicas e Masculinização Rural no Rio Grande do Sul - uma abordagem a partir das condições regionais. **Campo.Território**, v. 9, p. 27-54, 2014.

DEL GROSSI, M.E.; FLORIDO, A.C.S.; RODRIGUES, L. F. P.; OLIVEIRA, M. S. Delimitando a agricultura familiar nos Censos Agropecuários brasileiros. **Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense**, 8, p. 40-45, 2020. Disponível em: <<http://revistanecat.ufsc.br/index.php/revistanecat/article/view/4315>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

DUARTE, L. C. *et al.* A diversidade dos arranjos sucessórios em propriedades rurais não agrícolas no noroeste do Rio Grande do Sul. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**, v. 11, p. 01-20, Canoinhas, 2021. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/3166>. Acesso em: 21 jan. 2021.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). **Biomass do Brasil – Pampa**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/contando-ciencia/bioma-pampa>. Acesso em: 01 ago. 2019.

FARINATTI, L. A. Criadores de Gado na Fronteira Meridional do Brasil (1831-1870). II Jornadas de História Regional Comparada. **Anais..** Porto Alegre: 2005.

FERNANDES, V. D.; MIGUEL, L de A. A presença histórica da pecuária familiar na região da Campanha do Rio Grande do Sul. In: WAQUIL, P. D. *et al.* (org.). **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento**. Porto Alegre: editora da UFRGS, p. 41-61, 2016.

FERREIRA, M. D. P.; VIEIRA FILHO, J. E. R. **Inserção no mercado internacional e a produção de carnes no Brasil**. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília. Rio de Janeiro: jun. 2019. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2479.pdf. Acesso em: 02 jul. 2019.

FERRER, F. C. S. **Entre a liberdade e a escravidão na fronteira meridional do Brasil: estratégias e resistências dos escravos na cidade de Jaguarão entre 1865 a 1888**. 2011. 278 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-09082012-170904/pt-br.php>. Acesso em: 19 jun. 2018.

FISCHER, H.; BURTON, R. J. F. Understanding Farm Succession as Socially Constructed Endogenous Cycles. **Sociologia Ruralis**, v. 54, n. 4, p. 417-438, oct. 2014. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/soru.12055>. Acesso em: 19 set. 2018.

FONTOURA, L. F. M. **A pecuária empresarial como agente modernizador na região da campanha**. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/H11-01.pdf> Acesso em: 12 jun. 2019.

_____. Pampa: *terroir* do gado bovino? **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 71, Dossiê Agronegócios no Brasil, p. 213-238, abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/1982-5153.2019v34n71p213> Acesso em: 12 jun. 2019.

FRANCO, S. C. **Origens de Jaguarão (1790-1833)**. Universidade de Caxias do Sul, 1979.

_____. **Gente e coisas da Fronteira Sul: ensaios históricos**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

FREITAS, T. **A diversificação dos meios de vida como expansão das capacidades: por uma sociologia das condições de vida da fumicultura no Rio Grande do Sul**. 326 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/140174> Acesso em: 01 abr. 2019.

Fundação de Economia e Estatística. Série Histórica Nova Metodologia. **Índice de Desenvolvimento Socioeconômico dos Municípios do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/serie-historica-nova-metodologia/?ano=2013&letra=J&ordem=municipios>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

GALLO, A.; PELUSO, I. Estrategias sucesorias en la ganadería familiar: un enfoque de género. **Revista de Ciencias Sociales**, v. 26, n. 32, p. 17-34, 2013. Disponível em: https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/bitstream/123456789/6835/1/RCS_Gallo_2013n32.pdf. Acesso em: 31 jan. 2019.

GARCIA Jr., A. R. O Sul: **Caminho do Roçado - estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

GASPARI, L. C.; KHATOUNIAN, C. A. . Características das famílias, estruturação da produção e estratégias de comercialização em um assentamento de Reforma Agrária. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 245-262, 2016.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção de autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS**. 2004. 287 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/5583>. Acesso em: 19 abr. 2018.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. de S. *et al.* **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, p. 67-80, 1994.

GOVERNO DO ESTADO DO RS. **Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDEs**. Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/conselhos-regionais-de-desenvolvimento-coredes>. Acesso em: 03 ago. 2019.

_____. **Produção Agropecuária e estrutura fundiária**. Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/estrutura-da-producao-e-fundiaria>. Acesso em: 03 ago. 2019.

_____. **Perfil Socioeconômico COREDE Sul**. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201603/17095141-perfis-regionais-2015-sul.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2019.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1999.

GRISA, C. SCHNEIDER, S. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 52, Supl. 1, p. S125-S146, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600007. Acesso em: 04 abr. 2018.

GRIZOTTI, G. Polícia investiga matança de ovelhas por cães no RS. **RBS TV**, Porto Alegre, dez. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/12/17/policia-investiga-matanca-de-ovelhas-por-caes-no-rs.ghtml>. Acesso em: 22 dez. 2020.

GUIMARÃES, A.P. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

GULARTE, G. da S. **Fronteira do Jaguarão: unidades produtivas e trabalho escravo na formação de um espaço fronteiriço, 1801-1835**. 2015. 132 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/132860/000984809.pdf?sequence=1>. Acesso em: 16 mai. 2019.

GUTIERREZ, E. J. B. **Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense**. 2. Ed. Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 2001.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico – séries históricas**. População por situação do domicílio 1950-2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/saude/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 02 ago. 2018.

_____. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 17 mai. 2021.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Perguntas Frequentes** – O que é Módulo Fiscal? Disponível em: <https://antigo.incra.gov.br/pt/perguntas-frequentes-acesso-inf.html>. Acesso em: 17 mai. 2021.

JEAN, B. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 6, p. 51-75, 1994.

KRONE, E. E.; MENASCHE, R. A formação da pecuária de corte e da Produção Tradicional do queijo Serrano dos Campos de Cima da Serra. In: WAQUIL, P. D. *et al.* (org.). **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul**: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. Porto Alegre: editora da UFRGS, p. 168-184, 2016.

LAHIRE, B. **Homem plural** : os determinantes da ação; tradução de Jaime A. Clasen. Petropolis, RJ : Vozes, 2002.

_____. Trajetória acadêmica e pensamento sociológico: entrevista com Bernard Lahire. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 315 - 321, maio/ago. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000200009. Acesso em: 29 dez. 2020.

_____. Patrimônios individuais de disposições: Para uma sociologia à escala individual. **Sociologia, Problemas e Práticas**. Oeiras, Portugal, n. 49, p. 11-42, 2005. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0873-65292005000300002&lng=pt&nrm=i. Acesso em: 31 jan. 2021.

_____. Entrevista com Bernard Lahire. **Áskesis** - Revista dos Discentes do PPGS/UFSCar. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 200-210, jan/jul. 2012. Disponível em: <https://www.revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/article/view/447>. Acesso em: 29 jan. 2021.

LAMARCHE, H. (coord.). **A agricultura familiar**: comparação internacional. Campinas, Editora da Unicamp, 1993.

LUVIZOTTO, C. K. **Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul**. São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 15-27, 2009.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, J.S. **Uma sociologia da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2014.

MARTINS, L. R. **Permanecer no campo como projeto de vida de jovens rurais: experiências de formandos e egressos de Escolas Família Agrícola no Estado do Espírito Santo**. 2019. 229 f. (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/37242>. Acesso em: 05 fev. 2021.

MARTINS, R. D. **A ocupação do espaço na fronteira Brasil-Uruguay: a construção da cidade de Jaguarão**. 2001. 280 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Escola Técnica Superior de Arquitetura, Universidade Politécnica da Catalunha, Barcelona, 2001. Disponível em: <https://www.tesisenred.net/bitstream/handle/10803/6077/02CONTRAPORTADA.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 16 mai. 2019.

MATTE, A. **Vulnerabilidade, capacitações e meios de vida dos pecuaristas de corte da Campanha Meridional e Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul**. 2013. 174 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/79026>. Acesso em: 15 mar. 2018.

MATTE, A., SPANEVELLO, R. M., ANDREATTA, T. Perspectivas de sucessão em propriedades de pecuária familiar no município de Dom Pedrito–RS. *Holos*, v. 1, p. 144-159, 2015. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1964>. Acesso em: 21 mar. 2019.

Reprodução social na pecuária familiar. In: WAQUIL, P. D. *et al.* (org.). **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento**. Porto Alegre: editora da UFRGS, p. 265-283, 2016.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. de S. *et al.* **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, p. 9-29, 1994.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

MOREIRA, S. L.; SPANEVELLO, R. M. Modelos sucessórios em propriedades rurais: um estudo no município de Cruz Alta/RS. **Grifos** (UNOESC), v. 28, p. 27-47, 2019. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/4563>. Acesso em: 05 fev. 2021.

NABINGER, C. *et al.* Produção animal com base no campo nativo: aplicações de resultados de pesquisa. In: PILLAR, V. De P. *et al.* **Campos Sulinos - conservação e uso sustentável da biodiversidade**, Brasília: MMA, p. 63-77, 2009.

NARDINI, M. **A face espúria de um grão dourado**: impactos socioambientais da expansão da soja em Jaguarão, **RS**. 2018. 133 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais, Faculdade de Administração e Turismo e Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018. Disponível em: http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/3865/1/Dissertacao_Monica_Nardini_da_Silva.pdf. Acesso em: 21 jun., 2018.

NARDINI, M.; SACCO DOS ANJOS, F. A expansão da soja no município de Jaguarão/RS: análise das percepções através da abordagem narrativa. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 58(3): e213748, Brasília, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032020000300208&lng=pt. Acesso em: 19 fev. 2021.

NEIMAN, M. La herencia en las empresas familiares de la región pampeana argentina durante el actual período de auge económico de la actividad agrícola. **Papers**. Argentina, v. 102, n. 3, p. 509-531, 2017. Disponível em: <https://papers.uab.cat/article/view/v102-n3-neiman/2269-pdf-es>. Acesso em: 27 jul. 2020.

NESKE, M. Z. Mercantilização, heterogeneidade social e autonomia na produção familiar: uma análise da pecuária familiar do sul do Rio Grande do Sul. In: WAQUIL, P. D. et al. (org.). **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul**: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. Porto Alegre: editora da UFRGS, p. 131-148, 2016.

NETO, B. S. Desenvolvimento Rural, questão agrária e sustentabilidade da Campanha gaúcha. In: COSTA, B. P. da; QUOOS, J. H.; DICKEL, M. E. G. (orgs). **Sustentabilidade da Região da Campanha-RS**: práticas e teorias a respeito das relações entre ambiente, sociedade, cultura e políticas públicas Santa Maria : Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Departamento de Geociências, 2010.

NETO, O. A. O Brasil no mercado mundial de carne bovina: análise da competitividade da produção e da logística de exportação brasileira. **Ateliê Geográfico** - Goiânia-GO, v. 12, n. 2, ago. 2018, p. 183-204. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ateliê/article/download/47471/26576/> Acesso em: 27 jun. 2019.

NETTO, C. G. A. M. O futuro dos campos: possibilidades econômicas de continuidade da bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul. In: PILLAR, V. De P. et al. **Campos Sulinos - conservação e uso sustentável da biodiversidade**, Brasília: MMA, p. 380-390, 2009.

NICOLA, M. P. **Espaço protegido e desenvolvimento rural**: Práticas e Trajetórias na Pecuária Familiar da Região Centro Sul do Rio Grande do Sul. 2015. 239 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/140652>. Acesso em: 08 mar. 2018.

OLIVEIRA, M. C. V. Duas formas de se pensar os determinantes da prática ou do consumo cultural na sociologia: Pierre Bourdieu e Bernard Lahire. In: IV ENECULT Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2008 Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-BA. **Anais eletrônicos [...]**. Salvador: UFBA, 2008. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14167.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2020.

OSÓRIO, H. Pastores e lavradores do Rio Grande. In: WAQUIL, P. D. *et al.* (org.). **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento**. Porto Alegre: editora da UFRGS, p. 19-39, 2016.

PESAVENTO, S. J. **Pecuária e indústria: formas de realização do capitalismo na sociedade gaúcha no século XIX**. Porto Alegre: Movimento, 1986.

PICCIN, M. B. **Os Senhores da Terra e da Guerra no Rio Grande do Sul: um estudo sobre as práticas de reprodução social do patronato rural estancieiro**. 2012. 458 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_8eb61b84d6e8765b2e37071be8467af4/Details. Acesso em: 08 mar. 2019.

POLI, C. H.E. C. *et al.* Ovinocultura no bioma Pampa. In: PILLAR, V. De P. *et al.* **Campos Sulinos - conservação e uso sustentável da biodiversidade**, Brasília: MMA, p. 229-236, 2009.

PORTO, R. G. **Caracterização da pecuária familiar na região da Campanha Meridional: estudo de caso no município de Bagé-RS**. 2008. 166 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de PósGraduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008. Disponível em: http://guaiaa.ufpel.edu.br/bitstream/123456789/2391/1/dissertacao_Rafael_Porto.pdf. Acesso em: 17 dez., 2020.

PORTO, R. G.; BEZERRA, A. J. A. Perfil socioprodutivo dos pecuaristas familiares em Bagé, Rio Grande do Sul. In: WAQUIL, P. D. *et al.* (org.). **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento**. Porto Alegre: editora da UFRGS, p. 109-129, 2016.

PUNTEL, J. A.; PAIVA, C. A. N.; RAMOS, M. P. **Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo**. In: Circuito de Debates Acadêmicos, 01., 2011. Disponível em: <http://ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area3/area3-artigo20.pdf>. Acesso em: 01 out. 2018.

QUADROS, F. L. F. *et al.* Cuidar e fazer diferente. In: PILLAR, V. P.; LANGE, O. **Os Campos do Sul**. Porto Alegre: Rede Campos Sulinos – UFRGS, p. 141-146, 2015.

RAMOS, M. P. **O “novo” e o “velho” ruralismo no Rio Grande do Sul: um estudo sobre os integrantes da UDR**. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 1995.

_____. Uso de questionários e entrevistas na pesquisa social: vantagens e limitações. In: Robertt, P. *et al.* **Metodologia em ciências sociais hoje**: práticas, abordagens e experiências de investigação. V. 2. Jundiaí: Paco Editorial, p. 127-146, 2016.

RIBEIRO, C. R. Pecuária familiar na região da campanha do Rio Grande do Sul. **Série Realidade Rural**, Porto Alegre, v. 34, p. 11-45, 2003.

_____. **Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da Região da Campanha do Rio Grande do Sul**. 2009. 300 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/17261>. Acesso em: 17 dez. 2018.

_____. O modo de vida dos pecuaristas familiares do pampa brasileiro. In: WAQUIL, P. D. *et al.* (org.). **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento**. Porto Alegre: editora da UFRGS, p. 87-107, 2016.

RIBEIRO, C. M.; QUADROS, F. L. F. Valor histórico e econômico da pecuária. In: PILLAR, V. P.; LANGE, O. **Os Campos do Sul**. Porto Alegre: Rede Campos Sulinos – UFRGS, p. 19-28, 2015.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 48.316**, de 31 de agosto de 2011. Regulamenta o Programa Estadual de Desenvolvimento da Pecuária de Corte Familiar – PECFAM, instituído pela Lei nº 13.515, de 13 de setembro de 2010, e dá outras providências. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=56585&hTexto=&Hid_IDNorma=56585. Acesso em: 09 ago. 2018.

SACCO DOS ANJOS, F. **A agricultura familiar em transformação**: O caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC). Pelotas: UFPEL/Editora Universitária, 1995.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. In: SCHNEIDER, S. (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2006.

_____. O futuro ameaçado: o mundo rural face os desafios da masculinização, envelhecimento e desagrarização. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 26, n.1, p. 661-694, 2005.

_____. Cambios demográficos en el Brasil meridional: la masculinización, el envejecimiento y la desagrarización de la población rural. Perspectivas Sociales - Social Perspectives, Nuevo León, México, v. 5, n. 2, p. 71-111, 2003.

_____. Pluriactividad y Agricultura familiar en Brasil: El caso de Rio Grande do Sul. **Revista de la CEPAL (Online)**, v. 93, p. 173-187, 2007.

O rural brasileiro: velhas e novas questões em debate. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**. São Carlos, v. 17, n. 1, 2008.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V.; SIVINI, S. A agricultura familiar no Brasil: caminhos da inovação, espaços de afirmação. **Agroalimentaria**. Venezuela, v. 22, n. 43, p. 119-134, jul.-dic., 2016.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, N. V.; POLLNOW, G. E. Menos mulheres, menos jovens, mais incertezas. A transição demográfica no Brasil Rural Meridional. *Extensão Rural* (Santa Maria), v. 21, p. 94-116, 2014.

SANDRINI, G. B. D. **Processo de inserção dos pecuaristas familiares do Rio Grande do Sul na cadeia da carne**. 2005. 161 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/7809>. Acesso em: 08 mar. 2018.

SANTINO, R. Revista Ecosistemas/Espanha, 2004. In: PILLAR, V. De P. *et al.* **Campos Sulinos** - conservação e uso sustentável da biodiversidade, Brasília: MMA, p. 42-59, 2009.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. Da. Agricultura familiar: Categoria teórica e/ou de ação política? Fragmentos de cultura, Goiânia, v. 18, n. 5/6, p. 435-446, maio/jun. 2008. Disponível em:

<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/393559/4/AgriculturaFamiliarTeorica.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2021.

SCHNEIDER, I. Êxodo, envelhecimento populacional e estratégias de sucessão na exploração agrícola. **Indicadores Econômicos – FEE**, Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística – FEE, n. 21, p.259-268, jan. 1994. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/629>. Acesso em: 13 ago. 2018.

SCOTT, John. **Sociologia: conceitos-chave**. Rio de Janeiro, Zahar, 2006.

SEVERO, C. M.; MIGUEL, L. de A. A Sustentabilidade dos Sistemas de Produção de Bovinocultura de Corte do Estado do Rio Grande do Sul. **REDES**, Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, v. 11, n. 3, 2006. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/10985>. Acesso em: 17 dez. 2018.

SEVERO, P. S. **Os pêssegos não caem do céu: relações de trabalho da agricultura familiar no município de Pelotas/RS**. 2017. 191 f. Tese (Doutorado) – Programa de PósGraduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/3766/1/TESE%20%20Patr%c3%adci a%20Severo.pdf>. Acesso em: 18 dez., 2020.

SEYFERTH, G. Herança e estrutura familiar camponesa. **Boletim do museu nacional. Antropologia**. Rio de Janeiro, n. 52, 1985.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, T.; SILVEIRA, D. T. (org.) **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: editora da UFRGS, p.31-42, 2009.

SILVESTRO, M. L. *et al.* **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: EPAGRI, Brasília: Nead. Ministério do Desenvolvimento agrário, 2001.

SOUZA, E. G. **Desenvolvimento com identidade cultural**: desafios e possibilidades da valorização da cultura da lã no município de Jaguarão-RS. 2018. 169 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais, Faculdade de Administração e Turismo e Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/4064>. Acesso em: 16 mai. 2019.

SPANEVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 236 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/16024>. Acesso em: 12 mar. 2018.

SPANEVELLO, R. M.; AZEVEDO, L. F. de; VARGAS, L. P. A migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 45, n. 2, p. 291-304, Out. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2011v45n2p291>. Acesso em: 13 ago. 2018.

SUERTEGARAY, D. M. A.; SILVA, L. A. P. Tchê Pampa: histórias da natureza gaúcha. In: PILLAR, V. De P. *et al.* **Campos Sulinos - conservação e uso sustentável da biodiversidade**, Brasília: MMA, p. 42-59, 2009.

TEIXEIRA, E. S.; BERNARTT, M. L.; TRINDADE, G. A. Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.2, p. 227-242, mai/ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v34n2/02.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2019.

THIRY-CHERQUES, H. Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Rev. Adm. Pública [online]**. 2006, vol.40, n.1, p.27-53. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122006000100003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 30 dez. 2020.

TOURRAND, J. F. Prefácio. In: WAQUIL, P. D. *et al.* (org.). **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul**: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. Porto Alegre: editora da UFRGS, p. 07-09, 2016.

VARGAS, L. P. **Serviços ecossistêmicos e produção animal no bioma Pampa:** uma análise na área de proteção ambiental do Ibirapuitã. 2017. 158 p. Tese (doutorado em Extensão Rural) – Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula.** Campinas: Autores Associados, 2003.

VÉLEZ-MARTIN, E. *et al.* Conversão e fragmentação. In: PILLAR, V. P.; LANGE, O. **Os Campos do Sul.** Porto Alegre: Rede Campos Sulinos – UFRGS, p. 123-132, 2015.
WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (org.) **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

WAQUIL, P. D.; MATTE, A.; NESKE, M. Z.; BORBA, M. F. S. Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: a resignificação de uma categoria social. In: WAQUIL, P. D. *et al.* (org.). **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul:** história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. Porto Alegre: editora da UFRGS, p. 11-16, 2016.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres.** Colonos do Sul e Sitiantes do Norte. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1995.

Apêndices

Apêndice A - Roteiro de entrevista com pecuaristas familiares

Identificação e histórico:

Nome:

Localidade:

Idade:

Qual a sua profissão:

Conte um pouco sobre a sua história: infância, família, casamento (Como se deu, o esposo(a), se tiver, era da mesma comunidade), trabalho, estudo...

Há quanto tempo trabalha com pecuária?

Porque trabalha com pecuária?

Caracterização dos estabelecimentos rurais:

Distância do estabelecimento até a cidade:

Meio de locomoção usualmente utilizado:

Frequência com que vai a cidade:

Área total:

Recursos naturais (água, solo):

Culturas:

Áreas:

Arrenda parte do estabelecimento PARA outros produtores/ para que atividade?

Arrenda terra DE OUTROS produtores?

Criações/sistema (ciclo completo, cria, cria e cria, cria e terminação):

Áreas:

Máquinas (trator etc):

Qual considera a principal atividade desenvolvida no estabelecimento:

Comercialização - local e frequência:

Família:

Membros da família (idade, sexo, escolaridade):

Onde estudou (se for o caso):

Residência de cada membro:

Estado civil:

Religião:

Lazer, frequência:

Mão de obra do estabelecimento:

Acesso a serviços (água, luz, telefone, internet):

Ocupações fora do estabelecimento rural?

Aposentados no estabelecimento. Se sim, rural ou urbano?

Renda total anual do estabelecimento:

% da renda que vem da pecuária e % do arrendamento para a soja (quando for o caso)?

Qual a rotina de trabalho no dia a dia:

Qual o destino da renda do estabelecimento:

Assistência técnica:

Participa de associações, sindicatos, cooperativas:

Tomada de decisão:

Caracterização geral do município

Mudanças que identifica no meio rural do município com o passar dos anos:

Como eram as grandes propriedades (área, o que produziam, quem trabalhava, onde comercializava...) no passado? O que mudou?

E as pequenas? O que mudou?

Descrição das casas, escolas, estradas, acesso à saúde e educação, como era e como é?

Alguém da família participa de alguma organização da comunidade? Qual? E antigamente participava?

Quais eventos de lazer são desenvolvidos na comunidade que mora? Como era antigamente?

O que pensa sobre a cidade? Já pensou em morar na cidade? Tem algum imóvel na cidade?

Sucessão e herança

Fale um pouco sobre a história do estabelecimento:

Como ocorreu a distribuição da herança? Houve conflitos?

Como se definiu a sucessão (se houve)?

Como ocorre a divisão das tarefas? O que cada membro da família faz? E como era antigamente? O que mudou?

Há a perspectiva de sucessor para o estabelecimento? Quem será? Como se definiu o futuro sucessor? Como ficam os demais filhos (se há) nesse processo?

O assunto da sucessão é conversado na família?

Vocês (pais) gostariam que o filho permanecesse no estabelecimento rural? Se sim, com qual atividade(s)?

Na sua opinião, o que motivou seu filho seguir na pecuária familiar?

O que vocês faz para incentivar os filhos permanecerem no estabelecimento?

O filho sucessor, mora no estabelecimento? Se mora em outro local, qual? Em outro estabelecimento/ na Cidade todo vem trabalhar todo o dia?

(em caso de sucessão tardia) Acredita que seu filho manterá o estabelecimento? Ou pensa que ele venderá ou arrendará?

PARA OS QUE VENDERAM OU ARRENDARAM PARA A SOJA:

O que os motivou vender a terra para produtores de grãos?

No caso do arrendamento? Quais as motivações, e como é feito o pagamento?

Você (filho) gostaria de permanecer no estabelecimento? Se sim, com qual atividade(s)?

Percepção sobre o êxodo e a sucessão

O que, em sua opinião, determina a permanência dos sucessores no estabelecimento?

Conhece algum pecuarista familiar que mudou para a cidade? Sabe o motivo? O que pensa sobre isso?

Como pensa que será o futuro do estabelecimento?

E do meio rural do município?

Há o movimento de volta para o campo no município?

Na sua opinião, o que poderia ser feito para diminuir o êxodo?

Apêndice B - Roteiro de entrevistas extensionistas

Qual o principal público atendido?

Como é desenvolvido o trabalho de extensão?

Quais as principais mudanças que você identifica no meio rural com o passar dos anos (modo de vida, produção, saúde, educação, ...)? Quando ocorreram essas mudanças?

Qual o principal problema que você identifica no meio rural?

O que mudou no trabalho de extensão? Quando?

Como ocorre a sucessão nos estabelecimentos rurais hoje?

Como era antigamente?

Como ocorre a distribuição da herança nos estabelecimentos rurais hoje?

Como era antigamente?

Ocorre o êxodo rural? A partir de quando? Quem? Para onde vão? Por quê?

Há o movimento de volta para o campo no município?

Como vê o futuro do meio rural do município?

Apêndice C - Roteiro de entrevistas filhos

Nome:

Idade:

Estado civil:

Escolaridade:

Profissão:

Local residência:

Se eu lhe perguntasse qual a sua profissão, o que o responderia?

Sente-se valorizado nessa profissão?

Em sua opinião, quem são os pecuaristas familiares?

Me conte um pouco sobre a sua história:

Participa das decisões na propriedade? Como?

Gostaria de permanecer no meio rural? Na propriedade de seus pais? Desenvolvendo qual atividade?

Sua família incentiva sua permanência? Como?

Conversam sobre sucessão na família?

Em que momento você acha que será feita a transmissão do controle da propriedade?

Quais as atividades desempenhadas por você na propriedade?

Você é remunerado pelas atividades que desenvolve na propriedade?

Quais são seus projetos de vida para o futuro?

Você se sente preparado para ser sucessor?

Quais as maiores dificuldades que você vê no meio rural hoje?

De uma forma geral, como você vê que acontece a sucessão na pecuária familiar? Identifica algum padrão?

Mudanças que identifica no meio rural do município com o passar dos anos:

Quais eventos de lazer são desenvolvidos na comunidade que mora? Como era antigamente?

O que está levando os jovens saírem do campo?

O que, em sua opinião, determina a permanência dos sucessores na propriedade?

Conhece algum pecuarista familiar que mudou para a cidade? Sabe o motivo? O que pensa sobre isso?

Como pensa que será o futuro da propriedade?

E do meio rural do município?

Na sua opinião, o que poderia ser feito para diminuir o êxodo?

Há o movimento de volta para o campo no município?

Apêndice D– Termo de consentimento livre e esclarecido

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), da pesquisa de tese intitulada: **Horizontes, caminhos e labirintos: Dinâmicas da sucessão geracional na pecuária familiar do extremo sul do Brasil**, que tem por objetivo conhecer as dinâmicas sucessórias em estabelecimentos rurais da pecuária familiar no município de Jaguarão/RS. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra será arquivada pelo pesquisador responsável.

Título do projeto: Horizontes, caminhos e labirintos: Dinâmicas da sucessão geracional na pecuária familiar do extremo sul do Brasil

Pesquisador responsável: Monica Nardini da Silva

Orientador da pesquisa: Prof. Dr. Flávio Sacco dos Anjos

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar - Universidade Federal de Pelotas – Ufpel

Telefone celular do pesquisador para contato:

Procedimento: A partir de seu consentimento, sua participação consistirá no fornecimento de depoimento oral, gravado e depois transcrito literalmente, para que possa ser realizada a análise de conteúdo. Será preservada a confidencialidade de seus dados pessoais.

Riscos e desconfortos: Não há riscos a sua integridade física ou emocional.

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira.

Seu nome e identidade serão mantidos em sigilo, e os dados da pesquisa serão armazenados pelo pesquisador responsável. Os resultados poderão ser apresentados em encontros e divulgados em publicações científicas.

Assinatura do Pesquisador Responsável

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, _____ declaro que li as informações contidas nesse documento, fui devidamente informado (a) pela pesquisadora Monica Nardini da Silva dos procedimentos que serão utilizados, riscos e desconfortos, benefícios, confidencialidade da pesquisa, concordando ainda em participar da pesquisa. Declaro ainda que recebi uma cópia desse Termo de Consentimento.

Local e data _____

Assinatura